Diário de Lisboa

Fundador **Joaquim Manso** Director **A. Ruella Ramos** Director-adjunto **Fernando Piteira Santos**

Outubro 1977
Quinta-feira
13
ANO 57.º
N.º 19 479
6 escudos

Défice de 5 milhões na conta provisória de 1976

A Conta Provisória dos meses de Janeiro a Outubro do ano económico de 1976 apresenta um excesso de cerca de cinco milhões de contos das despesas sobre as receitas previstas no Orçamento Geral do Estado, conforme o movimento descrito no Suplemento ao «Diário de República» de 14 de Dezembro de 1976 e agora distribuído. A receita ordinária totalizou cerca de 64,4 milhões de contos efectivamente cobrados (em 69 milhões liquidados, isto é, apurados para cobrança), contra uma previsão de 74,7 milhões, No capítulo da «receita extraordinária», onde se previam 121,6 milhões de contos, foram apurados 69,8 e cobrados 65,1 milhões de contos. Entretanto, em 1 de Janeiro de 1976 estavam ainda por cobrar 5,5 milhões de contos de «receita ordinária» e outro tanto de «receita extraordinária», relativas ao ano anterior. Os mapas comparativos especificam, «na receita ordinária», que foram liquidados mais 4 milhões de contos de impostos directos em 1976 do que em igual período de 1975. Quanto a impostos indirectos,. taxas ou multas e rendimentos de propriedade as diferenças, para mais, são de 11,5 milhões de contos, 77 mil contos e 3 milhões de contos.

Já na «receita extraordinária» a diferença é de meio milhão de contos, para menos, na rubrica «impostos directos».

Concretizando algumas rubricas específicas de impostos («receita ordinária»), referem-se, a título de exemplo, as seguintes (comparação entre igual período de 1976 e de 1975):

Contribuição industrial

Continua na pág. 20

Varela Gomes escreve sobre Ramiro Correia

(Pág. 8)

USL criou comissão contra despedimentos

(Pág. 9)

Ex-treinador penhorou Sporting

(Pág. 17)

DE ANTÓNIO BARRETO A FREITAS DO AMARAL

Governo posto em questão

● Mário Soares recebe esta tarde Sá Carneiro, Freitas do Amaral e Álvaro Cunhal

Assinado pelo Presidente da República e pelo Primeiro-Ministro o «Diário da República» publicou hoje em suplemento o decreto que exonera «a seu pedido» o dr. Medeiros Ferreira do cargo de ministro dos Negócios Estrangeiros. O «caso» Medeiros Ferreira parece, contudo, estar longe de poder ser considerado encerrado — quer pelas repercussões partidárias quer governamentais.

É assim que, enquanto o Primeiro-Ministro, a pouco mais de 48 horas do discurso do general Eanes faz uma intervenção, via ANOP, precisamente no gabinete das Necessidades até aqui ocupado por Medeiros Ferreira, António Barreto vem à liça nas páginas do oficioso «Diário de Notícias» (onde ontem mesmo um editorial de Mário Mesquita deu que falar) defendendo a actuação do seu «amigo e camarada Medeiros Ferreira» como «uma das mais importantes contribuições para a obra do primeiro Governo Constitucional».

Ontem, enquanto Mário Mesquita defendia Medeiros Ferreira, nas colunas do «DN», o vespertino «A Capital», dirigido por Sousa Tavares, destacado militante socialista, dava como iminente a demissão de António Barreto, enquanto «A Luta», que passa por ser porta-voz do PS, anunciava uma reestruturação do Governo para a próxima semana. Reagindo, a Presidência do Conselho, emitiu um desmentido a «alguns jornais» que citando «fontes próximas» da chefia do Governo, anunciaram «estarem iminentes demissões de ministros e que uma remodelação do Governo teria lugar na próxima semana».

Ignorando aparentemente este desmentido oficial (que, sublinha-se, aponta essencialmente para informações veiculadas por órgãos de Informação tidos como afectos ao partido governamental), António Barreto, nas declarações recolhidas pelo «DN», avança que a demissão de Medeiros Ferreira «deverá obrigar o Partido Socialista e o próprio Governo a um sério exame de consciência **tendo em vista a reestruturação do Executivo**».

À questão das «diplomacias paralelas» que estaria na origem da saída de Medeiros Ferreira (e a partir dela) sobrepõe-se assim a das «políticas paralelas», tornando-se evidente o agravar das contradições no Governo e no partido que lhe dá forma — aliás de há muito denunciadas nos meios que numa eventual desagregação do PS temem os perigos daí advenientes para a Democracia. Neste momento, o «paralelismo» que surge, aponta directamente para a figura de Mário Soares, não apenas como Primeiro-Ministro, mas também como secretário-geral do PS: assim que António Barreto apareça como porta-voz da necessidade de «um exame de consciência» do Governo e não só também do Partido Socialista, no momento em que, à proposta de uma plataforma política nacional de Mário Soares, os partidos da direita (PSD, e CDS) opõem a exigência de um novo Governo (leia-se: da sua promoção a Governo).

AS DEMISSÕES

Quanto às demissões, não há razões para duvidar do desmentido da Presidência do Conselho quanto ao facto de nenhuma ter ainda surgido; mas há todas as razões para acreditar que poderão surgir em momento oportuno e com intenções bem precisas, já que se apresentam como uma arma. E fala-se de nomes: não apenas António Barreto, mas por reflexo, também muito provavelmente Firmino Miguel, além de algumas Secretarias de Estado. De Barreto, comenta-se o seu silêncio na sessão de anteontem do Conselho de Ministros quando a questão da sua permanência foi focada; de Firmino Miguel sublinha-se a importância que atribui à imagem de um Governo abandonado por aquele nome.

Entretanto, esta tarde, Salgado Zenha, secretário nacional do PS presidente do Grupo Parlamentar socialista e tido como o «n.º 2» deste partido, está em Belém com Ramalho Eanes. Objectivo primário da audiência: prosseguir as consultas que o Presidente da República vem efectuando com os líderes dos partidos parlamentares. Mas a complexidade do momento político não deverá deixar de ser alvo na troca de impressões, até porque nas negociações em que Eanes intervém com vista à ultrapassagem da crise política os últimos dados lançados têm assinalável peso.

VISITA ADIADA

Mário Soares adiou por sua vez a visita ao Japão, prevista para entre 23 e 29 deste mês. Ontem mesmo comunicou ao embaixador nipónico em Lisboa a necessidade de adiar a deslocação, que se não prende com o estado das relações entre os dois países mas antes com a necessidade da sua permanência em Portugal.

Soares, agora exercendo também as funções de ministro dos Negócios Estrangeiros, reuniu-se ontem com os direc-

Continua na pág. 20

DESENHA-SE NOVO "PACOTE"

Sousa Gomes promete "informar"

Enquanto se aguarda que o ministro Sousa Gomes concretize a afirmação de que «o Governo quererá informar regularmente a opinião pública dos resultados e da situação das negociações com o FMI, sem prejuízi» dos encontros informativos com partidos, patrões e sindicatos, prosseguem numa sala do Banco de Portugal as negociações entre a delegação do Fundo Monetário Internacional e uma delegação portuguesa, composta por técnicos de vários Ministérios.

As duas delegações, presididas respectivamente por Hans Schmitt e Maria José Constâncio, abordaram ontem os aspectos técnicos da segunda «tranche» do crédito a conceder pelo FMI a Portugal, no valor de 50 milhões de dólares. O Governo está a acompanhar os trabalhos por intermédio do ministro Sousa Gomes, apoiado na tarefa por Vítor Constâncio e Silva Lopes, responsáveis do Banco de Portugal.

Registe-se que o ministro do Plano esteve reunido já com uma delegação da CIP (Confederação da Indústria Portuguesa) tendo sido debatidos aspectos das negociações com o FMI.

Entretato, o matutino portuense, «JN», num artigo baseado, segundo aí se afirma, em informações de elementos do FMI, refere que a «situação da economia portuguesa é das mais preocupantes do mundo», sublinhando ainda que «é patente em vários sectores ligados ao FMI e a alguns departamentos governamentais americanos, a consciência da posição de fraqueza e de escassa margem de manobra — leia-se quase dependência — em que se encontra o nosso país, tendo em vista as negociações tendentes à concessão do em-

Continua na pág. 20

Crise militar no Brasil

O Brasil enfrenta hoje a sua mais grave crise político-militar desde a instauração da ditadura dos generais, a 31 de Março de 1964. A exoneração do ministro do Exército, general Silvio Couto Coelho Frota, um dos mais sérios candidatos à sucessão de Geisel, pôs ainda mais em relevo as profundas cisões entre os dirigentes militares direitistas brasileiros acerca das tentativas para «lavar a cara» ao regime.

Ao demitir Silvio Frota, um general de 67 anos, de extrema-direita, Geisel procura abrir caminho para o seu candidato, o general João Baptista Figueiredo, chefe do Serviço Nacional de Informações e apontando como mais «moderado». O presidente do Brasil negou que a sua decisão estivesse ligada à sucessão presidencial, (Janeiro de 1979), afirmando que tudo dependia de razões pessoais. Por seu lado, Silvio Frota, utilizando os canais privativos do Exército, distribuindo um violento comunicado a todas as unidades do país, que estão de prevenção até segunda ordem, em que «denuncia o abandono dos objectivos da Revolução de 64», crítica a «criminosa complacência do Governo perante a infiltração comunista» e as concessões, no plano internacional, aos países socialistas, como a abstenção na OEA quanto à readmissão de Cuba e o estabelecimento de relações com a China e o surpreendentemente rápido reconhecimento da República Popular de Angola. No seu delírio direitista, Frota queixa-se ainda de que o Serviço Nacional de Informações, o serviço secreto brasileiro, não tem dado importância aos 97 nomes que, de punho próprio, denunciou como «comunistas que desempenham altos cargos no Governo».

O acto de rebelião declarado de Silvio Frota e o seu «apelo sem equívoco a todas as forças prontas a levantarem-se contra o perigo do totalitarismo marxista», num claro convite a um novo golpe de Estado do tipo chileno ou argentino, ainda não mereceu reacção oficial do Governo, a não ser a entrada de prevenção das unidades militares

Entretanto, segundo a agência notikiosa Jornal do Brasil, o Governo pensa que a crise resultante do afastamento de Silvio Frota seria vencida

Para o lugar de Frota foi nomeado outro «linha dura». Seu nome: Fernando Belfort Beethlem, até então comandante do III Exército, com sede no Rio Grande do Sul.

NATO EM VISITA

Ontem chegados a Lisboa, os marinheiros da esquadra da NATO que participam no exercício «Ocean Safari 77» vão ter tempo, até 17, dia do início das operações, para outro tipo de «safari» — a descoberta da Lisboa «típica»

(Pág. 20)

Política de A a Z

LEITURA DE UMA DEMISSÃO

Adivinham-se razões e melindres, uma sensibilidade ferida, uma vincada mágoa, nas palavras de José Medeiros Ferreira ao abandonar o seu posto ministerial. Muito possivelmente terá razão no capítulo, tão dilacerante e tão subjectivo, dos pessoais agravos. Mas a questão tinha à partida, e vem assumindo pela lógica do encadeamento dos sucessos e pela intenção expressa de alguns intervenientes, um cariz político. E, quaisquer que sejam os sentimentos e as intenções de José Medeiros Ferreira, cuja biografia como militante antifascista no movimento estudantil, como desertor, como exilado político e como trabalhador intelectual é conhecida, a sua demissão, na presente conjuntura de «crise», crise política e crise económico-financeira, não vem apontar como necessária e urgente a solução mais adequada à defesa da Democracia, do Socialismo, das conquistas de Abril.

Por isso diremos, sem qualquer animosidade, que a demissão de José Medeiros Ferreira se apresenta com um sinal político contrário à da importante e significativa demissão de Manuela Silva. Enganamo-nos? Com a demissão de Medeiros Ferreira não estará em curso uma vasta operação civil (e militar) que, apesar de diferente na inspiração, de diferente quanto ao objectivo, leva neste momento grave àgua ao moinho do PSD? Acaso, ainda mais a montante?

Esta dúvida que nasce da reflexão sobre anteriores experiências, é perfeitamente legítima. Qualquer democrata sensível à noção de «Independência Nacional» tem opinião negativa acerca dos compromissos e encargos que se estão contraindo; mas qualquer democrata sensível à coerência antifascista que a defesa dos ideais de Abril exige, compreenderá que a solução política implica uma drástica revisão da orientação política do Partido Socialista mas que terá que contar com o Partido Socialista. Porque uma solução desta «crise política» que crie a fórmula político-administrativa capaz de enfrentar, de deter e de vencer a «crise económico-financeira», terá que processar-se no quadro das instituições democráticas e no quadro das relações entre as reais forças políticas e as reais forças sindicais.

Melhor diríamos, talvez, em lugar de «contar com o Partido Socialista», **contar com as correntes socialistas.** O Partido Socialista não poderá ignorar a sua verdadeira «esquerda» e o seu papel positivo, e não poderá, igualmente, desconhecer a presença, a actividade e as ligações da sua «direita» e o seu papel negativo. Papel negativo presente e papel negativo futuro.

Quando falamos da «direita» do Partido Socialista (tudo é preciso explicar), não pensamos em José Medeiros Ferreira. Pensamos nos que estão a explorar a sua «demissão» e se preparam para tirar dela vantagem. No seio do PS, à margem do PS. O espectro da social-democracia e os amores clandestinos com o PSD, perturbam a família socialista. Mais uma razão para repetirmos: a solução política exige uma viragem do Partido Socialista, a corajosa assunção da coerência antifascista, o respeito insofismado da vontade popular. O Povo votou contra o fascismo; votou pela Democracia, votou pelo Socialismo, votou a Constituição.

AS RETICÊNCIAS

António Barreto ainda não se demitiu. Mas, com a anuência de António Barreto ou contra a vontade de António Barreto, a sua eventual demissão entra no jogo, serve de argumento, é utilizada. E não se poderá dizer que a sua atitude e que as suas palavras tenham contribuído para clarificar a situação conturbada.

Considerando que a demissão de Medeiros Ferreira constitui não só «uma perda» como uma «significativa alteração qualitativa do Conselho de Ministros», o ministro da Agricultura e das Pescas, declarou: «A actuação do meu amigo e camarada Medeiros Ferreira, como ministro dos Negócios Estrangeiros, foi uma das mais importantes contribuições para a obra do primeiro Governo Constitucional. Evidenciou-se pela dignidade e pela defesa do interesse nacional.»

A referência a uma «alteração qualitativa», tendo sido o próprio Primeiro-Ministro a assumir a interinidade do cargo, reverte uma directa intenção polémica. O próprio Primeiro-Ministro e secretário-geral do PS, é, significativamente, posto em causa. Recordemos: Manuel Serra punha em causa uma ala do PS; Aires Rodrigues uma orientação organizacional; Lopes Cardoso uma política. Medeiros Ferreira e António Barreto — ao que parece — põem em causa o próprio Mário Soares.

Com efeito, António Barreto entende que a demissão de Medeiros Ferreira «deverá obrigar o Partido Socialista e o próprio Governo a um sério exame de consciência tendo em vista a reestruturação do Executivo».

A REESTRUTURAÇÃO

O dr. Mário Soares não gosta que se fale de **remodelação.** Zanga-se — ele que é homem de bom humor e «encaixe», desportivo. Fala-se de **remodelação,** vê manobra e manda o Gabinete botar nota. As notas que negam a **remodelação** vão mais longe que as notícias que sobre a **remodelação** são postas a correr, porque criam o clima de segredo e, pela negativa, confirmam.

O segredo não serve a vida democrática. Corrompe a vida democrática porque desorienta e desmobiliza.

Em vez de **remodelação,** falemos, então, de **reestruturação.** O dr. António Barreto também prefere a palavra. Fala-se, portanto, de **reestruturar o Executivo.** Ele bem precisa de ser **reestruturado,** reduzido; bem carece de coesão e de capacidade operacional; bem necessita de competência e de eficácia.

Mas qualquer **reestruturação** será uma mera operação de tecnocratas, de furiosos do esquematismo, de viciosos do organograma, de adoradores do bezerro burocrático, se não for acompanhada de uma fórmula política adequada ao objectivo: «vencer a crise e salvar a Revolução».

E a Revolução defende-se com os democratas que são democratas, com os socialistas que são socialistas, com os Portugueses antifascistas que são Portugueses e antifascistas.

Conselho de Ministros

Empresas falidas — bens para o Estado

Ao fim de dois dias de trabalho, terminou ontem a reunião do Conselho de Ministros. Do conjunto de resoluções aprovadas durante o plenário e divulgadas depois no comunicado final, avulta um determinando que o Ministério Público pode determinar a reserva para o Estado de determinados bens e direitos das empresas de que tenha requerido declaração de falência.

A resolução revoga o Decreto-Lei n.º 4/76. Este decreto, lembra-se, lembra-o, aliás, o comunicado governamental, «tinha em vista permitir salvar do desmantelamento conjunto de bens, nomeadamente de equipamentos, empresas em estado de falência, a fim de os manter afectos à produção, em novas unidades ou empresas já existentes. A experiência veio demonstrar, porém — diz ainda o Governo — que a gestão provisória desses bens pela administração da falência não é o modo adequado ao lançamento de um novo empreendimento com os seus bens reservados pelo Estado. Tem que ser desde logo o Estado, ou a empresa em que os bens são integrados, a assegurar a administração dos bens destinados ao novo empreendimento».

Razões ainda da revogação destas disposições pelo diploma ontem aprovado, o Governo fala de que «a urgência evocada não se coaduna com o efeito suspensivo do interposto da sentença. Por isso — diz — «opta-se agora pelo efeito meramente devolutivo do recurso».

O Conselho de Ministros aprovou um decreto criando a Faculdade de Ciências Médicas na Universidade Nova de Lisboa. O novo estabelecimento de ensino superior administrará o ensino conducente à licenciatura em Medicina, promover a investigação científica e realizar cursos de pós-graduação e de actualização tendo em vista o progresso das Ciências Médicas».

Simultaneamente com a criação desta Faculdade, o Governo resolveu extinguir o Instituto de Ciências Biomédicas de Lisboa. O ciclo básico pré-clínico do curso de medicina que ali era ministrado passa a integrar-se na nova Faculdade.

PORTO DE SINES TEM ADMINISTRAÇÃO

Outra resolução do Conselho de Ministros na sua reunião de anteontem e ontem: a criação da Administração do Porto de Sines. A respectiva comissão instaladora vai começar desde já a funcionar no âmbito do Ministério dos Transportes e Comunicações. À Administração caberão todas as responsabilidades pela gestão do empreendimento (o porto) «para o que se torna apenas necessário definir o modelo institucional sob o qual os interesses do Estado serão ali exercidos» — diz o Conselho, adiantando, todavia que, tal modelo, «nada justifica que seja diferente daquele que longa tradição tem consagrado no País, ou seja, o de instituto público servido pelos princípios de autonomia administrativa e financeira e dotado de personalidade jurídica».

SETE PARA A TAP

Durante a reunião foi aprovada uma resolução nomeando o novo conselho de gerência da TAP. Integram aquele órgão da companhia área portuguesa Frederico Monteiro da Silva (presidente) e José Dinis Faria e Maia, coronel piloto aviador na reserva Fernando Aurélio Gouveia, Joaquim Augusto Simões de Andrade Campos, Helder Alberto Neves Alves Torres, Luís Filipe do Nascimento Caeiros, Eduardo Henrique Serra Brandão.

BANCOS

Aprovada ainda uma resolução decidindo a fusão dos Bancos Pinto de Magalhães, da Agricultura, e de Angola. Diz o comunicado que assim «é dada por concluída a primeira base de redução do número de instituições de crédito nacionalizadas e comete-se ao ministro das Finanças a elaboração das bases do sistema bancário português e a sua apresentação ao Conselho no prazo de sessenta dias».

Conselho da Europa a favor do alargamento da CEE

Os partidos políticos representados no Parlamento Europeu pronunciaram-se ontem favoravelmente em relação ao alargamento da Comunidade Económica Europeia de nove para doze membros. A pronúncia favorável não teve unanimidade. Alguns deputados exprimiram posições divergentes falando de problemas que se levantam no domínio económico e da apreciação da evolução interna futura da Comunidade.

Os socialistas, duma maneira geral, consideraram que a abertura da Comunidade ao sul é «um dever político dos nove». Os liberais, que o alargamento não poderá fazer-se sem um regresso ao voto pela maioria no seio do Conselho de Ministros: sobre o alargamento a doze, será praticamente impossível em muitos casos, adoptar-se uma decisão por unanimidade. Em nome dos conservadores britânicos, Geoffrey Rippon declarou-se persuadido de que o alargamento dá «uma nova força» à Europa: «deveríamos aproveitar a ocasião para fazermos uma Europa melhor» — disse.

Quanto aos comunistas, não puderam exprimir-se com uma só voz. Os italianos declararam-se a favor. Os franceses não por causa dos graves problemas que o alargamento viria criar a viticultores e agricultores do sul de França.

Henri Simonet, presidente do Conselho, congratulou-se por o parlamento reconhecer a vocação europeia dos três países candidatos e com o facto de, no plano político se ter dado «uma resposta absolutamente afirmativa», não escondendo, porém, que os «nove» vão encontrar «graves dificuldades» quando se tratar de responder concretamente aos problemas surgidos nas negociações».

Salientando as proporções dos problemas técnicos: «Dizemos sim, seguido de um «mas» carregado de todas as dificuldades económicas que devemos enfrentar» — disse.

PORTUGAL APOIA ESPANHA NO CE

Entretanto, a reunião de ontem do Conselho da Europa tratou do processo de integração da Espanha no Conselho, oportunidade para os parlamentares portugueses presentes na reunião tomarem posição a favor da candidatura em causa.

«A integração de Espanha é indispensável ao dimensionamento da Europa, como força política alternativa, nos quadros europeus e africano».

Lucas Pires, numa intervenção por sua vez: «Se os destinos marítimos da Espanha e de Portugal foram no passado opostos, deverão ser no futuro solidários e convergentes» — disse, a dado passo.

Rui Machete: «Não desiludamos a Espanha, demos-lhe o apoio que a sua jovem democracia necessita, e em troca, os espanhóis dão nova força à nossa vontade de construir a Europa Política».

Falou ainda Cunha Leal.

Mas a intervenção mais demorada dos parlamentares portugueses foi a de Rodolfo Crespo, antes dos demais.

No final, o Conselho aprovaria uma resolução convidando a Espanha a tornar-se o seu vigésimo membro. Votaram unanimemente os 154 deputados presentes.

Conselho das Comunas com o PCP

Uma delegação do Conselho das Comunas da Europa foi ontem à tarde recebida no Partido Comunista Português, por responsáveis daquele partido chefiados por Carlos Brito.

A delegação do PCP, segundo informa uma nota da SIP, relatou dos visitantes sobre os «fundamentos, princípios e objectivos da política regional, municipal e local do partido».

Por outro lado, os resprsentantes do PCP prstaram alguns esclarecimentos sobre questões que lhes foram postas, nomeadamente sobre a posição do PCP em relação à entrada de Portugal na CEE.

Mais uma jornada de trabalho da Reforma Agrária

No próximo domingo, dia 16, acontece nos campos da Reforma Agrária mais uma jornada de trabalho promovida pela GCTP-IN que apela aos trabalhadores para participarem dado à importância que esta iniciativa tem para os assalariados agrícolas num momento em que decidiram dedicar-se à tarefa das sementeiras de Outono.

Os trabalhadores interessados devem contactar os Sindicatos, as Uniões de Sindicatos de Lisboa e Setúbal, o Centro Cultural dos Trabalhadores do Comércio ou a Interindical a fim de se inscreverem nesta jornada.

MIRN anuncia boletim mensal

O MIRN está a preparar o lançamento de um boletim mensal — informa o seu Departamento de Comunicação social.

O boletim destina-se a «dinamizar e noticiar as actividades» do movimento liderado pelo general na reserva Kaúlza de Arriaga, dirigindo-se principalmente «aos militantes, associados e simpatizantes» e prometendo também à «opinião pública em geral» a colaboração de personalidades «de reconhecido valor nacional» (na óptica, claro, do MIRN).

A assinar o ofício remetido à Imprensa surge o nome do sr. Mário Dias Ramos, do referido Departamento de Comunicação Social. Trata-se de um conhecido propagandista de direita que em tempos teve inclusivamente algum tempo de antena na TV à sua disposição.

Revolução de Outubro comemorada em todo o País

Realizações comemorativas em mais de quarenta cidades e vilas do continente e ilhas da Madeira, e dos Açores, estão projectadas pela Comissão Nacional do 60.º aniversário da Revolução de Outubro de 1917 — revela uma nota da sua comissão executiva.

Um grupo folclórico de danças e canções da Ucrânia, «Zaparojets», dará a conhecer em Lisboa, Porto, Espinho, Viana do Castelo Braga, Vila Real, Covilhã, Guarda, Leiria, Torres Novas e Funchal, o folclore das várias Repúblicas Socialistas Soviéticas.

Uma delegação oficial da Associação URSS-Portugal, dirigida pelo vice-primeiro-ministro, da República soviética da Ucrânia, Igor Stepanenko, será recebida por entidades oficiais portuguesas e participará numa grande festa de amizade a realizar em Lisboa, no dia 5 de Novembro, no Pavilhão dos Desportos, bem como noutras actividades integradas nas comemorações, como, em Coimbra, e no Porto, designadamente.

Sessões de cinema, palestras, colóquios e debates, com a presença de personalidades culturais dos dois países, exposições de artes plásticas (Palácio Foz), de fotografia e de livros da Ucrânia (no Mercado do Povo) preencherão ainda as comemorações. Serão lançadas várias obras dedicadas ao 60.º aniversário da primeira revolução socialista mundial.

No restaurante do Mercado do Povo, Alexei Veressiuk, célebre cozinheiro preparará pratos da cozinha tradicional ucraniana.

MOBÍLIAS USADAS

Salas jantar e quartos desde 7900$00, rústicas, modernas, Século XVII, Queen Anne, D. Maria, jogos maples, sofás-cama, etc.

RUA LUÍS PINTO MOITINHO, 7 R/C. ESQ.
(defronte igreja dos Anjos)

post-scriptum

Dávidas de populares para bordar a pérolas

Não sei até que ponto será aceite o, que me leva a escrever esta carta, pelo menos por aqueles que com visíveis fanatismos continuam a permitir certas situações num País que se quer real e progressista, mas até para esses prevalece a intenção.

Sempre foi do meu conhecimento que as caixas de esmolas que se encontram nas igrejas são uma ajuda monetária para as despesas e conservação das mesmas. Ir contra esse critério seria criar uma situação de divergentes opiniões. Não é essa a minha intenção, mas sim contestar o que considero um escandaloso abuso.

Resolvi, nas férias, visitar a capela de Nossa Senhora da Saúde no Martim Moniz, não que faça disso prática diária, dado que nem o trabalho, nem as minhas convicções o permitem, mas, como devido respeito visitei a dita capela.

Verifiquei com espanto que num recinto tão pequeno existem nove caixas de esmolas, com dois metros de altura. Até aqui só me apercebi do exagero, tanto no tamanho como na quantidade.

O que a seguir me escandalizou foram os dizeres por cima da primeira caixa à direita (quando se entra), que transcrevo:

«Aceitam-se dávidas para o restauro das vestes de Nossa Senhora da Saúde (bordadas a pérolas)».

Isto num País onde, como em todo o mundo, o cidadão tem direito a ser igual em dignidade e direitos, mas onde existe tanta miséria e desigualdade. Será o dinheiro dos pobres que tanto tem que suportar?

Entrar num recinto sagrado, com respeito, e sair com a garganta presa num grito de revolta, foi o que me aconteceu.

Enquanto o homem quiser olhar para o mundo onde vive e dele se aperceber, a sua verdadeira fé será sentir as diferenças sociais e humanas que outros homens vazios desse sentir criaram. A sua paz de consciência será a luta, no dia-a-dia, ao lado daqueles que se empenharam para que essa diferenças sejam abolidas em toda a humanidade.

César Salvado LISBOA

A anarquia em que vivem as farmácias

Fui dos primeiros que preconizaram a nacionalização da Farmácia de Oficina como processo curial capaz de evitar desmandos conducentes a um clima de tensão incompatível com a responsabilidade de quem todos os dias maneja a saúde pública. Evidentemente, que quando me referia a nacionalização referia-me outrossim ao pagamento da propriedade legítima constituída pelo recheio e valor comercial da oficina e não a um despojamento puro e simples sem a compensação devida. Em meu entender — repito — só assim poderá acabar a anarquia em que hoje vive a Farmácia de Oficina, repondo em seus verdadeiros lugares os trabalhadores: o farmacêutico director-técnico, os seus ajudantes.

Mas o que mais me espanta é o aproveitamento, melhor, a especulação feita pelos dirigentes sindicais de farmácia quando da atitude tomada recentemente pela ANF, em virtude dos atrasos proverbiais nos pagamentos da Caixa de Previdência, atitude a que, aliás, se obrigou em assembleia geral. Eu, que outrora calcorreei o meu distrito de lés a lés na colheita de assinaturas em todas as farmácias que o servem, e tudo isto a fim de apresentar o nosso protesto contra um desconto que temos como injusto e um atraso nos pagamentos que temos como desastroso, fico perplexo com as afirmações gratuitas que se dizem e se escrevem garantindo que nada se intentou no tempo da outra senhora, tempo em que os fornecimentos à Caixa de Previdência não excediam dez ou vinte por cento do montante que agora atingem.

Verteu-se muita tinta, desperdiçou-se muito papel em caixa alta, escreveu-se muitíssimo, insultou-se talvez, ameaçou-se com certeza. E tudo isto acerca da sintomatologia de uma doença que ameaça tornar-se crónica e epidémica. Pouco ou nada se disse sobre a cura, nada se adiantou quanto à sua etiologia. Sobre isto, silêncio. Mas o certo é que, a despeito de todas as promessas, estamos em Outubro e eu ainda não recebi o mês de Junho. Esta a verdade. A quem imputar, pois, a culpa desta situação que hoje vivemos? Ou a Farmácia de Oficina, além de contribuinte para o seguro social de saúde através do desconto que considera indevido, de pagar prontamente as suas próprias contribuições, de se sacrificar com o acréscimo de trabalho que advém do processo usado pelos serviços médico-sociais, ainda tem como obrigação tapar os buracos abertos por todos aqueles que acham mais proveitoso pagar multas do que entrar com os montantes que de facto devem?

Vasco A. P. Ferreira Branco
— AVEIRO

DÊ-NOS NOTÍCIAS PELO TELEFONE 36 87 40

Contacte a Redacção do «Diário de Lisboa» através do nosso serviço automático de gravação de telefonemas, ao seu dispor entre as 21 horas e as 8 da manhã.

Folhetim Artístico — **José-Augusto França**

Linhares, por exemplo

Linhares é uma velha aldeia situada a seis quilómetros da Estrada Internacional da Guarda, e a vinte de Celorico da Beira, cabeça do seu concelho. Tem um castelo, duas igrejas românicas e a fachada de um solar dos Corte-Reais, dos fins do século XVIII, por detrás da qual ardeu e se arruinou a casa. Mais adiante outras casas solarengas — e em volta casas de granito, numa confusão orgânica de arruamentos rústicos que também o granito calça. É uma das mais extraordinárias povoações da Beira interior, rica de história, de pitoresco e de uma qualidade arquitectónica que a ambos deve uma definição profunda. Pouca gente espreitando das casas, e uma vida triste, de aldeia beiroa sujeita aos grandes frios do Inverno que se adivinham todo o ano.

Várias vezes lhe passei à vista, desejando sempre chegar à sua beira, mas o tempo cortava-me a possibilidade de o fazer; até que, este ano, antes que a fronteira me sorvesse, galguei os quilómetros necessários à visita — e por lá andei uma hora de admiração. E de aflição também.

Num folhetim ainda recente falei de casas e «maisons» que por Portugal fora arruinam a paisagem e a arquitectura do País. E afirmei dolorosamente que havia culpas graves da parte dos municípios, do Minho ao Algarve, em deixarem fazer o que se está fazendo — estes atentados à cultura nacional e ao património do povo português do qual tanto partidariamente se fala, puxando-o para dentro senão para fora dos seus interesses de povo e de cultura. De cultura, onde os interesses são materiais também. Culpas graves das câmaras municipais e de quem mal as dirige, neste ou no anterior regime, em nome deste ou daquele emblema, meu ou contrário ao meu. Porque, tentei eu explicar, é de mentalidade o problema e nem sempre, ou poucas vezes, a política muda a mente das pessoas. Ou muito e muito lentamente o faz. Com tanto vagar que parece destruir-se hoje em dia mais aceleradamente do que nos dias do Estado Novo neste campo se fez. E sem se reparar em que esta destruição de que falo é, ao mesmo tempo, real e simbólica.

Linhares vem como exemplo.

Porque à beira das suas pedras se eleva já uma «maison» amarela e verde, e outra se terminou aguardando cor «plástica», enquanto outra está em construção — todas as três destruindo a definição tradicional e orgânica da aldeia.

Estas casas novas são, certamente, mais higiénicas que as velhas, representam uma melhoria das condições de vida primária dos habitantes, um passo de conforto humano — mas não, certamente também, um passo de civilização. O seu progresso aparente é falso porque ganho à custa da destruição de uma imagem autêntica. Não só as casas existentes podem ser melhoradas numa campanha de salubridade de que de Norte a Sul do País importa conduzir, como também as casas novas que, necessariamente, em Linhares como em todo o lado, serão construídas, com dinheiro vindo dos sacrifícios da emigração, podem enriquecer a aldeia, integrando-se na sua própria imagem — num processo de relatividade cultural que dinamicamente contribua para o absoluto que todo o conjunto habitacional é, através da vida, ou seja, da História.

Três casas feitas de boas intenções e de sacrifícios de vidas difíceis e respeitáveis estão, sem querer e sem saber, a tirar os valores da sua aldeia — em vez de lhos acrescentar.

Linhares é exemplo dos terríveis erros que se cometem no País — exemplo que, de repente, vi perfilar-se num quadro privilegiado de natureza adusta e de obra secular, humilde e dura, das gerações de homens e mulheres que fizeram a aldeia, vivendo nela, ao longo de muitos e muitos anos de sofrimento e de coragem. Isso mesmo se lê nas suas casas velhas, porque a arquitectura é, dos discursos humanos, o único que não mente. Ou que, quando o fazem mentir, logo dá conta do erro propositado ou involuntário.

É com certeza involuntário o erro que os proprietários das três casas de Linhares estão a cometer, e a sua responsabilidade diminui-se em face de outros e ingénuos valores humanos que os levaram a construír novas e pimpantes «maisons» de emigrantes. Mas a alguém cabe a responsabilidade do que em Linhares se está a passar.

A vinte quilómetros da Câmara Municipal de Celorico, que autorizou as obras, está-se a destruir uma aldeia, na sua imagem mais íntima, no seu sentido mais profundo. Quando fácil teria sido conduzir os construtores das três casas para modelos e processos de construção que servissem e enriquecessem essa imagem e esse sentido...

Terá a Câmara Municipal de Celorico consciência disto? Bom seria que sim — porque o seu erro é grave e imperdoável. As licenças concedidas não datam, certamente, da actual vereação que deve ter meses de existência; mas as anteriores, que fizeram ou não fizeram elas? Porque não compreenderam elas que estavam a lesar o património nacional — porque puderam elas ser irresponsáveis a este ponto? Como pôde ser mal exercido o seu poder, como puderam elas ser indiferentes a problemas de tal gravidade? E que pode fazer a vereação que lhes sucedeu agora — ou que disse ela, sobre o caso, na sua propaganda eleitoral? E as listas concorrentes, como encaravam elas o problema?...

Não levemos mais longe as perguntas nem as acusações. Linhares é um caso entre muitos outros. Só que a qualidade da aldeia torna exemplar o erro, ou o prejuízo feito ao património nacional.

... Enquanto se espera que um dia se montem, com seriedade, de real política cultural, as estruturas legais e técnicas necessárias à defesa desse património.

Os imigrantes e o Programa Comum

A. MONTEIRO

. PARIS, Outubro — De novo a cimeira da União da Esquerda fracassou. O debate público para a reactualização do Programa Comum mostrou claramente os desencontros e os desacordos que existem entre as três formações.

Ao «liberal» Robert Fabre, do Movimento dos Radicais de Esquerda, que recusa as nacionalizações das filiais dos grupos económicos a nacionalizar, passando por François Mitterrand, do Partido Socialista, que depois de uma brilhante intervenção na televisão francesa, anuncia que não será de forma alguma «o Soares do PCF», Georges Marchais, do Partido Comunista Francês, rompe a segunda cimeira, apesar de diversas concessões dos dois outros partidos.

Por inexplicável que seja esta sua decisão, diversos comentadores, incluindo os afectos à esquerda, vêem nesta atitude uma eventual pressão de Moscovo, para quem a vitória da esquerda e a participação dos comunistas franceses no Governo não é vista com bons olhos, no estado presente das relações entre os dois partidos.

A esta hipótese reage o PSF recusando qualquer referência ao partido irmão. Sublinhe-se que o PCF anunciou a recente chegada a Paris do competente matemático soviético Tchudnovsky, que decidiu emigrar para o Ocidente.

Entretanto — e parece-nos ser o facto a salientar na situação actual —, a grande esperança que a unidade da esquerda tinha forjado em milhões de pessoas é neste momento desmentida pela realidade das divergências no seio da esquerda. Se uma reactualização do projecto de Governo deveria ser clara e pública, as peripécias desse trabalho atingem, senão a credibilidade, pelo menos as intenções dos seus signatários.

«E os imigrantes estão abrangidos pela actualização do Programa Comum»? — perguntava um ouvinte de Radio-France a um responsável comunista, num programa em directo. «Sim, os trabalhadores imigrados, a quem a França deve muito das suas realizações, beneficiarão das conquistas do Programa Comum». Resposta rápida, mas que não evoca as actuais divergências sobre a situação dos imigrantes.

No projecto de 1972 os imigrantes são referidos num parágrafo sem que isso altere fundamentalmente a sua situação (quer legislativa, quer de representatividade). No actual debate de reactualização do Programa as posições diferem sobretudo quanto à proposta socialista de que os imigrantes participem, a nível comunal, na eleição das municipalidades. O PCF recusa este direito de voto, mas propõe a «associação dos imigrantes à gestão das colectividades locais, segundo as modalidades que elas determinarão». O MRG (Movimento dos Radicais de Esquerda) recusa as propostas socialista e comunista.

No seio das associações de emigrantes ouvem-se críticas ao facto de não ser prevista nenhuma alteração ao actual estatuto do trabalhador imigrado quanto à legislação que o controla. Desde há muito que diversas associações de trabalhadores reivindicam o direito de participação eleitoral a nível municipal.

«O Programa Comum não pode determinar este tipo de acção eleitoral, que releva do poder legislativo» — respondem os responsáveis comunistas. «Os imigrantes são antes de mais componentes da classe operária e é como trabalhadores que a sua acção se deve repercutir na vida pública, através das organizações sindicais» — confiava-nos um sindicalista português da CGT em St-Denis.

Neste momento da organização dos imigrantes, sem lhes ser reconhecido o direito de expressão, de reunião ou de informação, a instituição do direito de voto municipal «pode ser uma ratoeira e uma utilização do imigrante por forças políticas que os controlem».

O debate é vivo, mas «o que nos parece essencial é que as forças de esquerda se imponham quanto à realização de um projecto global de Governo, para levar a União da Esquerda ao Poder, que corresponda aos interesses das massas laboriosas de que fazem parte os imigrantes» — afirmam em súmula os responsáveis políticos do programa comum.

Um certo consenso existe neste sentido, tanto mais flagrante quanto a situação económica serve neste momento de pretexto às diferentes correntes da maioria presidencial contra a população imigrada. Entretanto a organização associativa das comunidades imigradas parece ser uma forma para que os trabalhadores imigrantes participem activamente na defesa do seu trabalho e do direito à residência.

cursos intensivos especiais para trabalhadores estudantes

— Ciclo Preparatório
— Curso Geral dos Liceus
— Curso Complementar

Cursos intensivos
com orientação pedagógica
participada pelo aluno
e acompanhamento personalizado

Grupo seleccionado de professores
com larga experiência

ABERTAS AS INSCRIÇÕES

cooperativa de ensino SEBASTIÃO DA GAMA

Av. Almirante Reis, 106-1.º e 2.º
Tel. 822776–823531 Lisboa-1
Metro **ARROIOS**

Queriam enviar-me grátis a documentação sobre os vossos cursos intensivos.

Nome .....
.....
.....
Morada .....
.....
..... DL

MINISTÉRIO DA HABITAÇÃO URBANISMO E CONSTRUÇÃO
FUNDO DE FOMENTO DA HABITAÇÃO
AVISO

Para os devidos efeitos, informa-se que estão em venda 16 fogos e 2 armazéns, sitos nos lotes 39 e 40 do bairro residencial «Bela Vista», em Vale Fetal, Charneca da Caparica, Concelho de Almada, construídos pela Empresa Augusto Santana de Araújo, devendo os interessados contactar directamente aquela firma ou este Fundo de Fomento, na Avenida Columbano Bordalo Pinheiro, 87-7.º, em Lisboa.

O prazo de inscrição termina no próximo dia 31 do corrente.

Para selecção dos candidatos às habilitações, serão observadas as disposições contidas no Decreto Regulamentar n.º 50/57, de 11 de Agosto, nomeadamente quanto a rendimentos e adequação do fogo ao agregado familiar.

Fundo de Fomento da Habitação em 10 de Outubro de 1977.

O PRESIDENTE DA COMISSÃO DIRECTIVA

Manuel Duarte Gaspar
Eng.º

MINISTÉRIO DOS ASSUNTOS SOCIAIS

Hospitais da Universidade de Coimbra

SERVIÇOS DE APROVISIONAMENTO

SEGUNDO ANÚNCIO

Faz-se público que nos Serviços de Aprovisionamento dos Hospitais da Universidade de Coimbra se encontra aberto o Concurso Público n.º 5/77/AG, para:

Remodelação e beneficiação do 1.º andar e salão da antiga Maternidade Dr. Daniel de Matos, para instalação da Clínica Urológica e Serviço de Diálise.

O depósito provisório proposto para caucionar a proposta é de Esc. — 10.000$00 e deverá ser efectuado na Tesouraria destes Hospitais, mediante guia passada nestes Serviços.

O respectivo caderno de encargos poderá ser consultado nos Serviços de Aprovisionamento, todos os dias úteis das 9.30 às 12.30 e das 14 às 17 horas, e aos sábados das 9.30 às 13 horas.

As propostas em papel selado e em carta fechada e lacrada devem ser entregues até às 15.30 horas do dia 7 de Novembro de 1977 e serão abertas, no dia seguinte, nos referidos Serviços, pelas 15 horas.

No sobrescrito deve mencionar-se o n.º deste concurso — 5/77/AG.

Coimbra e Hospitais da Universidade, 10 de Outubro de 1977.

Pel'O Director dos Serviços de Aprovisionamento
Gilberto Pinto Ângelo

Bolsa dos pobres pouco concorrida

«Meus senhores, está aberta a praça. Só se podem arrematar lugares para as pessoas que estão presentes. Só podem arrematar um lugar no Mercado. Têm de se colectar nas Finanças. Têm de pagar integralmente na arrematação. Pagam dois meses adiantados. Meus senhores, vai começar» — diz o leiloeiro da Câmara Municipal que têm à disposição dos vendedores, que ontem à tarde em pequena quantidade se juntaram no Pavilhão dos Desportos, lugares em 26 mercados da capital.

A sessão começou quase à hora marcada. Até lá as pessoas iam-se arrumando num sector do Pavilhão (não seriam mais de 30) enquanto as mulheres da limpeza lavavam as balanças de outros sectores. «Anda cá filha para o pé de mim para me encostar a ti». Houve um «psiu» de outra bancada. Tinha entrado a mesa do leilão. «Ainda não começou. Ainda posso falar. Ai mãe do céu!». O leiloeiro apresentou-se: «Meus senhores...». A velha gaiteira então compenetrou-se do momento: «Adeus ó miroscas».

«Está em 50 escudos. Alguém dá mais? Está em 50 escudos. Além cobre o lance? Ninguém? Pronto é para a senhora. Venha aqui à mesa pagar».

A maior parte das ofertas não tinha concorrente, o que tornava o leilão rápido e de pouco interesse. Como se as pessoas estivessem concertadas e não quisessem bulir com os interesses umas das outras. Como se houvesse «panelinhas» e fosse necessário que tudo decorresse sem atropelos. Bem avisava o leiloeiro:

Lugares em 26 mercados foram ontem a leilão no Pavilhão dos Desportos. Fraca assistência, poucos interessados, a bolsa dos pobres em crise nesta época

«É uma responsabilidade que contraem perante a Câmara. Vocês é que devem saber qual o lugar que querem».

A um canto um grupo de paquistaneses, retornados de Moçambique preparava-se para arrematar alguns lugares para venda de ovos e caça. Vinham em família. A cabeça do grupo falava das suas pretensões, descia ao ringue e pagava à Câmara dois meses adiantados da renda do lugar acrescido do custo do lance da arrematação. O leiloeiro, de quando em quando, metia pitada da sua lavra e explicava algum parágrafo das regras que regem um leilão, bolsa de pobres em declínio ou muito frouxo devido à época. Assim, ontem foi aplicado o direito de opção por morte da mãe. Seja: a filha substitui a mãe numa loja de frangos ali para a 24 de Julho.

A única disputa da tarde viria mais tarde. Está em arrematação um lugar de hotaliça no Mercado 24 de Julho. Uma senhora levanta a voz. Candidata-se. E explica porquê. A sogra que estava naquele lugar há 30 anos está a morrer. Portanto ela, nora, vinha arrematar o lugar para o seu filho, «neto da coitadinha que está a morrer».

«Está em 50 escudos» — apregoa o leiloeiro.

«Cem» — contrapõem de uma bancada ao alto do sector duas retornadas. Levanta-se um pequeno borburinho no Pavilhão dos Desportos. Uma velha, porventura feita com a nora e mão daquele «neto da coitadinha» entra na jogada. Diz: «Eu também queria esse lugar, mas quem tem direito a ele é esta senhora. A sogra já lá estava há mais de 30 anos». Do alto da bancada, respondem-lhe: «Nós vimos de fora. Também temos que trabalhar. Precisamos de pão. Tenho oito filhos».

As paradas vão subindo. Duzentos, 400, 500, mil... Aqui o leiloeiro avisa: «Tomem atenção. Isto não é nenhuma brincadeira».

«Mil e quinhentos», aguenta ainda uma das retornadas.

O borburinho aumenta. E o «neto da coitadinha» em fato de macaco e que está desempregado há mais de seis meses, grita colérico, com ar de parada final e intransponível: «Dois mil escudos». Cai silêncio sobre o Pavilhão. As retornadas conformam-se.

«Dois mil escudos, um, dois mil escudos duas, dois mil escudos três. O lugar é seu. Venha pagar.»

E impantes, mãe e filho, encaminham-se para a bicha do pagamento no ringue.

Acrescenta o leiloeiro: «Ganhou aquele senhora que era o neto». A partir daqui sabe-se que não haverá mais paradas emocionantes. As pessoas vão saindo. O leilão está a chegar ao fim. A maior parte dos lugares ficaram por arrematar. A bolsa dos pobres está em crise.

COM A PRESENÇA DE MARIA VELHO DA COSTA

Muito público na leitura de "Casas Pardas" pelo grupo de teatro da "Cornucópia"

Propiciar contactos mais amiudados entre os escritores, os actores e a gente do teatro é um dos objectivos das sessões públicas das quartas-feiras, para a leitura de obras contemporâneas, na sala Manuela Porto, ontem inaugurada pela Cornucópia, no Teatro do Bairro Alto.

E pode dizer-se que esse objectivo, foi de certo modo, atingido com o primeiro programa: extractos de «Casas Pardas», de Maria Velho da Costa, lidos por Márcia Breia, Isabel de Castro, Luis Miguel Cintra, Jorge Silva Melo e Maria Emília Correia, da Cornucópia, e apresentados por Luís de Sousa Costa.

«É também uma forma simpática de pôr os escritores em contacto com o público leitor» disse-nos a própria autora de «Casas Pardas», finda a sessão, enquanto ia autografando livros e recebendo elogios do público, que enchia por completo a sala. Maria Velho da Costa acrescentar-nos-ia (abrindo uma fenda breve no muro do seu distanciamento) que leituras como a de ontem, feitas por profissionais, que sabem ler textos, se tornam, até «estimulantes para os próprios autores».

Sendo-lhe, notado, o carácter relativamente restrito da audiência, composta em grande parte de caras conhecidas no meio, a escritora, advertiu que, embora haja outras formas de divulgar livros esta não parece má. «É de qualquer modo muito menos errada de que os lançamentos em «cocktails» com pastelinhos de bacalhau e toda a «vernissage» de circunstância. Aqui toma-se contacto, com o livro e não só com o personagem escritor».

Completamente cheia a sala Manuela Porto para ouvir ler extractos das «Casas Pardas»

A sala Manuela Porto, é um prolongamento do «hall» do teatro do Bairro Alto onde trabalha o grupo da Cornucópia. Trata-se de um espaço branco, pintado de fresco e com meia dúzia de projectores uniformemente acesos.

As entradas são livres, e como era novidade e a escritora muito conhecida, a casa encheu-se a extravasar, ficando gente de fora, pescoço esticado, procurando ouvir os actores.

Com Maria Velho da Costa, vários escritores: José Gomes Ferreira, sentado junto da autora de «Casas Pardas», brindou amiúde, com sorriso de apreço, passos significativos do livro. No final estabeleceu-se um breve debate com a assistência que incidiu, especialmente sobre a interpretação da obra feita por Luís Sousa Costa.

Um dos responsáveis por estas sessões da Cornucópia, Jorge da Silva Melo, diz-nos que pensam sair de Lisboa e fazer em clubes e associações leituras de outros livros, talvez de uns três ou quatro por sessão.

Com base na preparação destas leituras, pensam partir para a teatralização de alguns dos livros escolhidos? — perguntámos-lhe.

— Essa era uma das ideias que tínhamos ao pensar nestas sessões. Mas é cedo para adiantar alguma coisa. Com Maria Velho da Costa existe já um projecto de trabalho anterior, momentaneamente suspenso.

Depois de «Casas Pardas», a Cornucópia tem programadas leituras públicas para os dias 19 de Outubro («20 anos de poesia portuguesa»), 9 de Novembro («Ultima palavra: Sim», de Nuno Júdice e «Ossuário», de Rui Diniz), 16 de Novembro («Directa», de Nuno Bragança), 7 de Dezembro («E agora, José?», de Cardoso Pires) e 14 de Dezembro («Trabalho poético», de Carlos de Oliveira).

Ainda morre muita gente nas praias portuguesas

Embora pareça um contra-senso, morreram este ano mais pessoas nas praias vigiadas e sinalizadas pelo Instituto de Socorros a Náufragos do que nas praias onde não existe essa vigilância.

O número maior de acidentes mortais (o que o ISN não revelou o número) deu-se no chamado anel de Lisboa que vai da Ericeira à Figueirinha, perto de Setúbal.

Segundo o director do Instituto de Socorros a Náufragos almirante António Galhordas aquele aparente contra-senso deveu-se ao facto de o público procurar quase exclusivamente as praias vigiadas que registaram este ano as maiores enchentes de sempre.

Considera-se, no entanto, que as campanhas desencadeadas na Rádio, na Imprensa e na Televisão evitaram que a catástrofe fosse maior, como se receava.

Junta de Freguesia de S. Mamede contra o despejo de dez famílias

«Quando na esquadra de Polícia da área faltam efectivos policiais para obstar a que os moradores sejam incomodados e prejudicados no seu descanso nocturno, é para nós chocante saber que a Polícia dispõe de centenas de efectivos, durante um dia inteiro para acompanhar uma acção de despejo, ao serviço de um proprietário e contra dezenas de seres humanos que não querem mais do que o seu direito constitucional a uma habitação», lê-se num comunicado da Junta de Freguesia de S. Mamede, a propósito de um despejo ocorrido no passado dia 8 do corrente num prédio da Rua Artilharia Um, 61-63, que, conforme na altura noticiámos, deixou sem habitação dez famílias, incluindo numerosas crianças, viúvas, reformados e retornados.

E o comunicado que é assinado pelo presidente da Junta, Ruth Arons de Carvalho, refere que «este caso é ainda mais preocupante porque apanhou de surpresa os moradores convencidos de que a sua situação estava em vias de legalização, pois para isso tinham lutado, através de todos os meios legais e burocráticos ao seu alcance, desde a ocupação do edifício devoluto, em Março de 1975, acontecendo mesmo que só na antevéspera à tarde o seu advogado tomou conhecimento da decisão final do tribunal e a própria Junta, informada então pelos moradores aflitos, já nada conseguiu fazer».

E tomando uma posição frontalmente crítica à política que vem tornando possível este tipo de despejos, o comunicado considera «inadmissível que num País que se pretende democrático e renovado, famílias inteiras sejam deixadas ao abandono, compelidas a procurar refúgio em barracas ilegais (e portanto igualmente sujeitas a serem demolidas) ou em casa de parentes e amigos, já superlotadas».

Bispo de Colónia

Proveniente de Roma, chegou ontem à tarde a Lisboa, o arcebispo de Colónia, Joseph Hoeffner que se desloca a Portugal para presidir à peregrinação de Outubro, cerimónia que assinala o encerramento das comemorações do 60 aniversário das aparições de Fátima.

Na NAZARÉ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na TABACARIA BATISTA

"LEI DAS BASES" DA FUNÇÃO PÚBLICA

Sindicatos acham "um insulto" que o MRPP possua o texto

Segundo um telegrama da ANOP, a organização do PCTP/MRPP para a Função Pública considera que o projecto de «Lei das Bases» da Função Pública, cujo texto afirma possuir na íntegra desde há dias e que deverá sair hoje no jornal «Luta Popular», serve «os interesses do grande capital», razão por que «as forças interessadas na situação da crise à custa dos trabalhadores têm de concordar com esta Lei».

A concretizar-se a anunciada publicação do texto no referido jornal, tratar-se-ia de mais uma clamorosa fuga de informação, ao nível da que ocorreu com o chamado «Projecto Roque Lino».

Entretanto, e até ao momento, o Governo — recorda a ANOP — apenas entregou aos Sindicatos da Função Pública os dois primeiros capítulos do seu projecto (que se compõe de cinco).

O PCTP/MRPP assegura que aqueles dois capítulos, os quais tratam dos vínculos dos trabalhadores da Função Pública (TFP) ao Estado e dos quadros e carreiras, visam a «criação de condições para que o Estado disponha de um aparelho eficiente e obediente», reforçam «o papel das chefias» instituindo a classificação numérica, e «abrem a porta para despedimentos em massa na Função Pública».

Relativamente aos três últimos capítulos o PCTP/MRPP considera que eles apresentam «ingerência na vida sindical», «negam na prática o direito à greve» e «mantêm o espírito do Estatuto Disciplinar de 1943».

O PCTP considera ainda que o texto que afirma possuir pretende «liquidar as comissões de trabalhadores e integrá-las nos serviços, dando-lhes funções consultivas».

REACÇÃO SINDICAL

Ainda segundo a ANOP, os Sindicatos da Função Pública consideram por seu lado «quase um insulto o facto de uma força política, que nem pertence ao Governo, conhece uma documentação considerada secreta, enquanto os sindicatos do sector não têm acesso à mesma», disse à ANOP um dirigente da Função Pública do Sul.

O mesmo dirigente afirmou «ter manifestado ao secretário de Estado a sua estranheza pelo facto de uma organização política se dar ao luxo de possuir tais documentos».

«No entanto», acrescentou, «caso o 'Luta Popular' cumpra a promessa, os sindicatos 'tomarão uma posição pública sobre o caso'.»

Contactada a Secretaria de Estado da Administração Pública, e uma vez que o secretário de Estado se encontrava (ontem) reunido com o Conselho de Ministros, um responsável daquele organismo admitiu que posteriormente «seria feita uma declaração, caso o dr. Santos Pais assim o entenda».

O mesmo responsável adiantou que o documento da «Lei das Bases» continuava a ser «confidencial».

MOTA PINTO EM GENEBRA

Balança Comercial da EFTA cada vez mais deficitária

Uma delegação portuguesa, chefiada pelo ministro Mota Pinto, participa desde a manhã de hoje, em Genebra, na reunião ministerial da EFTA que termina amanhã, e que tem como ponto principal da ordem de trabalhos a análise da situação económica europeia, com destaque para a dos países daquela associação comercial.

Numa informação dada ontem à Imprensa, foi revelado que o déficite na balança comercial do conjunto dos países da EFTA, durante os primeiros seis meses deste ano, foi de cerca de 260 milhões de contos, enquanto que no mesmo período relativo a 1976, atingiu os 170 milhões de contos.

Na ordem do dia da reunião estão ainda os seuintes pontos: análise da actividade da EFTA, o seguimento às resoluções da reunião cimeira de Viena que no mês de Maio passado reuniu, a convite do chanceler Kreisky, os primeiros ministros dos países da EFTA, o relatório das duas ultimas reuniões do comité consultivo e finalmente uma resolução a tomar quanto à criação de um Comité Permanente de Parlamentares no quadro da associação.

Sobre este último ponto, o ministro português, ao chegar, afirmou que a posição portuguesa é de apoiar a proposta e isto dentro de uma abertura à convivência internacional e apoio a dar uma maior vivência às instituições internacionais a que Portugal pertence.

A Islândia, país membro, não estará presente a esta reunião, dado que uma greve geral não permite a vinda da delegação e que mesmo parte dos habituais membros da delegação deste país se encontram também em greve.

PORTUGAL NA EFTA ATÉ INGRESSO NA CEE

O ministro Mota Pinto, referiu ainda ontem, à partida, que um dos assuntos que abordará se relaciona com o facto de Portugal ser beneficiário de um Fundo de Desenvolvimento Industrial concedido pela EFTA — e gerido pelo Banco de Fomento Nacional — da ordem dos 100 milhões de dólares (cerca de 4 milhões de contos), para financiamentos a pequenas e médias empresas, o qual, frisou, tem vindo a ser utilizado por mais de três dezenas dessas empresas.

A eventual adesão da Espanha à EFTA, acrescentou, será também motivo de troca de impressões, pois tal adesão «cria repercussões na vida económica portuguesa».

«É preciso ponderar com muito rigor — acentuou o ministro — qual deve ser o tipo de relações que no quadro da EFTA se devem preservar nas relações Portugal/Espanha».

Referiu, ainda que Portugal continuará a fazer parte da EFTA até se consumar o seu ingresso na CEE, «o que é um processo a longo prazo», pelo que o país, como «membro de pleno direito da Associação Europeia de Comércio Livre, exercerá os respectivos direitos e cumprirá as respectivas obrigações».

Além do ministro do Comércio e Turismo, fazem parte da delegação portuguesa à reunião nomeadamente, o embaixador representante permanente de Portugal na EFTA, adriano de Carvalho, e o presidente da comissão executiva do secretariado para a cooperação económica e técnica externa, Carlos Lourenço.

Emigração portuguesa discutida em Belgrado

A delegação portuguesa levantou, uma vez mais, ontem na Conferência de Belgrado sobre Segurança e Cooperação na Europa, o problema da situação dos trabalhadores emigrantes, tendo definido a simplificação das vias de contacto entre os empresários dos diversos países — revelou a agência Tanjug.

O chefe da delegação portuguesa apoiou por outro lado, a proposta de Malta sobre medidas excepcionais de cooperação entre os países mediterrâneos.

No domínio político-militar, foram novamente discutidos problemas de desarmamento, diminuição das forças militares, o emprego da força e os direitos humanos, tendo as delegações da Polónia, Hungria e Bulgária, subscrito a proposta suiça de convocação de uma reunião de peritos, marcada para 1978, em Lugano, no sentido de se encontrarem mecanismos de resolução pacífica de letígios europeus.

A delegação norueguesa apresentou, por sua vez, uma proposta de realização de um encontro de especialistas sobre a protecção do meio ambiente

Assinada portaria do médio generalista

Apesar da contestação dos médicos do 4.º ano do internato de Policlínica, o miinistro dos Assuntos Sociais, dr. Armando Bacelar acaba de assinar a portaria que reconhece, como especialidade do âmbito dos serviços dependentes da Secretaria de Estado da Saúde, a actividade médica específica de medicina geral.

A preparação respectiva será ministrada em internato complementar específico, integrado no internato da especialidade.

A importância desta providência é realçada no preâmbulo da portaria, onde se afirma que o médico generalista, definido pelo Conselho da Europa como o que recebeu formação específica para dar cuidados pessoais primários e contínuos, será uma pedra angular e fundamental no Serviço Nacional de Saúde.

Numa conferência de imprensa realizada anteontem, representantes dos médicos abrangidos, agora, por esta portaria chamavam a atenção para o facto de «não estarem criadas as condições de trabalho» para o lançamento do estatuto de «médico generalista» e criticaram também a elaboração deste documento governamental sem a audiência dos interessados. A portaria seguiu para publicação no «Diário da República».

NOS SILOS DO BEATO

Dois operários morreram intoxicados

Dois operários, Joaquim Duarte, de 30 anos, casado, natural de Resende e morador em Santa Iria da Azóia, e José Manuel, de 20, casado, nascido em Seia e residente em Paço de Arcos morreram, cerca das 21 e 30 de ontem, intoxicados num dos «canudos» dos silos do Beato, pertencentes ao Instituto dos Cereais.

Segundo revelou esta manhã ao «DL» o director daquele complexo, eng. Pereira Coutinho, embora ainda não existam provas concretas, o acidente teria sido provocado pela emanação de um gás tóxico proveniente do milho branco que, durante alguns dias, esteve armazenado no local. Posteriormente, não teria havido a desinfecção imposta pelas regras de segurança. Assim quando, ontem à noite, os dois operários entraram no «Canudo», com cerca de 34 metros de altura, não mais apareceram. Dois camaradas que os procuraram sofreriam também os efeitos da concentração do gás tóxico, embora sem consequências fatais, encontrando-se neste momento ainda impossibilitados de prestarem as informações que poderão conduzir ao esclarecimento concreto das causas que estiveram na origem da tragédia.

8.º CARTÓRIO NOTARIAL DE LISBOA
NOTÁRIO
Lic. Eduardo António Correia de Azevedo
O signatário,
ajudante do Oitavo Cartório Notarial de Lisboa
CERTIFICA:

PRIMEIRO — Que a fotocópia, apensa a esta certidão, está conforme com o original adiante referido.
SEGUNDO — Que foi extraída neste Cartório da escritura lavrada de folhas sessenta e três a folhas setenta e duas verso do livro de notas D — sessenta e sete, datada de seis de Maio de mil novecentos e setenta e sete.
TERCEIRO — Que ocupa vinte folhas, as quais têm aposto o selo branco deste Cartório, e estão, todas elas, numeradas e por ele, ajudante, rubricadas.
Lisboa, vinte de Maio de mil novecentos e setenta e sete.

O TERCEIRO AJUDANTE

CONSTITUIÇÃO DE ASSOCIAÇÃO

No dia seis de Maio de mil novecentos e setenta e sete, no Oitavo Cartório Notarial de Lisboa, perante mim o Notário Lic. em Direito Eduardo António Correia de Azevedo, compareceram como outorgantes;
Primeiro: — CARLOS MANUEL DA PALMA BARÃO, casado, natural da freguesia de Vila Nova de Cacela, concelho de Vila Real de Santo António, residente na Estrada da Correia, Lote 8, 3.º andar, esquerdo, na Venda Nova, freguesia da Amadora, concelho de Oeiras;
Segundo — ALBERTO GONÇALVES, casado, natural da freguesia de Alvadia, concelho de Ribeira de Pena, residente na Estrada da Correia, Lote 3, r/c, esquerdo, na Venda Nova, freguesia da Amadora, concelho de Oeiras;
Terceiro: — ANTÓNIO JOSÉ DO ROSÁRIO, casado, natural de Diu, antigo Estado Português da Índia, residente no Bairro Social à Estrada dos Salgados, casa doze Venda Nova, dita freguesia da Amadora; e
Quarto: — ANTÓNIO SILVÉRIO RODRIGUES, casado, natural da freguesia de Santa Engrácia, desta cidade e concelho de Lisboa, residente na Estrada da Correia, Lote 8, 1.º andar, esquerdo, na Venda Nova, dita freguesia da Amadora.

E DECLARARAM:

Que, pela presente escritura, constituem uma associação, que se regerá pelos seguintes Estatutos:

CAPÍTULO PRIMEIRO
DENOMINAÇÃO, SEDE, DURAÇÃO E FINS
ARTIGO PRIMEIRO

UM — Com a denominação de «ASSOCIAÇÃO DE MORADORES FORÇA DE VONTADE» é constituída uma associação que tem a sua sede provisória na Estrada da Correia, lote oito, terceiro, andar, esquerdo, na Venda Nova, freguesia da Amadora, concelho de Oeiras.
DOIS — A sua duração será por tempo ilimitado, contando-se o seu início a partir desta data.

ARTIGO SEGUNDO

São fins da Associação:
PRIMEIRO: — Promover a construção de casas e de equipamento social (creche, sala de reuniões, posto médico, jardim-infantil) e quaisquer outros necessários ao desenvolvimento sócio-cultural dos associados;
SEGUNDO: — Prosseguir todas as actividades das quais possam resultar vantagens materiais para os sócios;
TERCEIRO: — Organizar iniciativas culturais, recreativas e desportivas;
QUARTO: — Difundir a experiência resultante da actividade da Associação (contactos com outras Associações).

ARTIGO TERCEIRO

UM — A Associação está ao serviço dos moradores do Bairro Força de Vontade e desenvolverá a sua actividade dentro de um espírito solidário e não lucrativo.
DOIS — A Associação manterá absoluto apartidarismo político e uma total neutralidade religiosa, podendo, em colaboração com partidos e organizações democráticas, promover sessões de carácter político.

CAPÍTULO SEGUNDO
DOS SÓCIOS
ARTIGO QUARTO

Podem ser sócios da Associação:
UM - a) — Os maiores de dezoito anos de idade, que à data da constituição da Associação tenham a sua residência permanente no concelho de Oeiras tendo preferência na admissão, os candidatos já inscritos;
b) — Todos aqueles que, ao atingirem dezoito anos, morem no futuro Bairro Força de Vontade;
DOIS — A assembleia geral poderá em data futura determinar as condições em que outras pessoas, que não as referidas antes, possam ser admitidas como sócios.

ARTIGO QUINTO

Admissão como sócio faz-se mediante proposta do próprio dirigida à direcção.
No caso de a proposta ser rejeitada pela direcção, o candidato pode levá-la à apreciação da assembleia geral.

ARTIGO SEXTO

São direitos dos sócios:
PRIMEIRO: — Ser eleitos ou nomeados para qualquer cargo;
SEGUNDO: — Gozar de todas as regalias e benefícios que a Associação proporciona aos seus membros e participar em todas as actividades associativas em geral;
TERCEIRO: — Assistir a todas as reuniões da assembleia geral e tomar parte nos seus trabalhos;
QUARTO: — Votar;
QUINTO: — Recorrer para a assembleia geral das decisões ilegais ou injustas da direcção (por escrito);
SEXTO: — Pedir a convocação da assembleia geral em reunião extraordinária, nos termos do artigo décimo quarto;
SÉTIMO: — Propor à direcção qualquer medida que achem conveniente;
OITAVO: — Direito de habitação do fogo atribuído nos termos a determinar.

ARTIGO SÉTIMO

São deveres dos sócios:
PRIMEIRO: — Cumprir os estatutos e regulamentos;
SEGUNDO — Acatar as deliberações dos órgãos dirigentes dentro dos objectivos e fins da Associação, salvo o direito de recurso;
TERCEIRO: — Zelar pelos interesses da Associação;
QUARTO: — Exercer gratuitamente os cargos para que foi eleito ou nomeado, tendo, porém, direito a uma compensação, a pagar pelos fundos associativos, pelas horas de serviço prestadas, durante o horário normal da sua profissão, e que efectivamente não lhe sejam pagas pela entidade patronal;
QUINTO: — Não recusar sem motivos justificados a sua eleição para os cargos sociais ou comissões especiais;
SEXTO: — Colaborar com a sua actividade e as suas críticas em todas as iniciativas da associação e dos seus órgãos dirigentes;
SÉTIMO: — Pagar uma quota mensal;
OITAVO: — Contribuir para os fundos que forem criados;
NONO: — Contribuir com o seu trabalho.

CAPÍTULO TERCEIRO
Órgãos da Associação
PRIMEIRO: DISPOSIÇÕES GERAIS

ARTIGO OITAVO

A orientação da Associação e a sua administração competem aos seguintes órgãos:
UM: — Assembleia Geral;
DOIS: — Direcção;
TRÊS: — Conselho fiscal.

ARTIGO NONO

UM: O mandato dos sócios eleitos para os órgãos da direcção e conselho fiscal é de um ano, renovável uma só vez, terminando o mandato no dia trinta e um de Dezembro de cada ano.
As eleições terão lugar em reunião da assembleia geral dos moradores, a decorrer no mês de Janeiro.
DOIS — Em qualquer altura, porém, pode a assembleia geral, se houver justificação, renovar os mandatos ou algum dos mandatos.

ARTIGO DÉCIMO

Os sócios eleitos para fazerem parte dos órgãos dirigentes iniciam as suas funções a partir da assembleia geral que os elegeu, devendo a mesa dessa assembleia geral conferir-lhes a posse nos respectivos cargos.

ARTIGO DÉCIMO PRIMEIRO

Os órgãos dirigentes que cessem funções, por qualquer razão, continuarão no exercício delas até que a posse seja dada aos novos órgãos pelo presidente da mesa da assembleia geral. — Na sessão em que tenha lugar a posse dos novos membros dos órgãos dirigentes deverão também comparecer os anteriores membros, que farão a entrega dos valores, escrituração e demais documentos.

SEGUNDO: — A ASSEMBLEIA GERAL DE MORADORES

ARTIGO DÉCIMO SEGUNDO

UM — A assembleia geral é constituída por todos os sócios moradores em pleno uso dos seus direitos.
DOIS — A assembleia geral terá uma mesa, eleita por ela, constituída por um presidente, que dirige, e dois secretários, que farão as actas das reuniões.
TRÊS — Compete à mesa da assembleia geral dirigir os trabalhos nas reuniões e convocar os sócios para as assembleias gerais ordinárias ou extraordinárias que lhe forem solicitadas. A direcção dos trabalhos nas reuniões deve fazer-se de modo que a discussão seja disciplinada, evitando que se afaste dos assuntos a discutir, repetições, perdas de tempo ou qualquer atitude que demonstre menos respeito pelos sócios intervenientes. — A mesa deve ainda pôr os assuntos à votação, respeitando os estatutos, quando os sócios se considerem suficientemente esclarecidos.
QUATRO — Na falta ou impedimento dos membros da mesa, a assembleia geral designará na própria reunião quem os substitua.

ARTIGO DÉCIMO TERCEIRO

UM — A assembleia geral reunirá ordinariamente em Janeiro de cada ano para aprovação dos relatórios e contas e eleição dos sócios que farão parte dos órgãos dirigentes.
DOIS — A assembleia geral reunirá ainda, extraordinariamente, sempre que a direcção, o conselho fiscal ou um grupo de sócios a convoque, por intermédio da mesa, para discutir ou decidir sobre algum assunto de interesse para a vida associativa.
TRÊS — As assembleias gerais têm de ser convocadas, pelo menos, com três dias de antecedência, oralmente e por escrito, com indicação expressa dos assuntos a discutir, dia, hora e local da reunião.

ARTIGO DÉCIMO QUARTO

UM — Quando a convocação da assembleia geral se deva à iniciativa de um grupo de sócios, estes estarão necessariamente presentes e essa iniciativa não pode partir de um grupo inferior a, pelo menos, um quinto da totalidade dos sócios.
DOIS — O presidente da mesa apreciará no início da reunião a justificação da falta dos sócios que, tendo convocado a reunião, não compareçam.

ARTIGO DÉCIMO QUINTO

UM — A assembleia geral só funcionará, em primeira convocação, com a presença da maioria absoluta dos sócios.
DOIS — Se não houver número suficiente, será feita segunda convocação para nova assembleia a realizar em prazo nunca superior a oito dias.
TRÊS — Em segunda convocação, a assembleia funcionará com qualquer número de sócios.

ARTIGO DÉCIMO SEXTO

UM — As deliberações da assembleia geral serão tomadas pela maioria dos votos dos sócios presentes e votantes.
DOIS — É nula toda a deliberação tomada sobre asssuntos estranhos àqueles para que a assembleia tiver sido convocada.
TRÊS — Cada sócio terá apenas direito a um voto. Se não lhe for possível estar presente, poderá ser representado, se assim o quiser, por outro sócio, mediante documento escrito.
Não é permitido ser representante de mais que um ausente.

ARTIGO DÉCIMO SÉTIMO

Compete à assembleia geral de moradores, como órgão máximo de decisão;
UM — A orientação geral da Associação e o controlo dos órgãos dirigentes;
DOIS — Eleger os sócios que farão parte dos órgãos dirigentes;
TRÊS — Revogar em qualquer altura, e se necessário, os mandatos dos órgãos dirigentes;
QUATRO — Discutir e aprovar o relatório e contas da direcção e o parecer do conselho fiscal e o orçamento;
CINCO — Deliberar sobre a exclusão dos sócios;
SEIS — Alterar os estatutos;
SETE — Deliberar sobre as dúvidas surgidas da interpretação dos estatutos ou da falta de regras;
OITO — Fazer, se necessário, um regulamento interno;
NOVE — Decidir qual o quantitativo das quotas e modificá-lo quando necessário;
DEZ — Deliberar sobre qualquer proposta ou assunto para que tenha sido convocada, bem como sobre os recursos que os sócios apresentam das deliberações da direcção;
ONZE — Fixação dos critérios para atribuição dos fogos;
DOZE — Deliberar sobre os empréstimos a contrair para a realização dos fins associativos, determinando os critérios que fixem as mensalidades que os sócios entregarão para a amortização das dívidas da Associação;
TREZE — Compete ainda à assembleia geral tudo o que não for atribuição dos outros órgãos da Associação.

TERCEIRO: — DIRECÇÃO

ARTIGO DÉCIMO OITAVO

UM — A direcção é constituída por um mínimo de cinco associados, podendo ir até nove, se assim for necessário, que escolherão entre si um presidente, um secretário, um tesoureiro e os restantes vogais.
DOIS — Sendo mais de cinco, escolherão ainda um vice-presidente.
TRÊS — Na falta do presidente da direcção, e não havendo vice-presidente, e ainda na falta do secretário ou tesoureiro, designarão entre si quem exerça as funções dos faltosos.

ARTIGO DÉCIMO NONO

UM — As deliberações da direcção são tomadas pela maioria de votos dos seus membros, sendo obrigatória a presença de, pelo menos, dois terços. A direcção responde colectivamente por todos os seus actos e deliberações perante a assembleia geral, não podendo os seus membros abster-se de votar.
DOIS — A direcção obriga-se com a assinatura do presidente, do secretário e do tesoureiro.

ARTIGO VIGÉSIMO

Compete à direcção como órgão da execução;
UM — Administrar e manter, com o máximo zelo, todo o património associativo de harmonia com os estatutos e as deliberações da assembleia geral e os interesses associativos, dando sempre execução às deliberações da assembleia geral e do conselho fiscal, e resolver todos os problemas de gestão efectiva do Bairro.
DOIS — Fazer e zelar pela ordem e legalidade dos livros de escrituração, adoptando as medidas necessárias para que ela se mantenha em dia;
TRÊS — Negociar e contratar, mediante parecer favorável do conselho fiscal e segundo as decisões da assembleia geral, as compras, obras, empréstimos e financiamentos e realizar todos os actos necessário à prossecução dos fins associativos;
QUATRO — Representar a Associação em juízo e fora dele, activa e passivamente;
CINCO — Deliberar sobre a admissão e exclusão de sócios;
SEIS — Ter uma reunião ordinária, pelo menos, de quinze em quinze dias e todas as extraordinárias que forem necessárias;
SETE — Elaborar e submeter anualmente a apreciação da assembleia geral um relatório e as contas respeitantes à sua actividade;
OITO — Elaborar e submeter à apreciação da assembleia geral as propostas necessárias ao bom andamento e cumprimento dos fins associativos;
NOVE — Elaborar e submeter à apreciação da assembleia geral os regulamentos necessários ao bom andamento dos órgãos sociais;
DEZ — Informar a generalidade dos moradores e a assembleia geral de como decorre a administração da Associação e de todos os problemas que afectem a vida associativa;
ONZE — Promover a propaganda tida por mais útil e mais em harmonia com os problemas das populações mal alojadas e os fins desta Associação (por exemplo executando um boletim informativo mensal ou incentivando a constituição de grupos para execução de um boletim, de cartazes, contactos com outras associações ou outras actividades);
DOZE — Promover acções desportivas, culturais ou de esclarecimento político de sua iniciativa ou dar execução às que forem da iniciativa de qualquer dos associados;
TREZE — Praticar todos os demais actos impostos pelos estatutos, regulamento interno, assembleias gerais e ainda todos os que, não expressamente mencionados, sejam necessários ao bom andamento da vida associativa.

QUARTO: — CONSELHO FISCAL

ARTIGO VIGÉSIMO PRIMEIRO

O conselho fiscal é constituído por um mínimo de quatro membros, entre os quais um é suplente, que entre eles escolherão um presidente, um secretário e um relator. — À falta de qualquer deles será preenchida pelo membro suplente.

ARTIGO VIGÉSIMO SEGUNDO

Compete ao Conselho Fiscal:
UM — Examinar mensalmente toda a escrituração e as contas da direcção, verificar se estão exactas e conferir os saldos da caixa de depósitos;
DOIS — Fiscalizar toda a actividade administrativa da Associação;
TRÊS — Assistir, quando o entender, às reuniões da direcção, nas quais terá voto consultivo;
QUATRO — Requerer a convocação da direcção ou da assembleia geral, sempre que o ache necessário, para dar informações ou solicitar decisões;
CINCO — Apreciar por escrito o relatório anual e as contas da direcção e, bem assim, qualquer outro assunto sobre o qual lhe seja pedido parecer.

CAPÍTULO QUARTO
DA RECEITA E FUNDOS DA ASSOCIAÇÃO

ARTIGO VIGÉSIMO TERCEIRO

São receitas da Associação as quotizações, os donativos, os subsídios do Estado ou das autarquias locais ou quaisquer outras.
UM — A participação do sócio poderá fazer-se, em dinheiro, trabalho ou bens.
DOIS — A Associação não pode vender ou doar qualquer parcela do seu património.

ARTIGO VIGÉSIMO QUARTO

UM — Serão fundos da Associação, sem prejuízo de outros que mais tarde venham a ser criados;
A) — Fundo de investimento habitacional;
B) — Fundo de amortização;
C) — Fundo de manutenção e reparação;
D) — Fundo desportivo, recreativo e cultural;
E) — Fundo de assistência.
DOIS — Os fundos da Associação serão preenchidos com as várias receitas que forem obtidas nas percentagens a determinar mais tarde pelas necessidades.

ARTIGO VIGÉSIMO QUINTO

Nenhum dos livros que a Associação utilizar para registo do seu trabalho colectivo e das contas será secreto ou confidencial, podendo qualquer sócio consultá-los e pedir explicações sobre os mesmos.

CAPÍTULO QUINTO
DO DIREITO À HABITAÇÃO
ARTIGO VIGÉSIMO SEXTO

UM — As casas e equipamento social construídos e a construir mais tarde pela Associação ficarão sendo propriedade colectiva dos sócios.
DOIS — As casas da Associação serão dadas aos sócios em direito de habitação, pelo que pagarão uma quantia para amortização.
TRÊS — O prazo da amortização pela Associação de empréstimos para a construção das casas será no mínimo de vinte anos.
QUARTO — Findo o prazo da amortização, os sócios em assembleia geral determinarão se devem ou não contribuir com alguma quantia a título de renda.

ARTIGO VIGÉSIMO SÉTIMO

O sócio sai da Associação, deixando de poder gozar dos seus benefícios, por desistência, por expulsão ou por morte.

ARTIGO VIGÉSIMO OITAVO
DESISTÊNCIA

UM — O sócio pode em qualquer momento abandonar a Associação por desistência; mas até um ano após o início da utilização do fogo, terá de justificar a sua saída perante a assembleia geral.
DOIS — O sócio que desistir é obrigado a pagar tudo o que deve, em atrasados, até à altura da sua saída.
TRÊS — Deverá deixar o fogo em bom estado de habitação, pelo que igualmente será responsável.
QUATRO — O sócio que desista tem direito a receber o aforro com que tenha contribuído para fazer crescer a habitação para além de que foi construído pela Associação.

ARTIGO VIGÉSIMO NONO
EXPULSÃO

UM — O sócio só pode ser expulso da Associação por decisão da Assembleia Geral, nos casos de não pagamento injustificado e de venda ou aluguer, total ou parcial, do fogo.
DOIS — A expulsão por qualquer outro motivo só é eficaz se for decidida em assembleia geral por oitenta por cento dos sócios e se houver prejudicado a Associação ou a vida associativa.
TRÊS — No caso da expulsão, o sócio é obrigado a pagar tudo o que deve, em atrasados, até à altura da sua saída.
QUATRO — Deverá deixar o fogo em bom estado de habitação, pelo que igualmente será possível.
CINCO — O sócio que for expulso terá direito a receber a totalidade ou apenas uma parte das quantias mencionadas no número quatro do artigo vigésimo oitavo.
A decisão sobre este ponto cabe à assembleia geral, que, em cada caso, deverá decidir conforme os motivos que justifiquem esse caso.

ARTIGO TRIGÉSIMO

UM — No Caso de falecimento do sócio, a Associação transmitirá automaticamente o direito de habitação ao agregado familiar do falecido que com ele viva em comunidade de mesa e habitação.
DOIS — Se, porém, os descendentes não habitarem com o falecido na altura da sua morte, a Associação transmitir-lhes-á o direito de habitação do fogo se vierem efectivamente ocupá-lo e se não forem proprietários de outro fogo.
TRÊS — Se nenhuma das pessoas mencionadas nos números anteriores deste artigo vier ocupar o fogo, deve a Associação, em assembleia geral, transmiti-lo a outro sócio necessitado.

ARTIGO TRIGÉSIMO PRIMEIRO

No caso de desistência e de explusão da Associação decidirá em assembleia geral a atribuição do fogo a outro sócio necessitado.

ARTIGO TRIGÉSIMO SEGUNDO

Todo o sócio ao qual a Associação atribuiu o direito de habitação de um fogo anteriormente ocupado por outrem deverá:
UM — Continuar a pagar a amortização do fogo se o sócio que saiu não a houver concluído.
DOIS — Se a amortização já estiver concluída, deverá o sócio que entra pagar uma quantia a determinar pela Associação nos termos do artigo vigésimo sexto, número quatro.

ARTIGO TRIGÉSIMO TERCEIRO

Os reembolsos a efectuar aos sócios nas condições dos artigos vigésimo oitavo e vigésimo nono poderão efectuar-se de uma só vez se a situação financeira da Associação o permitir ou por mensalidades, a definir pela direcção, no caso de as reservas da caixa se mostrarem insuficientes.

CAPÍTULO SEXTO
DISPOSIÇÕES FINAIS
ARTIGO TRIGÉSIMO QUARTO

Os estatutos poderão ser alterados em qualquer altura, com exclusão do princípio da propriedade colectiva das casas.

ASSIM O OUTORGARAM POR MINUTA

Verifiquei a identidade dos outorgantes pela exibição que me fizeram dos seus bilhetes de identidade, respectivamente números; 4514536 datado de 15 de Dezembro de 1973; — 7328861 datado de 8 de Junho de 1976; — 7150545 datado de 6 de Novembro de 1975; e 0320099 datado de 13 de Abril de 1977, todos os emitodos pelo Arquivo de identificação de Lisboa.

Esta escritura foi lida aos outorgantes e aos mesmos explicado o seu conteúdo, em voz alta e na presença simultânea de todos.

NO DOMINGO

Conferência de Imprensa do PSD em Lisboa e Bragança

O PSD está a preparar duas conferências de Imprensa simultâneas para o próximo domingo, logo que termine a reunião do seu Conselho Nacional. Uma será dada em Lisboa (com Sá Carneiro, Sousa Franco e Magalhães Mota a responder aos jornalistas) e a outra em Bragança, com Rui Machete, Sérvulo Correia e Cunha Leal.

Este esquema, que não estava inicialmente previsto, deve-se, segundo a ANOP, a dificuldades de transporte e alojamento em Bragança. Essas dificuldades em Trás-os-Montes, onde se realiza na mesma altura uma reunião de caçadores há muito programada, impede a deslocação de alguns representantes de órgãos de Comunicação Social.

Sá Carneiro, Sousa Franco e Magalhães Mota deslocar-se-ão num avião fretado, logo que termine a reunião.

REGIÃO SUL

Empossado o presidente da Comissão de Planeamento

«As relações entre o poder central e o poder local devem ser efectivamente dialécticas, alimentando-se reciprocamente, num processo sem termo de circulação ascendente e descendente do pensamento, da decisão e da acção» — afirmou Manuel Ferreira Patrício, após ter sido empossado como presidente da Comissão de Planeamento da Região Sul. Ao acto de posse assistiu o ministro da Administração Interna e secretários de Estado da Administração Regional e Integração Administrativa.

Depois de se referir a uma certa indefinição de estruturas e respectivas atribuições que atribuiu à reestruturação em curso do MAI, Manuel Ferreira Patrício concluiu, sublinhando que a recente promulgação da Lei Orgânica do Ministério constituiu passo muito importante, tendo sido eliminadas algumas ambiguidades na área de actuação das comissões de planeamento e salientou que se aponta claramente para uma boa articulação com as autarquias locais, quanto a todas as formas de apoio, no âmbito do MAI.

Vão ser publicadas leis em atraso da AR

Vão ser publicados no «Diário da República» os diplomas referentes aos Conselhos de Informação e à competência das autarquias locais — afirmou ontem à ANOP o presidente da Assembleia da República, Vasco da Gama Fernandes.

Os referidos decretos foram ontem enviados ao Gabinete do Primeiro-Ministro, Mário Soares, esperando-se para breve a sua publicação.

O problema do atraso da publicação destas leis no «Diário da República» foi motivo de reparo feito pelo grupo parlamentar do Partido Social Democrata (PSD/PPD), em carta enviada ao presidente da Assembleia da República.

CONFERÊNCIA DA UNESCO

Secretário de Estado do Ambiente encontra-se na URSS

Encontra-se já na URSS, o secretário de Estado do Ambiente, prof. Gomes Guerreiro, onde vai participar, em representação do nosso país, na conferência de Imprensa intergovernamental sobre educação relativa ao ambiente, organizada pela UNESCO e que se realiza de 14 a 26 na capital da Geórgia, em Tbilissi.

Na conferência fará uma exposição sobre a situação portuguesa. Foi acompanhado, nesta deslocação, pelo especialista em assuntos de educação e ambiente, dr. Almeida Fernandes.

A convite das autoridades soviéticas, o prof. Gomes Guerreiro visitará ainda, quer na região de Tbilissi, quer em Moscovo, parques naturais e outras iniciativas realizadas no domínio do ambiente e qualidade de vida.

PS contra grupo dos dezanove

Militantes do Partido Socialista da secção da Baixa da Banheira aprovaram uma moção repudiando as posições tomadas pelo grupo dos dezanove.

Na perspectiva daqueles socialistas os órgãos dirigentes do PS deveriam tomar medidas para aplicar Justiça e acabar com a tolerância para aqueles que tentam trair o PS.

Entretanto o partido do Governo realiza hoje, no Largo do Rato, uma reunião para militantes em que será debatido, com o secretário de Estado da Coordenação Económica Carlos Melancia o tema «Empresas intervencionadas».

Na FIGUEIRA DA FOZ o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na CASA AFRICANA

COLOCAÇÃO DE PROFESSORES

Sindicato denuncia irregularidades

O Sindicato dos Professores da Zona da Grande Lisboa acusa o MEIC de proceder a «um conjunto de graves irregularidades» durante todo o processo da colocação dos professores, impedindo assim «o normal funcionamento das aulas».

Para corroborar a denúncia cita como casos: «Colocação dos professores agregados dos ensinos preparatório e secundário sem publicação da respectiva lista graduada; não publicação da lista definitiva dos candidatos a estágio pedagógico do Ensino Preparatório e Secundário; anomalias diversas na lista graduada para colocação dos professores provisórios/eventuais das quais se destacam « a injustificada omissão de muitos candidatos, a inccorrecta ordenação de muitos outros, o não assinalar de muitos dos candidatos concorrentes para todo o país e alterações das próprias condições dos concursos (como exemplo: modificações nos horários do ensino preparatório, criação de um novo subgrupo para a Introdução à Política, etc)».

A culminar estas irregularidades, na expressão do Sindicato, regista-se a publicação do despacho 121/77 que «manda arquivar sem critérios as reclamações dos candidatos».

Face a esta situação o Sindicato considera «indispensável a publicação de listas definitivas relativas a todos os concursos, único processo de os controlar».

Também no Porto, por convocação do respectivo Sindicato, os professores reunidos em plenário aprovaram uma moção de repúdio à política do MEIC, particularmente no que diz respeito à colocação dos professores. Considera a referida moção: «O ensino e a função docente não são dignificados quando por uma porta se despedem professores sem habilitação própria mas com prática pedagógica, para, por outra porta, se admitirem candidatos à docência sem habilitação própria e prática pedagógica (Decreto-Lei 262/77, artigo 13, número três)».

Por seu turno, os professores do distrito de Braga reunidos em plenário deliberaram transmitir à Unesco a situação em que se encontra actualmente a classe docente afectada nas suas colocações e no exercício da sua actividade pelas posições do MEIC. Acusando o MEIC de ser responsável pela degradação do ensino o plenário defendeu também a necessidade de lutar para que sejam colocadas nos lugares de responsabilidade do Ministério pessoas que mereçam a confiança dos professores e que «desejem resolver os seus problemas visando a valorização do País».

ACESSO ÀS UNIVERSIDADES

Reunião "sem resultados" com subsecretário de Estado

Uma comissão de estudantes candidatos ao primeiro ano das Universidades de Lisboa foi ontem recebida pelo subsecretário de Estado do Ensino Superior, Jorge Silva.

A comissão, formada por cinco elementos das Comissões de Candidatos dos Departamengos das Faculdades de Letras, Direito, Medicina e Ciências, bem assim do Instituto Superior de Economia, apresentou ao subsecretário a proposta aprovada na terça-feira em plenário de estudantes candidatos exigindo a anulação dos exames de aptidão e fazendo outras sugestões para solução dos problemas que afectam os discentes.

Não se verificaram, segundo informou à ANOP um dos elementos da Comissão, quaisquer resultados concretos na reunião, tendo o grupo pedido uma audiência ao ministro da Educação e Investigação Científica, Sottomayor Cardia.

Entretanto outro grupo de estudantes-candidatos, que tentou em vão ser recebido ontem pelo subsecretário de Estado do Ensino Superior, tem com ele, em princípio, uma audiência marcada para hoje.

Direcções associativas de estudantes de Lisboa aprovaram ontem uma proposta de apoio às reivindicações dos estudantes candidatos ao primeiro ano das Universidades.

Na reunião Inter-Associações que decorreu nas instalações da Associação de Estudantes da Faculdade de Letras de Lisboa (AEFLL) com a participação de cerca de 15 direcções associativas, foram aprovadas ainda várias propostas relativas ao seu funcionamento.

Governador civil de Beja vai processar sindicatos

O governador civil de Beja manifestou aos dirigentes do Sindicato Agrícola daquele distrito a intenção de processar os promotores da concentração realizada na passada segunda-feira naquela cidade. Esta decisão foi comunicada aos representantes dos trabalhadores rurais numa reunião que estes tiveram com o chefe do distrito, dr. Pereira Bastos. Considera este que a manifestação é ilegal visto que não foram cumpridas as formalidades exigidas.

No encontro dos trabalhadores com o governador civil discutiram-se ainda os problemas relacionados com a «Lei Barreto», tendo o dr. Pereira Bastos sublinhado que a dita lei não seria aplicada no distrito sem que houvesse conversações prévias entre o CRRA e os órgãos municipais. Durante a discussão que mantiveram com o governador civil os representantes dos trabalhadores argumentaram que a maioria das reservas entregues eram ilegais. Como o chefe do distrito contestasse as afirmações dos sindicalistas estes prometeram ir hoje entregar-lhe os documentos comprovativos das teses que sustentaram.

Por outro lado estava marcada para hoje às 17 e 30 uma reunião em Moura com as mulheres desempregadas na qual participaria o governador civil. Essa reunião foi anulada pelo chefe do distrito. Pretendiam os dirigentes sindicais demonstrar ao dr. Pereira Bastos não ser verdade que as mulheres convocadas pelo Serviço Nacional de Emprego para trabalharem na Herdade dos Machados recusavam essa solução porque tinham medo das represálias do Sindicato. Apesar do critério selectivo que preside à escolha das mulheres o Sindicato achava que elas deviam ir trabalhar. Com o fim de esclarecer o mal entendido foi marcada uma reunião para Moura, reunião que o governador civil resolveu anular.

A propósito dos acontecimentos de Évora o Secretariado Distrital das UCPs publicou um comunicado no qual condena a política do Governo expressamente na ofensiva que se verificou no concelho de Serpa numa altura «em que as sementeiras não deviam ser perturbadas».

Previdência efectua pagamentos atrasados

Para pagamento de atrasados, o Instituto de Gestão Financeira da Secretaria de Estado da Segurança Social atribuiu aos Serviços Médico Sociais a importância de 561 milhares de contos.

O pagamento, que será efectuado durante o mês corrente, tem a seguinte ordem de prioridade: farmácias, 250 mil contos, nos dia 3 a 8; reembolsos e beneficiários, de 50 mil contos, de 3 a 15; hospitalização privada, 11 mil contos, de 3 a 10; hospitais centrais, distritais, especializados e maternidades, 250 mil contos, de 20 a 25.

O Instituto está a efectuar diligências no sentido de proceder, até final do mês, à satisfação de atrasados a outros fornecedores.

Portugal tem mais alta taxa de inflação

A taxa de inflação atingiu 29,5 por cento entre Agosto de 1976 e o mesmo mês do corrente ano, tornando-se assim a maior, em países membros da OCDE.

A estatística, elaborada por aquela organização internacional, aponta a Islândia (26,6) e a Espanha (25,4) como os segundo e terceiro da lista, respectivamente.

A Itália, a Turquia, o Reino Unido e a Nova Zelândia encontram-se todos com taxas de inflação entre 14 por cento e 18 por cento.

PUB.

Governo congela salários e outros direitos e regalias no âmbito da negociação do ACTV para a Portucel e recusa-se a receber a Comissão Negociadora Sindical

MOÇÃO

Considerando que:

1 — Na Portucel EP ainda existem condições de trabalho bastante diversificadas, quer em matéria salarial, quer em outros direitos e regalias;

2 — Está em negociação um ACTV que, por ser o primeiro instrumento de regulamentação colectiva de trabalho que abrange todos os trabalhadores da empresa, tem como objectivo 1.º a harmonização daquelas condições de trabalho, tanto em relação a cada trabalhador como em relação a cada Centro;

3 — Tal objectivo, porém, foi ignorado e posto em causa pelo Governo, com o conluio do Conselho de Gerência, ao proceder à publicação da Portaria 400/77, que congela salários e outros direitos e regalias no âmbito da negociação deste ACTV, tornando assim inviável qualquer tipo de harmonização sem prejuízo de direitos e regalias actualmente existentes;

4 — Apesar da constante insistência da CNS junto dos órgãos do Governo estes continuam a recusar receber convincentemente a CNS em ordem a permitir o diálogo com vista a uma possível solução para o problema;

5 — A manutenção de uma tal política provocará, por certo, um descontentamento geral dos trabalhadores, que em nada contribuirá para a defesa da nacionalização.

Os Sindicatos que representam trabalhadores na Portucel EP presentes na reunião geral para analisar a situação da negociação do ACTV, efectuada no Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários de Lisboa no dia 11 do corrente, decidem:

a) — Exigir do Governo a abertura imediata do diálogo, definida e concretamente, com a CNS com vista à revogação da Portaria 400/77;

b) — Reafirmar a sua disposição em conceder à CNS plenos poderes para continuar a dirigir todas as acções que julgue necessárias para a prossecução da solução prevista na alínea *a)*;

c) — Responsabilizar uma vez mais o Governo por todas as formas de luta que os trabalhadores venham a encetar para a defesa dos seus justos interesses.

Lisboa, 11 de Outubro de 1977.

A Comissão Negociadora Sindical do ACTV — Portucel

Esta moção foi aprovada por unanimidade

Tempo biográfico de Ramiro Correia

JOÃO VARELA GOMES

Ramiro Correia tornou-se conhecido em Portugal como militar do 25 de Abril, um homem do MFA, como o principal animador da Dinamização Cultural, chefe da 5.ª Divisão do Estado-Maior-General das Forças Armadas e membro do Conselho da Revolução. Foi um dos militares do MFA mais queridos e populares. O Povo português rodeava-o daquele amor e carinho fraternais que é uma das características mais belas e exaltantes das Revoluções Populares... como foi a Revolução portuguesa entre Abril de 1974 e Novembro de 1975.

A presença de Ramiro Correia nas sessões de esclarecimento e dinamização; a sua voz escutada pela rádio, o seu rosto surgindo nos «écrans» da Televisão eram aceno amigo, sinal de confiança, de conforto e esperança. Era «um dos nossos», filho estremecido do povo, irmão dos que trabalham, dos que lutam, de quem sofria. Era nosso irmão fardado, defensor dos direitos das massas populares, sentinela da Revolução.

Ramiro Correia nasceu para a Revolução quando nasceu para a vida, há 40 anos em Alfama, gerado em família pobre de trabalhador de cais. No mais popular dos bairros de Lisboa nasceu um filho da classe proletária, igual a milhões de outros que à custa do seu sacrifício e labuta quotidiana vêm fazendo a História e permitindo o progresso da Humanidade.

Não podia ter nascido mais português não podia ter nascido mais universal. Portador do milenário espírito de resistência, determinação e solidariedade, brasão da classe trabalhadora; portador da verdadeira cultura que é o amor dos outros, das coisas que se fabricam com as mãos e o engenho da beleza e alegria como só o povo as entende na sua vivência de permanente descoberta. Cresceu ensinado pela dura vida de rua. Não nas avenidas largas dos prédios luxuosos, mas nas ruelas estreitas que do Castelo e da Graça vêm desaguar no Tejo. Aí aprendeu o difícil ofício de sobreviver, que é o ofício dos garotos de Lisboa, dos «meninos do bairro pobre» que vivem nas grandes e desapiedadas cidades tais como a burguesia capitalista as desumanizou.

Passou o teste da infância, ganhou o prémio que a classe dominante às vezes concede aos filhos das classes ditas desprotegidas: isto é, pôde aceder ao Ensino Secundário.

A geração contemporânea de Ramiro Correia no Liceu da Graça lembra-se do seu inconformismo, da sua enorme vitalidade, da sua felicidade e brilho intelectual. Distinguia-se nas aulas, no desporto, nas troças à «Mocidade Portuguesa» e aos (poucos) meninos ricos que se atreviam a frequentar aquele liceu de má fama implantado na zona popular de Lisboa. O Liceu Gil Vicente foi sempre, durante o fascismo, um foco de rebeldia estudantil onde o fermento antifascista era alimentado por uma população escolar em grande parte oriunda das zonas industriais e de recrutamento de mão-de-obra. Ramiro Correia recordava sempre o seu tempo liceal com saudade; e com orgulho por ter pertencido «àquela malta fixe e rija» que nunca tivera medo da repressão fascista e escarnecia as patranhas do ensino oficial.

Com os sacrifícios da família e as privações que se podem imaginar, conseguiu formar-se em Medicina frequentando as faculdades de Coimbra e Lisboa.

Nesta fase da sua vida foi praticante de quase todas as modalidades desportivas, campeão escolar e universitário de muitas delas e campeão nacional de «badmiton» de todas as categorias durante cinco anos consecutivos.

A crise universitária de 1962 marcou-o profundamente e forneceu-lhe uma referência básica para a sua futura evolução.

Em Coimbra conheceu Isabel Laxmy, também estudante de Medicina, e cedo se casaram. Ramiro Correia tinha 24 anos e Isabel perto de 20. Do que foi a importância do casamento na trajectória de vida de Ramiro Correia se pode avaliar pelo papel determinante que teve na finalização do curso de Medicina. Ramiro Correia quase desesperava de poder licenciar-se e foi a ligação com Isabel Laxmy que o levou a persistir e a terminar o curso.

NA MARINHA DE GUERRA

Ramiro Correia alistou-se na Marinha de Guerra portuguesa após terminar o curso de Medicina. O avô era marinheiro (como ele diz num poema), o pai estivador. A atracção do mar — a que ponto fatal! — certamente o impeliu a juntar as duas profissões, a de médico e a de marinheiro. Mas também não menos certamente a necessidade de garantir a sua independência económica. A carreira de oficial médico da Armada, a troco do afastamento da família e da Pátria por largos períodos, representava a segurança económica imediata; e, porque não dizê-lo o acesso a um escalão mais elevado da sociedade burguesa.

Embarcado nos navios da Armada portuguesa Ramiro Correia conheceu grande parte do mundo. Os seus horizontes intelectuais foram paralelamente dilatando-se. Pôde finalmente comprar livros, ouvir música, ler e escrever poesia; em suma, não sentir as restrições de ordem económica na aquisição de conhecimentos e de estímulo culturais. Teve também tempo, nas longas jornadas marítimas, para interiorizar a sua experiência, para intelectualizar e fundamentar a sua crítica. A rebeldia transformou-se em revolta.

Encontrou muitos camaradas com preocupações afins e vivendo a mesma transformação. Pois apesar de o fascismo dominar o País há cerca de 40 anos, jamais lograra extinguir a tradição republicana, progressista e democrática que caracteriza — surpreendentemente! — a Marinha de Guerra Portuguesa. O desgosto de pertencer às Forças Armadas de um Estado fascista, o sentimento de impotência, acentuavam a insatisfação, davam origem a críticas e a tomadas de posição discordantes.

Ramiro Correia cumpriu duas comissões de serviço nas ex-colónias. Como médico. A bordo e nos hospitais em terra teve a oportunidade de contactar a realidade africana, de confirmar a inutilidade e o horror de uma guerra sem perspectivas e contra o sentido da História. O seu anticolonialismo, anverso lógico de um antifascismo militante já plenamente assumido, encontra novos argumentos com a passagem pelos teatros da guerra colonial. Dirá mais tarde: «O fascismo e o colonialismo são duas expressões do mesmo rosto: a opressão de um povo».

O 25 DE ABRIL

O 25 de Abril, a revolta militar contra o fascismo e a guerra colonial, tiveram a sua longa gestação não só nos acampamentos do mato africano, mas em muitos outros lugares, incluindo as cabinas dos navios de guerra. Ramiro Correia foi-se tornando conhecido, estimado e admirado pelos seus camaradas marinheiros, pelos oficiais, sargentos e praças de mentalidade progressista. Não havia dúvidas sobre a sua oposição ao regime de ditadura que governava Portugal. Expunha as suas opiniões, com a frontalidade e a coragem que eram dos traços mais vincados do seu carácter. Provocava o debate de ideias, e nesse terreno a sua vasta bagagem intelectual e sólida formação ideológica permitiam-lhe silenciar os adversários e captar os hesitantes para o campo da Democracia. Os primeiros esforços de organização revolucionária na Marinha contam com a sua entusiástica participação. Entra no «Movimento de Capitães» a partir da reunião clandestina de 5 de Março de 1974 e que ficou conhecida como o «Plenário de Cascais».

Amanhece a jornada inesquecível de 25 de Abril. Triunfa a acção militar revolucionária. Os mentores do golpe de Estado militar vêem-se arrastados pela onda avassaladora do movimento popular. Ramiro Correia aparece integrando a Comissão Coordenadora do MFA na Marinha, naturalmente pautando a sua conduta em função dos interesses das massas trabalhadoras e no sentido da conquista dos objectivos que apontassem ao socialismo.

«O futuro começou», era então a sua frase predilecta.

É desde logo designado pelos camaradas para o Conselho de Cultura e Espectáculo, precursor directo da Comissão Dinamizadora Central — CODICE, cuja criação só se tornou possível após a crise de 28 de Setembro de 1974 e a demissão de Spínola. E a partir daqui Ramiro Correia pertence à História da Revolução de Abril, pertence à História de Portugal, pertence à História do Movimento Revolucionário Mundial.

Podemos — afortunadamente — seguir-lhe os passos, avaliar a sua imensa dedicação e total entrega, medir a extraordinária relevância do seu papel no decurso do processo revolucionário. E até podemos ouvir-lhe a palavra serena e cheia de certeza, tal como ele a deixou registada nos dois livros que publicou com as suas reflexões sobre a Revolução: o «MFA e Luta de Classes» e «MFA-Dinamização Cultural-Acção Cívica».

A Dinamização Cultural foi talvez o projecto mais ambicioso da Revolução Portuguesa. No seu delineamento e execução Ramiro Correia empenhou-se revolucionariamente, isto é, de corpo e alma. Segundo ele próprio nos elucida: «... a Dinamização Cultural correspondeu à necessidade sentida pelos militares de fazer avançar a Revolução (...). Não se pretendeu levar cultura, mas sim criar a vontade de fazer algo, desbloquear o poten-

Continua na pág. 18

COMISSÃO CONTRA OS DESPEDIMENTOS NA USL

Iniciada campanha de discussão e esclarecimento

«Face à política do Governo e para evitar as graves consequências que dela resultam, nomeadamente em relação ao número de trabalhadores que lança no desemprego, é necessário que as massas laboriosas se consciencializem da situação e se unam em torno dos seus interesses, e lutem pela sua defesa nas estruturas do movimento sindical» — este é um apelo hoje lançado em conferência de Imprensa realizado pela Comissão Coordenadora da Campanha Contra os Despedimentos.

Esta Comissão, criada no dia 27 do mês passado, em plenário da União dos Sindicatos de Lisboa, tem representantes de 42 organismos sindicais do distrito (34 dos quais filiados na USL e 8 não filiados), que por sua vez representam um total de 520 mil trabalhadores, ou seja 80 por cento dos existentes no distrito de Lisboa.

Do programa de actividades desta Comissão fazem parte plenários em todas as empresas do distrito, colóquios em numerosas localidades (alguns dos quais já marcados) e um espectáculo de variedades a realizar no Pavilhão dos Desportos, dada a situação económica difícil em que se encontram muitos dos despedidos.

A Comissão contra os despedimentos divulgou nesta conferência de Imprensa alguns números referentes aos despedimentos efectuados no distrito de Lisboa. Assim, só a J. Pimenta efectuou 19 despedimentos, entre os quais membros da Comissão de Trabalhadores.

Na indústria gráfica, verificaram-se 35 despedimentos colectivos na Gráfica Santel, Ld.ª; seis na Pintocromo; e cinco na Tipografia Levi, todos por falência. Na indústria alimentar registam-se 39 despedimentos colectivos na Fábrica de Rebuçados Anifura.

Um sector gravemente afectado é o do material eléctrico: 11 despedimentos (incluindo delegados sindicais) na J.F. Azevedo Silva; 418 na Siemens, e 245 na multinacional americana General Instruments Lusitana.

Não esquecendo o sector da Informação, onde o encerramento da Sociedade Nacional de Tipografia («O Século») provoca 850 despedimentos, o comunicado da Comissão aponta outros casos: 52 despedimentos, no sector de madeiras e mobiliário; 66 no comércio; quatro no Ministério do Trabalho e na delegação do MT em Vila Franca de Xira.

Alguns números mais: de um total de 75 empresas intervencionadas no distrito, até 1 de Outubro tinham sido devolvidas ao patronato 67, ou seja 89,3 por cento. Das desintervencionadas três empresas constituiram-se em cooperativas, duas foram declaradas falidas e noutras duas aguarda-se o projecto relativo à desagregação. Apenas uma foi transformada em empresa de capitais mistos, Estado/ patronato.

«UNIDADE E DETERMINAÇÃO»

«Esbarrando com a resistência, unidade e determinação dos trabalhadores em garantir e defender as conquistas de Abril, a política do Governo tem fracassado em numerosos aspectos e obrigado a frequentes recuos, nomeadamente no que se refere à tentativa de destruição do movimento sindical» — assinala-se no documento hoje distribuído.

«Porém, cedendo a pressões e exigências e prestando-se a desempenhar o papel de gestor dos interesses do capitalismo, o Governo anunciou o Pacote 2 que, além de não resolver problema algum, tem agudizado a situação política, económica, financeira e social do País».

O documento assinala ainda: «Isolando-se cada vez mais das massas trabalhadoras e entregando-se nas mãos do patronato reaccionário, da direita convergente e do imperialismo, o Governo «socialista» realiza uma política suicida, cujas proporções são incalculáveis e que, além dos aspectos ruinosos para a nossa economia, lança milhares de trabalhadores no desemprego, permite a violação de princípios constitucionais, viola a sua própria legalidade e abre as portas à restauração do poder económico dos grandes capitalistas».

E logo depois: «Cedendo e capitulando perante as exigências do capitalismo nacional e estrangeiro, enquanto se recusa ao diálogo com os representantes dos trabalhadores (Comissões de Trabalhadores, sindicatos, CGTP-IN e restantes estruturas do movimento sindical) e recusa as soluções e projectos que estes apresentam para enfrentar as dificuldades, o Governo faz aplicar pacotes de medidas com as «milagrosas» receitas capitalistas, remetidas pelo Fundo Monetario Internacional».

Cinco escudos de solidariedade

Na Assembleia Geral de sócios do Sindicato dos Transportes Rodoviários do Distrito de Lisboa, realizada no dia 11, foi aprovada uma proposta que mandata aquela direcção sindical a descontar a quantia de cinco escudos a cada associado, como solidariedade activa para com os trabalhadores da Copam, Luís Pedro Mendonça, Joaquim Francisco dos Santos, Cuétara, etc.

A proposta considera que «a luta desses trabalhadores não nos é alheia, pelo contrário, faz parte integrante da nossa luta» e «que os trabalhadores rodoviários jamais foram indiferentes aos problemas reais dos outros trabalhadores».

LUÍS PEDRO MENDONÇA

Detenções não param

A GNR mantém-se em plena actividade na fábrica de material telefónico Luís Pedro Mendonça, recentemente desintervencionada, o que levou os trabalhadores a declararem, legalmente, uma greve que se mantém.

Como resultado da actuação da GNR, o Tribunal de Loures continua a ter casos para julgar, pois frequentemente ali são conduzidos trabalhadores detidos na fábrica, para julgamento.

Assim aconteceu ontem, quando era julgada uma trabalhadora da LPM, acusada de «desrespeito à lei». Ainda não tinha terminado a sessão e já ali compareciam mais quatro trabalhadores pouco antes detidos na fábrica, sendo dois deles membros da respectiva CT.

No caso da trabalhadora que tinha o julgamento marcado para ontem, acabou por ver mais uma vez adiado o veredicto, desta vez «sine die», dado que ainda não foi tomada uma decisão sobre uma providência cautelar a devido tempo apresentada no mesmo Tribunal de Loures.

Os quatro trabalhadores ontem detidos foram também presentes a julgamento, mas a audiência foi interrompida. A data marcada para a continuação é o dia 2 de Novembro.

Entretanto, na primeira audiência de ontem, o advogado de defesa dos trabalhadores requereu uma certidão da participação referente à detenção da ré, para proceder criminal e disciplinarmente contra os elementos da GNR que têm actuado na Luís Pedro Mendonça.

A detenção de trabalhadores foi ontem feita quando a GNR «facilitava» a entrada de um novo gestor nomeado pelo patrão, que chegou com uma lista de «suspensos», imediatamente detidos pela GNR.

Estivadores do Porto ameaçam fazer greve

Em plenário de emergência convocado pelo Sindicato dos Estivadores e Conferentes Marítimos e Fluviais do Distrito do Porto mais de 500 trabalhadores aprovaram um documento no qual é dado ao Governo um prazo de 48 horas (a partir de hoje) para reatamento das negociações do CCT. No caso de não ser satisfeita esta exigência, o documento funciona como pré-aviso de greve.

As reivindicações salariais limitam-se a um aumento de 15 por cento. O documento aprovado foi enviado esta manhã, via telex para o ministro do Trabalho, secretário de Estado da Marinha Mercante e Associação dos Agentes de Navegação do Porto.

A Federação dos Sindicatos de Trabalhadores Portuários, por seu lado, emitiu um comunicado em que afirma que a greve começará «quando a classe entender» e lembra que após mais de seis meses de negociações do CCT o Governo e o patronato propuseram um aumento salarial de 8,7 por cento. O comunicado da Federação dos Sindicatos dos Trabalhadores portuários foi divulgado depois da publicação de uma portaria que suspende as garantias salariais para os trabalhadores do sector durante o período de greve que a classe dos trabalhadores portuários efectuou devido ao impasse criado nas negociações do CCT.

No mesmo documento, a Federação denuncia a passividade do Governo perante os «lock-outs» promovidos por certas empresas, como é o caso da CTM e da Otto Nang, que desviaram navios para portos espanhóis e se recusaram a transportar carga para portos portugueses.

JOAQUIM FRANCISCO DOS SANTOS

Greve continua apesar das manobras

A greve na Sociedade de Construções Joaquim Francisco dos Santos prossegue, de acordo com uma decisão ontem tomada em plenário de trabalhadores. A greve foi iniciada no dia 3, quando a empresa foi desintervencionada, exigindo os trabalhadores a suspensão dessa resolução do Conselho de Ministros, bem como o pagamento dos salários do mês passado, suspensos por ordem do ministro da Habitação e Urbanismo.

A Comissão de Greve (Inter-sindicatos) enviou já uma exposição ao Presidente da República, informando das razões porque os trabalhadores resistem ao regresso do patrão, e também sobre a referida decisão do ministro da Habitação e Urbanismo, apesar de a laboração da empresa ter sido normal durante o mês de Setembro.

O plenário de ontem analisou ainda as manobras chantagistas do patrão, no sentido de desmobilizar os trabalhadores o pagamento de Setembro, a todos aqueles que furem a greve.

REESTRUTURAÇÃO DOS SEGUROS

Direcção do Sindicato do Sul (afecta à "Carta Aberta") vinculada a posição firme

Dado que a reestruturação dos Seguros pode vir a concretizar-se por decreto (à semelhança do que está acontecendo com a Imprensa), os trabalhadores do Sindicato do Sul, cuja direcção é afecta à Carta Aberta, efectuaram uma reunião magna em que, através de uma proposta, ficou preconizado que a reestruturação «implicava diálogo».

Isto é: a reestruturação teria de ser um assunto tratado entre o Governo e os trabalhadores.

A reestruturação por decerto, ditada pelas medidas inerentes ao Pacote 2, «poria em perigo os postos de trabalho» e afectaria também «a nacionalização das companhias seguradoras».

A Direcção do Sindicato ficou vinculada a assumir «uma posição firme perante o Governo». Nesta ordem de ideias, efectuar-se-à, no prazo máximo de 15 dias, uma assembleia geral deliberativa para discussão mais ampla da reestruturação e para definição das grandes linhas a que a mesma deverá obedecer. Nessa assembleia geral serão criados grupos de trabalho para funcionar no Sindicato, com vista a permitir à classe uma posição definitiva.

A proposta que vincula a Direcção do Sindicato chama a atenção para o decreto 353GHI/77, promulgado quando das medidas do Pacote 2, o qual permite a declaração de empresas «em crise». A aplicação de semelhante decreto «seria uma porta aberta para a reestruturação sem prévia audiência dos trabalhadores».

A reunião magna a que nos vimos a referir aprovou também a elaboração de cartazes sobre o tema da reestruturação. Nesses cartazes serão focados e realçados a defesa das nacionalizações e dos postos de trabalho da indústria de Seguros.

Segundo os trabalhadores do sector, foi muito importante ter-se conseguido vincular os corpos gerentes às decisões da assembleia geral, «como forma de só ser aceite uma reestruturação que obedeça às decisões tomadas pelos trabalhadores», não se aceitando «qualquer tentativa do Governo de reestruturar por decreto», o que (repita-se) «comprometeria nomeadamente os postos de trabalho de muitos funcionários».

Em Faro o «D. [illegible] vendido por [illegible] Farense Afonso d[illegible] e ção Ferreira d Almeida

Na Flamenga, o Diário de Lisboa é vendido na Botique Infantil Palmo e Meio, Lote 7 Loja Dt.º

MAGIC ART
APARELHO DE DESENHO
Agora TODO O MUNDO pode desenhar o que quiser e no tamanho desejado como um bom artista

À COBRANÇA + 25$00 (portes)
PEDIDOS A:
SEX SHOP APARTADO 282 PORTO

PUB.

SINDICATO DOS PROFESSORES da Grande Lisboa

COMÍCIO

VOZ DO OPERÁRIO, DIA 14, 21.00 HORAS

O Sindcato dos Professores da Zona da Grande Lisboa, convoca os seus associados e convida a população em geral para o **Comício a realizar no dia 14, sexta-feira, às 21 horas na Voz do Operário.**

Considerando

— Os inconvenientes que resultam para os filhos dos trabalhadores da incapacidade de o MEIC assegurar o início normal do ano lectivo;

— A política de ensino prosseguida pelo MEIC com as incidências na educação dos filhos dos trabalhadores e no seu acesso a todos os graus de ensino;

— Os despedimentos que se vão verificar no sector do ensino que correspondem a outros que gravemente afectam os trabalhadores;

— A ofensiva de forças de direita que têm a escola como lugar e espaço privilegiado dessa ofensiva;

— O projecto constitucional, nomeadamente no que se refere ao ensino democrático,

os Sindicatos abaixo-assinados alertam para a necessidade de se discutirem todos estes problemas e, por isso, apelam a uma maciça participação de todos os trabalhadores.

— SINDICATO DOS PROFESSORES DA ZONA DA GRANDE LISBOA
— SINDICATO DOS TRABALHADORES DA CONSTRUÇÃO CIVIL DE LISBOA
— SINDICATO DOS TRABALHADORES DA FUNÇÃO PÚBLICA
— SINDICATO DOS JORNALISTAS
— SINDICATO DA INDÚSTRIA METALÚRGICA E METALOMECÂNICA DO DISTRITO DE LISBOA
— SINDICATO DOS TRABALHADORES GRÁFICOS DO SUL
— SINDICATO DOS TRABALHADORES DO COMÉRCIO DE LISBOA
— SINDICATO DOS TRABALHADORES TÊXTEIS, LANIFÍCIOS E VESTUÁRIO DO SUL

FOGÕES DE SALA

CONSTRUIDOS EM XISTO, TIJOLO, PEDROLITE E GRANITO

★

Exposição na Fábrica
AMÉRICO RODRIGUES MAIO
Rua S. Roque da Lameira, 834
Telef. 50263
PORTO

Envia-se catálogo ilustrado contra 20$00 restituíveis no acto da compra

BRASIL

A "ressurreição" do Movimento Operário

MARCELO DIAS

Pela primeira vez desde 1968 notam-se no Brasil sintomas claros de rearticulação do movimento operário. Obedecendo a uma dinâmica já tradicional, os primeiros passos são dados pelo sector metalúrgico paulista, que emprega cerca de 850 mil trabalhadores — é o sector «de ponta» da indústria brasileira.

Os metalúrgicos de São Paulo e das cidades industriais periféricas (Santo André, São Bernardo, São Caetano e Osasco) começam a movimentar-se cautelosamente em torno de uma reivindicação das mais elementares: o aumento salarial de 34,1 por cento destinado a compensar uma correspondente perda do salário real, ocasionada pelo falseamento dos índices oficiais de aumento do custo de vida no período 1973-1974.

Os aumentos salariais são fixados pelo Ministério do Trabalho, uma vez por ano, com base nos índices inflacionários. As negociações directas entre trabalhadores e capitalistas não são permitidas e um empresário não pode conceder aumentos superiores aos oficialmente fixados, mesmo que o queira. Entre 1964 e 1968 o regime admitiu oficialmente uma queda do salário real dos trabalhadores superior a 30 por cento. A partir de então pretendeu publicamente conceder aumentos iguais aos do custo de vida.

Os critérios de cálculo utilizados foram sempre objecto de contestação por parte de numerosos organismos, entre os quais se destaca o DIESE, organismo intersindical de estudos económicos e estatísticas. Alguns meses depois, no entanto, o próprio regime admitiu que os índices inflacionários fornecidos nos anos de 1973 e 1974 haviam sido manipulados pelas fontes oficiais.

Os metalúrgicos paulistas pretendem um aumento imediato que compense esta perda. O Governo, no entanto, recusa-se a discutir a reivindicação alegando que isto prejudicaria o «combate à inflação».

A questão dos 34,1 por cento não é senão o ponto de partida de um processo de luta que envolve uma série de exigências básicas dos trabalhadores e que tende a engrossar o amplo movimento de oposição democrática ao regime.

O SECTOR MAIS SACRIFICADO

A relação íntima existente entre o resseurgimento do movimento operário e a situação política mais geral, na qual ressaltam a crise do regime e o avanço da oposição democrática, é bastante evidente.

O Movimento Democrático, ao forçar a ditadura a dar os seus primeiros recuos, abriu um espaço político para movimentação reivindicativa dos trabalhadores. Ao mesmo tempo deixou patente os seus próprios limites: o movimento estudantil, os intelectuais, os artistas, os jornalistas, os juristas, os parlamentares oposicionistas e toda a gama de forças da classe média que estão a mover-se em torno de um programa democrático são incapazes de impor sozinhos a sua vitória.

Os limites naturais de um Movimento Democrático com o seu eixo fundamental na classe média das grandes cidades e de certa maneira escudado no desencanto com o regime de importantes sectores empresariais parecem já ter sido atingidos. Dentro destes limites conseguiu-se o total isolamento social da ditadura, o que representa um primeiro passo. A força conjunta dos sectores até agora mobilizados não dá, no entanto, para forçar a sua queda.

Neste sentido, a pergunta é: o actual espectro de forças mobilizadas, a saída imediata para a crise poderia ainda ser imposta pelo próprio regime com uma série de reformas de fachada que levassem à sua «institucionalização», mantendo-se os seus poderes discricionários fundamentais. O «dado novo» capaz de alterar esta tendência situar-se-ia precisamente num alargamento da base social activa do Movimento Democrático à classe operária.

A classe operária brasileira é uma das principais vítimas do regime, tanto no plano social como no político. Sobre as suas costas desabou todo o peso do «milagre económico». Se a classe média, hoje tão descontente, pôde beneficiar em certos momentos de efémeras euforias de consumo, para os trabalhadores o regime sempre foi sinónimo de fome, miséria e crescentes privações.

Para um observador pouco familiarizado com a situação brasileira isto poderia parecer um paradoxo. Como é que o sector mais sacrificado vem a ser o último a começar a mover-se contra a ditadura?

POUCA ACUMULAÇÃO E FEROZ REPRESSÃO

As explicações para este aparente paradoxo são facilmente encontráveis numa breve retrospectiva do movimento operário brasileiro das últimas décadas.

Primeiro nota-se um nível baixo de acumulação histórica em termos de consciência de classe, organização e experiência de luta. O «trabalhismo» ou o populismo «varguista» (1), corrente dominante na classe operária brasileira até 1964, educou amplas parcelas da classe dentro de uma mentalidade paternalista, assistencialista e de total submissão ao Estado. Nisto diferenciou-se fundamentalmente do populismo argentino, o «peronismo», que, pese à sua característica intrínseca de colaboração de classes (refiro-me ao peronismo tradicional, evidentemente), deu aos trabalhadores argentinos a consciência da sua força e legou-lhes um sindicalismo muito forte e duro na luta reivindicativa.

A constante incorporação à classe operária de parcelas renovadas de emigrantes do campo com baixíssimo nível de consciência social contribuiu para diluir cada vez mais os sectores mais conscientes formados nas lutas do passado. No período imediatamente anterior ao golpe de 1964 a classe operária entrou na dinâmica de mobilização e tomada de consciência acelerada, a qual foi no entanto abortada pelo golpe de Estado, que suprimiu o direito à greve, institucionalizou o controlo total do Estado sobre os sindicatos, instituiu o «atestado de ideologia» como condição prévia para o desempenho de quaisquer funções sindicais e promoveu uma feroz perseguição policial a todos e quaisquer núcleos organizados de trabalhadores.

O «1.º de Maio Vermelho» e as greves de Osasco e Contagem em 1968 representaram um momento de explosão e tomada de consciência bastante avançada de sectores limitados da classe, restritos praticamente ao sector metalúrgico e desfasados em relação ao resto. Tratou-se de um despertar revolucionário que se viu abortado pela repressão e pelos resultados de uma política imediatista que reproduzia os erros dos sectores mais dinâmicos da esquerda na época, os quais protagonizavam a luta armada. Foram, no entanto, uma valiosíssima experiência, cujos frutos poderão ser criticamente assimilados numa nova fase de luta.

Nos anos de mais feroz repressão, que coincidiram com os da grande euforia do chamado «milagre económico», os trabalhadores foram alvo de uma histeria policial totalmente desproporcionada com o seu próprio nível de organização e movimentação. Segundo a revista brasileira «Veja», neste período foram mortos pela polícia política cerca de 45 activistas operários, número amplamente superior ao de greves registadas na mesma época.

OS TRABALHADORES E AS LIBERDADES

A situação actual do movimento sindical no Brasil é bastante expressiva. Em primeiro lugar o próprio índice de sindicalização é baixíssimo: dos 31,6 milhões de trabalhadores oficialmente registados no país apenas 6 milhões são sindicalizados.

A quase totalidade dos sindicatos é controlada pelos chamados «pelegos», os servos do Ministério dos Trabalho e muitas vezes da polícia política. Não se pode sequer falar em «sindicalismo amarelo» ou «sindicalismo de colaboração de classes» decalcado do modelo norte-americano, pois estas modalidades pelo menos impulsionam um mínimo de actividades reivindicativas. A grande maioria dos sindicatos brasileiros não tem outras funções do que as recreativas e assistenciais.

Numa mesa-redonda recentemente promovida pelo «Jornal do Brasil», na qual se juntaram depoimentos de empresários e de «pelegos» sindicais, foi sumamente curioso notar-se que muitos dos primeiros faziam críticas ao regime enquanto os segundos, com a excepção de um representante bancário, se limitavam à subserviente bajulação da ditadura.

Nos sectores «de ponta» e naqueles que dispõem de algum passado de lutas acumulado, a dominação dos «pelegos», imposta pela repressão e pela desorganização da própria classe, é contestada por núcleos de fábrica e por oposições sindicais, que em certas ocasiões conquistam alguns sindicatos, como foi o caso da Federação Metalúrgica que liderou a greve de Osasco em 68. A dificuldade é manter-se na direcção dos sindicatos conquistados, na medida em que as intervenções são sistemáticas. Logo após o golpe de 1964, por exemplo, 425 sindicatos sofreram intervenção estatal.

A nova situação política que começa a existir no país é favorável à progressiva modificação desta triste situação. O regime já não pode torturar e matar trabalhadores com o mesmo desembaraço de antes, e nos sectores mais avançados os «pelegos» tendem a ser totalmente isolados ou então obrigados a assumir as reivindicações mais elementares dos operários.

O eixo de mobilização e consciencialização da classe passa hoje pelas oposições sindicais e por alguns poucos sindicatos dispostos a travar lutas. Na oposição sindical participa um amplo espectro de forças de esquerda, mas destaca-se sobretudo, neste momento, o trabalho realizado pelos sectores mais progressistas da Igreja.

Da movimentação dos metalúrgicos de São Paulo, cujos representantes foram recebidos há dias, pela primeira vez, pelos ministros do Trabalho, Economia e Planeamento (que se recusaram a atender as suas reivindicações), deverá provavelmente resultar um movimento grevista.

Este movimento pelo aumento de 34,1 por cento e por outras reivindicações elementares como o direito à greve, a possibilidade de negociação directa com os patrões, o restabelecimento das liberdades sindicais, será um teste importante. Ele coincidirá com as movimentações democráticas de outros sectores e, muito especialmente, com o início da campanha nacional pela Constituinte Livre e Soberana, decidida recentemente pelo MDB e que terá como ponta-de-lança o movimento estudantil e o de outros sectores da classe média.

TRÊS MESES DECISIVOS

Esta pressão convergente encontrará o regime às voltas com os problemas da sucessão presidencial, da sua tentativa de «auto-institucionalização» e da crise do aparelho repressivo, que é o núcleo fundamental da contrapressão.

É difícil avaliar-se, por enquanto, até que ponto poderá chegar esta mobilização convergente. Em princípio a oposição democrática como um todo não parece ainda ter acumulado a força necessária para impor a sua plataforma e operar uma «ruptura democrática». No entanto a evolução política em tempos de crise aguda tende a dar-se sempre em progressão geométrica e coisas impensáveis a um mês são sucessivamente ultrapassadas por coisas impensáveis a uma semana.

Uma coisa é certa: os últimos três meses do ano serão excepcionalmente ricos em acontecimentos políticos e, dependendo do que poderá vir a acontecer, decisivos para o futuro do Brasil.

(1) Referência a Getúlio Vargas, pai do «trabalhismo» brasileiro.

COMPANHIA UNIÃO FABRIL, S.A.R.L.

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

SEDE — AV. INFANTE SANTO, 2 — LISBOA 3

OBRIGAÇÕES CUF, 6 % — 1967

PAGAMENTO DE JUROS

Avisam-se os Srs. Obrigacionistas que a partir do próximo dia 15 do corrente se encontra a pagamento o juro correspondente ao cupão n.º 21 na importância de Esc.: 26$28,24 conforme se discrimina a seguir:

Juro ilíquido	30$00
Impostos	3$71,76
Juro líquido	26$28,24

O pagamento dos juros será efectuado nos seguintes estabelecimentos de crédito:

CAIXA GERAL DE DEPÓSITOS	BANCO NACIONAL ULTRAMARINO
MONTEPIO GERAL	BANCO PINTO & SOTTO MAYOR (b)
BANCO DA AGRICULTURA	BANCO PORTUGUÊS DO ATLÂNTICO (c)
BANCO BORGES & IRMÃO	BANCO TOTTA & AÇORES
BANCO ESPÍRITO SANTO E COMERCIAL DE LISBOA	CRÉDITO PREDIAL PORTUGUÊS (d)
	CREDIT FRANCO-PORTUGAIS
BANCO FONSECAS & BURNAY (a)	BANCO PINTO DE MAGALHÃES

Lisboa, 13 de Outubro de 1977.

A COMISSÃO ADMINISTRATIVA

a) Incorporando o Banco do Alentejo
b) » o Banco Intercontinental Português
c) » os Bancos do Algarve e Fernandes Magalhães
d) » o Banco Agrícola e Industrial Viseense.

O ALENTEJO NA RDP

Leandro Vale: despedido ?

Como já noticiámos foi suspenso Leandro Vale correspondente da Radiodifusão Portuguesa para todo o Alentejo, funções que desempenhava há cerca de quatro meses. Embora, de início, tenha sido convidado para o serviço, a título experimental, um mês depois começou a receber vencimento fixo. E prometeram-lhe que dentro de «um breve espaço de tempo» seria montado para seu uso pessoal um telefone directamente ligado aos estúdios de Lisboa. Isto talvez indique que o seu trabalho estava a ser bem sucedido.

Radicado em Évora, Leandro Vale, no exercício das suas funções profissionais fez cerca de 60 intervenções nos noticiários da RDP sobre os acontecimentos mais relevantes que se verificaram no Alentejo.

Numa zona «quente» onde os interesses dos trabalhadores se chocam com a política posta em prática pelo Governo, há sempre assunto para quem não quiser escamotear a informação. O profissionalismo com que o trabalho de Leandro Vale estava a ser cumprido encontrou «da parte de certos chefes e responsáveis pela RDP» uma resistência que se delinha, primeiro, subtilmente e que culmina com a sua suspensão. Quais os motivos dessa atitude? Rui Pimenta, chefe dos Serviços de Noticiários, justificou aquela medida como resultante da hipotética reestruturação que o referido órgão de informação pensa levar a cabo se porventura for para a frente a ideia de manter a nível nacional, uma rede de correspondentes.

A propósito ouvimos Leandro Vale que considera sempre ter existindo no seu trabalho «uma série de anomalias impostas pelo Serviço de Noticiários»:

«Houve notícias dadas por mim, em primeiro mão, que não foram transmitidas tais como a tentativa de assalto à sede do PCP em Évora e um apontamento que fiz sobre a peste suína que responsabilizava os organismos oficiais por não se empenharem convenientemente no ataque ao mal. Por outro lado lembro-me de uma nota, de grande importância, relativa à desanexação da Herdade da Pereira, na UCP «22 de Julho».

A CENSURA

Segundo Leandro Vale a primeira notícia referente a um assunto que veio na primeira página dos jornais apareceu somente no noticiário das três horas da manhã quando o correspondente tinha começado a enviar o serviço para o noticiário das 14 horas. E mesmo com o atraso toda a notícia saiu censurada. Pensa Leandro Vale que os «cortes» foram mandados fazer por Rui Pimenta...

O correspondente afirma ainda que todas as suas informações eram controladas por Lisboa através de chamadas telefónicas feitas para os locais onde ele estabelecera contactos. Sobretudo se esses contactos coincidiam com organismos oficiais ou policiais. É o caso dos CRRAs, da GNR e outras entidades do género. Isto, evidentemente, traduz falta de confiança no correspondente.

«A minha isenção (salienta Leandro Vale) **ia ao ponto de ouvir todas as partes. Não tenho culpa que a GNR se recusasse por vezes a prestar-me informações e depois desse a sua versão dos acontecimentos aos serviços de Lisboa».**

De qualquer maneira o correspondente suspenso está convencido de que era transparente no comportamento de Rui Pimenta uma certa vontade de diluir o que se passava no Alentejo. **«Você está a monopolizar a informação. O Alentejo não pode ser uma zona privilegiada...»** — dizia o chefe dos Serviços de Noticiários da RDP.

«Sempre tive problemas com o Serviço de Noticiário»

Portanto em face de todas estas questões, tudo leva a crer que a suspensão de Leandro Vale foi um saneamento de carácter político.

«Eu penso que Rui Pimenta não era a pessoa indicada para determinar a minha suspensão visto que eu não pertenço aos Serviços de Noticiários mas sim ao sector Fontes de Informação, departamento dirigido por Hélder Sobral. Verdade se diga que não tenho qualquer razão de queixa deste sector, o mesmo já não posso dizer daquele que o sr. Rui Pimenta dirige...»

Apesar de na conversa com Rui Pimenta este ter falado em suspensão, como mais tarde circulou na RDP uma nota interna que proibia os departamentos de estabelecerem contactos com Leandro Vale, este conclui que não está suspenso mas sim despedido. Entretanto continua a participar na «Sequência 10-13», um proma independente onde colabora com uma crónica semanal sobre o Alentejo.

A POSIÇÃO DE RUI PIMENTA

Ouvimos também Rui Pimenta, que, no breve diálogo que connosco manteve, começou por lamentar que o «DL» na sua primeira notícia sobre o assunto tenha apenas dado a versão de Leandro Vale. No entanto Rui Pimenta garantiu-nos que não havia qualquer problema de cariz político na suspensão do correspondente. Que a suspensão se relacionava apenas com a tal reestruturação da rede de correspondentes.

Quando lhe apontámos uma certa responsabilidade no acto de suspensão de Leandro Vale, o chefe de Serviços de Noticiários da RDP respondeu: «Sou apenas um mero executor, o responsável é o director dos Serviços...»

Lourdes Féria

NÃO AOS DESPEJOS ARBITRÁRIOS

Comissões de Moradores vão exigir decreto-lei viável

Efectua-se, no próximo sábado, às 16 horas, um plenário, no Vasco Santana, de Comissões de Moradores e de «ocupantes» tendente a tomar medidas contra a política de despejos que presentemente se está a concretizar com grande violência por parte das autoridades.

Através de um comunicado das Comissões de Moradores de Santa Isabel, Santo Condestável, «2 de Maio» (Ajuda), Alcântara e Ameixoeira dá-se conta de que «as leis emanadas pelo actual Governo sobre esta matéria (Decretos-Lei 293 e 294/77) visam dificultar ou mesmo impossibilitar a regularização pelos 'ocupantes' das ocupações havidas».

Sublinha-se que «estes decretos-lei foram feitos sem ter em conta as opiniões dos principais interessados, nomeadamente os 'ocupantes' e as Comissões de Moradores». Pormenoriza-se que «a data e saída dos decretos (20 de Julho) apontando um prazo de resolução de três meses, que além de ser curto se viu ainda agravado pelo facto de coincidir com um período de férias, dificultando por um lado a percepçã pelos 'ocupantes' da saída desta legislação e por outro lado correspondendo a um período em que os notários e o aparelho judicial não se encontram laborando em pleno».

Face a esta situação, a AIL (Associação de Inquilinos Lisbonense) propoe (e tal começa já com o referido Plenário) «alertar e sensibilizar a opinião pública e órgãos do Poder Local para a situação criada pelo despejo de milhares de famílias que serão lançadas na rua sem a possibilidade de encontrarem uma casa onde se abrigar, o que contraria o espírito da Constituição da República Portuguesa; desenvolver esforços junto aos órgãos do Poder (ministro da Justica, Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República) no sentido da publicação urgente de um decreto-lei que satisfaça as reivindicações mais urgentes e sentidas pelos 'ocupantes', nomeadamente, prorrogação do prazo indicado no Decreto-Lei 294/77, isenção de custas no notário, e ser a convocatória ao senhorio feita através de notificação extrajudicial, não implicando advogado nesta fase».

Senhorios atacam em Braga

No concelho de Braga continuam a verificar-se atentados e violências dos senhorios contra os rendeiros. Ainda recentemente aconteceram dois caos nas freguesias de Adaúfe e Palmeira que estão envolvidos os senhorios Constantino Lopes Barros Devesa, do lugar de Ribeira de Cima e João da Costa Sampaio, do lugar da Póvoa.

Acompanhado por um numerosos grupo de familiares e comparsas o sr. Constantino invadiu a vinha ultivada pelo rendeiro José Venâncio Dias Correia, tendo levado as uvas que lhe apeteceu. Também o rendeiro José de Freitas surpreendeu o seu senhorio, apoiado num grande grupo de pessoas, a apanhar as uvas da vinha que o rendeiro criou com esforço. Perante a oposição de José de Freitas, que compareceu no local com testemunhas, o senhorio tentou agredi-lo com um guarda huva.

De acordo com uma exposição enviada pela Comissão de Rendeiros de Braga ao Presidente da República «quer num caso quer noutro além do roubo das uvas praticado pelos senhorios absentistas estas causaram ainda estragos no milho que por estar verde se quebra com facilidade».

PSICOLOGIA Permanência na Inter?

O Sindicato Nacional dos Profissionais de Psicologia vai efectuar, em fins deste mês, uma consulta em Assembleia Universal de Voto, por escrutínio secreto, sobre a permanência ou não na CGTP-Intersindical Nacional.

Com efeito, e segundo o seu órgão informativo, aquele sindicato, após analisar os vários pontos constantes da sua agenda de trabalho, entre outros, o concurso para psicólogos no Centro de Estudos e Profilaxia da Droga e a realização do II Encontro Nacional de Psicologia, cuja concretização ainda se encontra em diligência, chama a atenção dos sócios para a conveniência de terem as quotas em dia, para poderem exercer o seu direito de voto.

PUB.

SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA

MOÇÃO

1. Considerando que numa sociedade a caminho do Socialismo, como aquela que a nossa Constituição consagra, o direito ao trabalho e a defesa do ser humano são obrigações que em nenhum momento podem ser espezinhadas;

2. Considerando que a nossa Constituição no seu artigo 52.º impõe ao Estado a obrigação de através da aplicação de planos de política económica e social, pôr em prática políticas de pleno emprego e garantir a segurança no emprego;

3. Considerando que, se tais obrigações são válidas para toda a sociedade, ainda o são mais para as empresas públicas, como é o caso da RN;

4. Considerando que a RN, apesar de ser uma empresa perfeitamente viável, enfrenta actualmente dificuldades, devido fundamentalmente ao Governo não ter ainda cumprido os compromissos que tomou, nomeadamente saneamento financeiro da empresa e realização do capital estatutário;

5. Considerando que as únicas medidas que o Governo tomou foram aquelas que só contribuíram para agravar as dificuldades da RN, nomeadamente aquelas que fazem parte dos famigerados "PACOTE 1" e "PACOTE 2" (aumento do preço do gasóleo, subida brutal nas taxas de juro, desvalorização do escudo) as quais representam escandalosas cedências ao imperialismo e só vieram a aumentar os problemas que o nosso País enfrenta;

6. Considerando que o Governo poderá utilizar a situação que ele próprio criou na RN com as medidas do "PACOTE 1" e "PACOTE 2" para aprovar planos, cuja aplicação lesaria gravemente os interesses dos trabalhadores, pois podiam provocar despedimentos, alteração de cláusulas do ACT sem acordo prévio dos trabalhadores, etc.;

7. Considerando que as organizações dos trabalhadores têm sido marginalizadas tanto na elaboração do Plano a Médio e a Longo Prazo para a RN, como em qualquer outro Plano;

8. Considerando que o Conselho de Gerência da RN não cumpriu o prazo que prometera para entregar aos trabalhadores o Plano que está a elaborar e que pretende impor um período manifestamente insuficiente para discussão entre os trabalhadores (menos de 15 dias), tentando limitar fortemente um direito que a Constituição reconhece aos trabalhadores — o direito de participação:

OS SÓCIOS DO SINDICATO DOS TRANSPORTES RODOVIÁRIOS DO DISTRITO DE LISBOA, reunidos em Assembleia Geral na Voz do Operário no dia 11 de Outubro de 1977, decidem:

1. Afirmar solenemente que qualquer alteração no estatuto do pessoal da RN, alteração essa integrada num Plano de reconversão da empresa, deve ser precedida por uma ampla discussão entre os trabalhadores com o objectivo de encontrar a solução que mais se adapte à sociedade a caminho do socialismo consagrada na nossa Constituição;

2. Repudiar qualquer Plano que vise a recuperação capitalista da RN, nomeadamente através de despedimentos, aumentos brutais de exploração, alteração de cláusulas do ACT sem prévio acordo dos trabalhadores, etc.

3. Protestar firmemente contra as medidas dos chamados "PACOTE 1" e "PACOTE 2" as quais só serviram para aumentar as dificuldades da RN e baixar o nível de vida dos trabalhadores;

4. Protestar contra a ausência de medidas que compete ao Governo tomar visando resolver verdadeiramente os problemas que a RN enfrenta neste momento, nomeadamente saneamento financeiro da empresa e definição de uma política de transportes;

5. Opor-se firmemente a qualquer tentativa de despedimentos sem justa causa, colectivos ou não, e a suspensões dos contratos individuais de trabalho ao abrigo das leis do "PACOTE 2";

6. Mandatar a Direcção para, através de plenários e de outros meios, mobilizar os trabalhadores rodoviários para se oporem firmemente pelos meios constitucionais achados mais convenientes, a qualquer medida que lese gravemente os interesses dos trabalhadores ou que ponha em perigo a consolidação e desenvolvimento da empresa nacionalizada RN;

7. Mandatar igualmente a Direcção do Sindicato para dar conhecimento da nossa disposição ao Presidente da República, Conselho da Revolução e Assembleia da República, bem como à CGTP/Intersindical Nacional uma vez que a nossa luta se enquadra na luta geral de todos os trabalhadores portugueses, pela defesa das conquistas do 25 de Abril.

PELO DIREITO AO TRABALHO
CONTRA OS DESPEDIMENTOS
EM DEFESA DAS EMPRESAS NACIONALIZADAS
PELA INDEPENDÊNCIA NACIONAL

Lisboa, 11 de Outubro de 1977

A Assembleia Geral

(Esta moção foi aprovada por unanimidade e aclamação)

Beatriz Allende suicida-se em Cuba

Beatriz Allende Bussi, filha do falecido presidente do Chile, Salvador Allende, suicidou-se em Havana, na passada segunda-feira, disparando um tiro de revólver na cabeça. A notícia foi dada ontem à noite por Rádio Havana. Ultimamente, Beatriz vinha desempenhando o cargo de secretária executiva do Comité Chileno de Solidariedade Anti-Imperialista, desenvolvendo incansável trabalho de ajuda aos exilados do seu país, nomeadamente aos que sofreram traumas físicos e mentais na sequência das atrocidades a que foram submetidos pelo sanguinário regime de Pinochet, que agora fez mais uma vítima.

No Comité, o suicídio de Beatriz Allende é atribuído à sua capacidade de compreensão dos sofrimentos alheios, bem como ao seu espírito introvertido e, possivelmente, depressivo, também segundo dizem os seus amigos, nunca superou a falsa sensação de culpa por haver abandonado o palácio de La Moneda, momentos antes do bombardeamento e do assassínio de Salvador Allende, de quem era secretária particular. Naquela altura este ordenara-lhe, «como pai e como Presidente da República» que deixasse La Moneda, o qual momentos depois, seria reduzido a escombros pelos tanques e pela aviação dos golpistas.

Beatriz, de 32 anos, médica, era a segunda filha do casal Salvador Allende-Hortensia Bussi. Os seus dois filhos estavam na escola quando ela pôs termo à vida. Espera-se a chegada a Havana de Hortência Bussi, que estava em Moscovo onde havia ido receber o Prémio Lenine da Paz e de sua irmã, Isabel, residente no México. Beatriz terá honras fúnebres solenes, com a presença dos dirigentes cubanos.

VISITA DE OBASANJO AOS EUA

África Austral e petróleo dominaram conversações

O chefe de estado nigeriano, Olusegun Obasanjo, termina hoje a primeira visita oficial a Washington por um dirigente do seu país após um pedido do presidente Carter para que ajude a conter os preços mundiais do petróleo.

A Casa Branca declarou que o dirigente nigeriano concordou em considerar o pedido de Carter.

O tendnte-general dará hoje uma conferência de Imprensa antes de partir para Nova Iorque, para ssistir à sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas.

A sua visita de dois dias a Washington assinalou um novo capítulo nas relações entre os Estados Unidos e a África.

Mas o general Obasanjo não desperdiçou a oportunidade para sublinhar o ponto de vista da África Negra de que os governos minoritários brancos da Rodésia e da África do Sul têm de ser substituídos.

O dirigente nigeriano e o presidente Carter realizaram duas sessões de conversações na Casa Branca, discussões que serão reiniciadas quando Carter fizer escala em Lagos, durante uma viagem a quatro continentes no próximo mês a primeira visita oficial a um país africano por um presidente americano.

O porta-voz do Conselho de Segurança nacional, Jerry Schechter, indicou que durante as conversações finais entre Carter e o general Olusegun Obasanjo, o presidente incitou a Nigéria a ajudar na retenção dos preços de petróleo.

Schechter disse que Carter pediu ao dirigente nigeriano para este considerar o impacto mundial que teria um novo aumento do preço de petróleo e Obasanjo respondeu, segundo o porta-voz, que tomaria esse factor em onsideração.

O porta-voz declarou que os dois dirigentes discutiram também a não-proliferação nuclear, a situação no Médio Oriente e as relações Este-Oeste, e que o primeiro dos dois dias de visita de Obasanjo foi largamente dedicado a discussões sobre os governos de minoria branca na África Austral.

Durante um jantar de trabalho oferecido pelo presidente Carter ao general Obasanjo na Casa Branca, na noite da terça-feira passada, o lider nigeriano afirmaram que a extinpação pacífica da política de separatismo racial na África Austral levaria demasiado tempo, tendo acrescentado que, em face disto, uma luta de libertação armada era não só justificável como triunfaria.

Embora as discussões tivessem durado o dobro do tempo programado não foi emitido qualquer comunicado ou declaração conjunta no fianl das conversações oficiais.

ESPANHA

Patrões também estão contra o pacto de Moncloa

Uma das principais centrais patronais espanholas, a Confederação Espanhola dos Chefes de Empresa, pronunciou-se ontem contra o «pacto de Moncloa». Num comunicado onde protesta por não ter participado nas discussões, diz que não pode apoiar, um programa «que ão eve em conta os seus pedidos». Recorde-se que ontem era noticiado que as Comisiones Obreras tinham dado o seu acordo as medidas «se o principio de uma repartição equitativa dos encargos fosse respeitado». Os patrões criticam a ausência de um plano governamental de liberdade de despedimentos e aquilo a que chamam de «deterioração do nivel de produtividade», além do ritmo de aplicação da reforma.

Entretanto, desde as 10 e 30 desta manhã, Adolfo Suarez e os representantes dos partidos politicos estão reunidos na segunda cimeira de Moncloa. Os 31 participantes do encontro estudam, nomeadamente a «Lei para Defesa da Democracia» que institui medidas de excepção para facilitar o combate aos extremismos de direita e de esquerda, a exemplo do que já acontece na Itália.

Por sua vez, o Movimento Independentista das Canárias, MAPAIAC, reivindicou a colocação de um engenho de fraca potência em Las Palmas, ontem, durante a visita dos reis Juan Carlos e Sofia, acompanhados pelo presidente do México, Lopez Portillo. Num telefonema dado de Argel, António Cubillo, chefe do Movimento, disse que o objectivo das pequenas bombas era apenas chamar a atenção, explicação que foi corroborada pela pró ria Policia, dada a localização dos engenhos e a pouca quantidade de explosivo.

Finalmente, o Conselho da Europa, admitiu hoje a Espanha como o seu 20.º membro.

Tito recebido em França com as maiores honras

Com honras que não se concediam desde há décadas, a França recebe o presidente da Jugoslávia, marechal Josip Broz Tito, de 85 anos.

Altos funcionários do Governo francês disseram que a recepção ontem concedida ao marechal era uma homenagem que há muito se não prestava a ninguém.

Todo o Governo, do primeiro-ministro Raymond Barre aos secretarios de Estado, esteve com o presidente Valery Giscard D'Estaing a receber o marechal Tito, o mais velho dos estadistas europeus.

A partir da sua entrada no espaço aéreo francês, o «Boing 727» em que viajava o visitante foi escoltado por quatro caças a jacto «Mirage». E depois das tradicionais saudações no aeroporto o Marechal foi conduzido por uma escolta de 36 motociclistas até aos Inválidos, onde se encontra o túmulo de Napoleão. Daí, a guarda republicana em trajo de gala acompanhou-o a uma mansão governamental.

Depois das visitas já efectuadas nos últimos meses à China, à Coreia do Norte e à União Soviética, Tito visita agora a França e Portugal, depois do que se deslocará aos Estados Unidos e à Argelia.

O desanuviamento e o desarmamento serão os temas principais das conversações que os dois estadistas hoje iniciam.

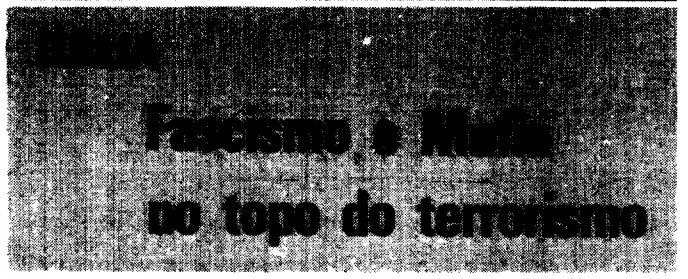
Brown na Jugoslávia para vender armas

O secretário da Defesa americano, Harold Brown, inicia hoje conversações sem precedentes com altos funcionários em Belgrado sobre possíveis fornecimentos de armas americanas á Jugoslávia.

Brown, o primeiro secretário da Defesa americano a visitar oficialmente um país socialista, conferênciará com o ministro da Defesa jugoslavo, general Nikola Ljubicic, e posteriormente com o vice-presidente Stevam Doronjski e o primeiro-ministro Veselin Djuranovic.

Fontes diplomáticas duvidavam que qualquer acordo concreto fosse anunciado durante a visita de dois dias de Brown. Mas disseram que a Jugoslávia estava interessada na aquisição de armas relativamente sofisticadas tais como o míssil antitanque «TOW» e equipamento de radar e antiaéreo.

Os Estados Unidos não vendem praticamente quaisquer armas modernas a esta nação desde 1961. Desde então a Jugoslávia tem adquirido aviões sofisticados e misseis antiaéreos à União Soviética.



Um relatório da polícia, divulgado pelo semanário «Europeo», revela que uma organização neofascista é a autora duma catástrofe aérea, do assassinato de vários magistrados e de quatro dos mais estrondosos raptos cometidos em Itália.

O «Europeo» reproduz este relatório, que tem 33 páginas, estabelecido pelo subprefeito da polícia, Giuseppe Peri, chefe da brigada móvel de Trapani, na Sicilia. Segundo Peri, uma organização clandestina neo fascista ligada à Mafia, e cujo nome não é revelado, está na origem da catástrofe aérea que fez mais de cem mortos perto de Palermo (Sicília) em 5 de Maio de 1972.

O relatório prossegue, dizendo que esta organização é autora de quatro assassinatos de magistrados e de homens politicos sicilianos. Os dois últimos, que custaram a vida a um responsável socialista e a um responsável democrata-cristão em 1975, tiveram por finalidade criar um clima de tensão antes das eleições.

O relatório afirma que existem relações entre a Mafia, que organiza raptos de pessoas, e os meios neofascistas, que se encarregariam de escoar o dinheiro dos resgates obtidos. Em apoio desta tese, o relatório cita o caso do resgate de 280 milhões de liras pagas quando do rapto de Luigi Mariano, em Julho de 1975, e encontradas em poder do militante neo-fascista.

Pier-Luigi Concutelli, é o autor presumido do assassinato do juíz Romano Occorsio, na primavera de 1976.

Suécia continuará a apoiar movimentos de libertação

A Suécia continuará a apoiar os Movimentos Africanos de Libertação até à vitória final declarou em Dar es-Salam a sr.ª Karin Soder, ministro sueco dos Negócios Estrangeiros.

Karin Soder acentuou que a questão de transferência do poder para os povos do Zimbabwe e da Namíbia contaria com a compreensão e o apoio da Suécia.

Karin Soder dirigiu, também um apelo ao regime racista da África do Sul: libertação imediata dos presos políticos e respeito pelos direitos humanos.

Entretanto, o presidente da Organização Popular do Sudoeste Africano, Sam Nijoma, chega esta noite a Nova York para três dias de conversações com cinco países ocidentais acerca da independência da Namíbia. Ontem, em Dar-Es-Salam, Sam Nujoma afirmou que, até à data, esses países «não se mostraram realistas quanto ao problema da independência namibiana».

«Esperemos que este encontro seja um passo emnfrente» disse Sam Nujoma antes de partir para Nova York.

Surpresa que (talvez) mereça aspas: o presidente ugandês Idi Amin declarou ao presidente do Zaire, Mobutu, que a província de Shaba estava prestes a ser invadida novamente.

Genscher em Pequim

O ministro dos Negócios Estrangeiros da RFA, Hans Dietrich Genscher, que se encontra em visita oficial a Pequim, reinicia hoje conversações com o seu homólogo chinês Huang Hua, depois de ter passado a manhã a visitar vários monumentos, incluindo o mausoléu de Mao.

Genscher, chegado de Tóquio, para uma estadia de quadro dias, foi ontem à noite obsequiado com um banquete no decorrer do qual o vice-primeiro-ministro chinês, Li Hsien-Nien, reafirmou as conhecidas posições anti-soviéticas de Pequim, voltando a brandir com a ameaça de uma terceira guerra mundial, e «advertindo» para os «perigos» do desanuviamento e do desarmamento

Uma missão de 17 dirigentes financeiros oeste-alemão trava, entretanto, conversações comerciais com as autoridades chinesas.

BOMBA DE NEUTRÕES

NATO adia decisão

A bomba de neutrões foi colocada em «zona de espera»: é este o resultado essencial da reunião do Grupo de Planificação Nuclear da NATO, no termo das duas jornadas de trabalhos que tiveram ligar em Bari, no sul da Itália.

Segundo um dos delegados, não se tratará de uma espera de algumas semanas, mas sim de meses, e não se devem aguardar decisões neste capítulo, antes do fim do ano.

Dos trabalhos do Grupo de Planificação destacaram-se também dois outros elementos: por um lado, a vontade, dos Estados Unidos de esperarem por uma decisão dos países europeus sobre a adopção ou não da bomba «N», antes de eles próprios tomarem a decisão de a fabricar. É a primeira vez que este «peso» europeu se manifesta, segundo notaram os observadores. Por outro lado, o desejo dos Estados Unidos de tranquilizarem os europeus no que respeita ao missil Cruise» e de reservarem, à margem das negociações SALT, uma opção sobre ele.

Os sete ministros reunidos em Bari EUA Grã-Bretanha, Alemanha Federal, Itália, Grécia, Bélgica e Dinamarca) chegaram a acordo sobre a oportunidade de aprofundar o exame» da questão

Aumento de 50 por cento no preço do petróleo?

A organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP) tem como meta aumentar gradualmente até 50 por cento o preço do barril do óleo cru, para compensar a inflação dos países industriais, informa a agência EFE.

Outro objectivo da OPEP é a maior participação dos países produtores de petróleo nas refinarias e na indústria petroquímica das nações consumidoras.

Estas conclusões foram aprovadas num seminário realizado em Viena e encerrado ontem, no qual participaram 200 técnicos da OPEP e das sociedades nacionais dos monopólios de petróleo.

LONDRES E ESCÓCIA
1 SEMANA
PARTIDAS em aviões especialmente fretados à TAP
Agosto 4, 11, 18, 25
Setembro 1, 8, 15, 22, 29
Outubro 6, 13, 20
Preços excepcionais desde* 12.350$
Incluindo:
• Viagem aérea
• Transporte em autopullman
• Estadia no hotel
• O Circuito da Escócia em autopullman de luxo
• Assistência
* a vantagem dos voos especiais
ORGANIZAÇÃO EXCLUSIVA
abreu
fundada em 1840
LISBOA
PORTO
COIMBRA
FARO
CONSULTE SEU AGENTE DE VIAGENS

Noticiário em colaboração com as agências ANOP, France Presse, Inter Press Service, Novosti, Prensa Latina e Reuter

Regresso dos macacões?

Crítica de Teatro

CARLOS PORTO

«OS MACACÕES». Texto: Ary dos Santos e Augusto Sobral. Música: Fernando Tordo, Paulo de Carvalho e Pedro Osório. Encenação: Morais e Castro. Direcção Musical: Pedro Osório. Cenários, Figurinos e Direcção Plástica: Maria Helena Reis. Colaboração Coreográfica: Fernando Lima. Adereços e Máscaras: Rui Teixeira. Caracterização: Luís Matos. Direcção de Montagem: Luís Cipriano. Interpretação: Álvaro Faria, Manuel Cavaco, Rui Mendes, Luísa Basto, Argentina Rocha, Adelaide Ferreira, Paulo de Carvalho, Manuel Mendonça, Fernando Tordo, José Gomes, Irene Cruz, Manuel Pateiro, Henriqueta Maya, Bruno Filipe, Pedro Osório, Grupo 4. Teatro Aberto, 8-10-1977.

Em primeiro lugar: a ideia. Tratava-se de criar um espectáculo que se aproximasse da revista mas não fosse revista embora não fosse também uma comédia musical de estilo cosmopolista. Pedro Osório conta: «Há anos que a ideia me roía cá dentro. (...) Pareceu-me que deveria começar por fazer-se um espectáculo em que os actores representassem, por vezes, cantando, e os cantores cantassem representando um pouco.»

Em segundo lugar: transformar a ideia em projecto. Ou seja, conseguir autores (texto e música) capazes de entenderem a ideia e de passá-la ao papel.

Em terceiro lugar: a execução. Transformar o projecto num espectáculo e para isso dispor de um grupo capaz, formado por cantores-actores, actores-cantores, músicos, encenador, cenógrafo, técnicos.

O espectáculo está aí. Um espectáculo novo em Portugal, pelo menos a este nível de apuro, de qualidade, espectáculo que pelas suas estruturas e pelos problemas que levanta está próximo da revista e da opereta não sendo, ortoxamente, nem uma nem a outra. Um espectáculo musical crítico, alegre, com bom-humor e bom gosto, um espectáculo politicamente interveniente, tomando partido sem ser partidário (o partido é o da Revolução de Abril, é o dos trabalhadores, contra o capitalismo, o imperialismo, a reacção).

Espectáculo relativamente original, portanto, e na sua originalidade (relativa) o que de melhor se fez em Portugal, juntando-se à revista do Adoque «A Paródia» como os melhores espectáculos de teatro musical que se fizeram em Portugal depois de Abril (e antes?).

Da ideia ao projecto, do projecto ao espectáculo: que se perdeu, que falhou, o que surge aparentemente realizado, satisfatório, cumprido? Esta a pergunta a que devemos responder. O espectador que fomos (e que sempre, como crítico, começamos por ser) teve diferentes reacções ao longo da sessão. Com esta ressalva: quase sempre essas reacções aconteceram a um nível de temperatura alta. Quer dizer que o espectáculo nos agarrou desde o primeiro momento e fos manteve presos até ao fim, salvo um ou outro momento em que se verificaram curvas descendentes assaz pronunciadas. Os autores do texto (e o encenador) esqueceram-se do factor tempo do factor ritmo e por vezes deixaram-se entusiasmar. Resultado: há cenas em que o espectáculo claudica por ser palavroso. Sempre que a palavra não se integra no sistema aberto de sinais que é o teatro, torna-se um elemento espúrio, incomunicativo, susceptível de destruir o sistema (a não ser que atinja uma qualidade literária capaz de nos fazer esquecer que estamos no teatro, o que não interessa nem está ao alcance dos nossos autores). Depurar algumas cenas do que têm a mais (por exemplo: a cena da apresentação da tartaruga como vedeta, a cena do hospital) é, a nosso ver, indispensável para que o espectáculo adquira o ritmo adequado. Aliás, se evocarmos os elementos que ajudaram a criar a referida temperatura, chegaremos à conclusão de que o texto vem num dos últimos lugares, o que é mau porque o êxito em termos absolutos (dentro do relativo, claro) do espectáculo deveria ser resultado da sua globalidade.

A nosso ver, os autores do texto não conseguiram criar uma linha de força suficientemente forte e interessante para aguentar o peso do resto. Digamos que o texto se perde (e por vezes se reencontra) em várias direcções que debilitam a sua coesão e o seu impacto. Dir-se-ia que os autores (Ary e Sobral) tiveram muitas ideias mas não souberam resolvê-las sob o ponto de vista de organização interna do texto. Este vai dos Macacões propriamente ditos (os Champalimerdas e outros Espíritos Santos de Orelha) ao revolucionário La Fontaine; da reaccionária Tartaruga à sua colega Corália Pé de Meia, e respectiva secretária; destas ao Jornalista da Direita e deste aos dois jovens que procuram emprego sem esquecer a namorada do jovem operário, sem esquecer o sábio e seus ajudantes, as manas cantoras, o maestro, o grupo rock, as fadistas (sensacionais imitações de figuras do nosso meio radiotelevisivo). É, parece-nos excessivo.

Para nós, um modelo de que podemos servir-nos é o da «Morte e Vida Severina» que um grupo brasileiro (TUCA) apresentou há anos com o êxito que se sabe. Não ignoramos que é bem diverso o projecto do espectáculo brasileiro mas estamos aqui a referir apenas o aspecto estrutural do texto. Esse excesso de ideias é agravado por um dos seus elementos nucleares ser constituído pela arquitectura caricatural duma personagem literária, oficial e mundana da nossa (nova?) sociedade. Talvez, aliás, se trate duma figura compósita em que, além dessa, é visada uma outra, com pretensões a Mafarrico. Num espectáculo deste tipo (que deve querer ser popular) o recurso a uma crítica individualizada (mesmo de

Continua na pág. 18

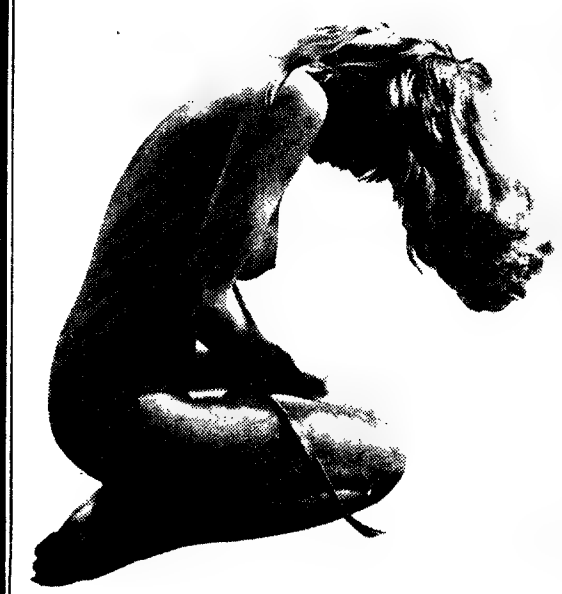
quarteto ESTREIA AMANHÃ

de uma maneira ou de outra
todos têm o seu castigo

A PUNIÇÃO
la punition

Karin Schubert • Georges Geret

um filme de PIERRE-ALAIN JOLIVET



EASTMANCOLOR INTERDITO A MENORES DE 18 ANOS DOPERFILME

MICHEL BOUQUET
FRANÇOISE FABIAN

num filme de YVES BOISSET

2.ª SEMANA DE EMOÇÃO!

OS ASSASSINOS NÃO DORMEM
un condé

DOPERFILME
EASTMANCOLOR

estudio 444

Hoje

«Colditz»

PROGRAMA

18.30 Abertura e **Telejornal** — 1.ª edição
18.35 **«Os Paladinos»** — «O Julgamento de Deus» (2.ª parte).
19.00 **«Aventuras dos Hardy»**
19.30 **Tempo de Desporto**
20.00 **Telejornal** — 2.ª edição
20.35 **«Gabriela»** — baseada na obra «Gabriela, Cravo e Canela» de Jorge Amado. Uma produção da Rede Globo de Televisão.
21.25 **Boletim Meteorológico**
21.30 **Vamos Jogar no Totobola** — prognósticos para a próxima jornada.
21.40 **O Homem e a Terra**
22.15 **«Colditz»** — «O Jogador». Episódio com David McCallun, Jack Hedley, Bernard Hepton, Anthony Valentine, Richard Heffer e Hans Meyer. Realização de N.J.Crisp.

Um novo prisioneiro chega a Colditz. Trata-se do tenente Collins, da RAF. Jogador inveterado, Collins consegue levar o capitão Brent e o soldado alemão Krueger a perderem elevada quantia...

23.15 **Telejornal** — 3.ª edição — últimas notícias.
23.30 Fecho

TUDOR
BATERIAS · PILHAS

II PROGRAMA

21.02 **Telejornal** — 2.ª edição em diferido do I Programa.
21.30 **«Gabriela»** repetição.
22.05 **Coros do Ribatejo e Bailado Basco**
22.40 Fecho

GRUNDIG
QUALIDADE EM TODA A LINHA.
DESTAQUES
I PROGRAMA
«Colditz» — «O Jogador»
(22.15)
II PROGRAMA
Coros do Ribatejo e Bailado Basco
(22.05)

Amanhã

I PROGRAMA

18.30: Abertura e Telejornal — 1.ª edição **18.35**: «Um Cavalo em Casa»; **19.00**: Abre-te Sésamo; **19.30**: A Ideia e a Imagem; **20.00**: Telejornal — 2.ª edição; **20.35**: «Gabriela»; **21.20**: Boletim Meteorológico **21.35**: «A Sinfonia de Mahler» **23.00**: Telejornal — 3.ª edição; **23.25**: Fecho

II PROGRAMA

21.00: Abertura e Telejornal **21.35**: «Gabriela» — repetição; **22.05**: Histórias da Música, **22.30**: «Sem Representantes» — filme de grande metragem; **23.25**: Fecho

PARA REPARAÇÃO DO SEU TV
SOS - CLÍNICA DE TELEVISÃO
COM RADIO TELEFONE PARA MAIOR RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
DESLOCAÇÃO E ORÇAMENTO GRATIS — SERVIÇO PERMANENTE
Telefs. 88 27 86 - 89 98 26
Avenida S. João de Deus, 13-B - Rua Mecau, 8

CINEMA DE PARIS

Imprecações no vazio

Um romance famoso e recente, «L'Imprécateur», de René-Victor Pilhes, foi trazido ao cinema por J.L. Bertuccelli, procurando idêntico sucesso que muitos acharão merecido: aqueles que acreditam no valor crítico e corrosivo de um (duplo) empreendimento artístico que tomou por alvo as chamadas «multinacionais» de tão má fama capitalista, hoje em dia. Ao patrão de charuto na boca substituiu-se a imagem de uma torre (arranha-céus, se dizia antigamente) de aço e ferro, dominada pela engrenagem dos «quadros superiores» anónimos e tenebrosos. Esse o cenário em que decorre o filme do mesmo título que trinta e sete cinemas de Paris e da região parisiense programaram simultâneamente. Nele se materializa o que no romance se sugeria — e poucos filmes aguentam um pensamento simbólico e apocalíptico com força e inteligência suficientes...

A tragédia, que é a de uma «multinacional», ou de um sistema, senão de uma civilização inteira, insinua-se no argumento, misteriosamente, quase policialmente. Na filial francesa de uma sociedade dessas, no mesmo dia, três acontecimentos estranhos e inquietantes se produzem: morre num acidente o director do «marketing», uma racha de mau agoiro aparece nas caves do edifício majestoso, e missivas anónimas são difundidas de maneira misteriosa nas várias secções da empresa. Que quer isso tudo dizer? Que maleficio entra no jogo regrado deste templo da técnica e da produtividade? Quem é o responsável, o culpado? Qual o seu fim? E ainda um impostor, fazendo-se passar pelo director-geral, dá falsas instruções para o funeral do director falecido...

A fábula continua o seu caminho, com a acidez sarcástica que se supõe necessária, mas perde força de humor e de surpresa à medida que o filme progride, ou se enrodilha no muito que quer dizer e, sobretudo, afirmar. Ao fim, o culpado será descoberto e julgado pela própria empresa abalada que se constitui em tribunal secreto, numa cena apocalíptica que vai menos longe do que deseja, por fatalidade dos símbolos que o ecran facilita.

Ambições e carreirismos, cobardias e jogos feios, nestes monstrozinhos condicionados que governam a empresa (ou a sociedade, ou o sistema, ou o mundo...), acabam por ser óbvios, e a ferocidade da crítica, embrenhada em filosofância, arrisca-se à ineficácia e, o que é imperdoável, à banalidade. O que não quer dizer que o filme seja mal fabricado, e não venha a receber aplausos...

JOSÉ-AUGUSTO FRANÇA

Crítica de Música

MÁRIO VIEIRA DE CARVALHO

Beethoven no "Dia Mundial da Música"

«O que eu procurava, o que me importava, aquilo em que insistia, era o elemento moral. Era para a arte tinta de moral, ligada à moral, que eu erguia os olhos, sentia-a como sendo a **minha** esfera, o que me convinha e desde sempre me fora familiar».

O acaso das leituras fez-me deparar com este texto de Thomas Mann, precisamente no «Dia Mundial da Música». Vinha naturalmente a propósito de Beethoven, cuja música a abertura para o «Egmont» de Goethe, o concerto n.º 2 para piano e orquestra e a Quinta Sinfonia (na execução da Orquestra do S. Carlos, dirigida por Silva Pereira, e notável pianista checo, Miroslav Langer) — assinalou formalmente entre nós, em coincidência com o 150.º aniversário da morte do compositor, a comemoração daquele Dia.

Beethoven pertence a esta linhagem de artistas com uma dimensão moral. No sentido mais forte do termo, que é o de uma moral que se esgota no humano, que não procura em sanções transcendentais de um poder divino a justiça ou o alento para realizar um objectivo. Alguém, a quem Beethoven pedira que lhe transcrevesse para piano uma partitura de orquestra, escreveu, ao concluir o seu trabalho: «Terminado com a ajuda de Deus». Beethoven recebe a partitura, lê a frase, e acrescenta, do seu punho: «Homem, ajuda-te a ti mesmo!»

Homem, ajuda-te a ti mesmo, na conquista da felicidade possível sobre a terra, na edificação dos valores da Liberdade, da Igualdade e da Fraternidade. Seria este, em rigor, pelo que se deduz dos documentos conhecidos (se não bastasse a música...), o «programa» que a si próprio se cometeu Beethoven, enquanto artista-criador. Ajuda-te a ti mesmo, isto é, **age**: «No princípio era a acção» conclui Goethe, pela voz de Fausto, nas primeiras páginas da sua obra-prima. E Beethoven especifica: quero que a minha música estimule os homens à **acção**. Que acção? A acção de **Leonor**, que, no **Fidelio**, como companheira de Florestan numa causa comum — ou seja, como mulher emancipada — liberta da prisão do tirano o homem que luta pela Liberdade; a acção de **Prometeu** agrilhoado, a acção de **Egmont**, a acção revolucionária que esteve na origem da **Sinfonia Heróica** (personificada em Bonaparte antes de se fazer coroar imperador); a acção transformadora da humanidade que tornará os homens irmãos e permitirá alcançar a Alegria/Liberdade («Freude»/«Freiheit») que é «filha do Eliseu», esse estádio último da emancipação do homem para que tende a evolução histórica, cantado na Ode de Schiller a que Beethoven deu vida musical na Nona Sinfonia.

Acção-movimento, na confrontação dialéctica de forças sociais e de ideias, mas também, e não por mera coincidência, na dialéctica hegeliana, ao nível do pensamento filosófico, na dialéctica bethoveniana, ao nível do pensamento musical. A «árvore da Liberdade» que Hegel e Schelling plantaram em Tubing, à data da Revolução Francesa desencadeada, tem a ver com o desenvolvimento futuro da filosofia hegeliana tanto como o entusiasmo de Beethoven pelas ideias, pelos acontecimentos, pelas figuras da Revolução, expresso nas suas cartas, nas suas declarações, nos seus actos, tem a ver com a sua linguagem musical, com a estrutura interna das suas obras, com a essência da sua arte. E se Beethoven foi como um Hegel, um Fichte, um Goethe, um Schiller, um Klopstock, um Hölderlin e muitos outros, expoente da intelectualidade de vanguarda alemã numa época de grandes transformações e de grandes contradições, comungando das mesmas preocupações, do mesmo entusiasmo e das mesmas desilusões, ele foi também dos raros artistas de todos os tempos que souberam dar uma coerência de ferro ao sentido global da vida e da arte que pensaram e quiseram. A dimensão moral de Beethoven agiganta-se ainda mais quando se tem consciência desse grau de coerência, dessa ligação essencial entre todas as componentes do seu pensamento.

É por tudo isto que Beethoven veio especialmente a propósito do Dia Mundial da Música. E é por tudo isto que não vieram nada a propósito, na mesma data, nem a arenga jornalística de um compositor (agora retomando noutro jornal a crítica que outrora fazia no «Diário da Manhã», autor de uma sinfonia dedicada à comemoração dos 40 anos do 28 de Maio, por encomenda de Salazar) nem a arenga de quem exerceu a didatura e a repressão sobre o meio musical português antes do 25 de Abril e agora se arvora em «grande educadora» musical do nosso povo. A música não é arbitrária, nem é um alibi...

Jazz pelo "Magikyce"

«Magikyce», o grupo de jazz constituído por Manuel Guerreiro (saxofones e flauta), Carlos Carvalho (guitarra), Celso Carvalho (contrabaixo) e Paulo Gil (bateria e percussão), irá actuar nas noites de amanhã, sábado e domingo, pelas 22.30 horas, no «Zodíaco» (rua de Santana à Lapa, 103-B). Nas noites correspondentes do fim-de-semana seguinte, o grupo estará no «Hot Clube de Portugal» (Praça da Alegria, 39 - cave).

Filmes no Instituto Britânico

Durante o mês de Outubro serão projectados, no Instituto Britânico, em Lisboa, os seguintes filmes: «The Long Struggle», dia 12, às 18 horas; «Cities and Tows», dia 14, às 18 horas; «Emancipttion of Women», dia 18, às 18 e 30; «A Lesson for Teacher», dia 21, às 18; «Arte Inglese Oggi», dia 25, às 18 e 30 e «People plus Leisure», dia 28, às 18 horas. A entrada para todas as sessões é livre.

"A Batalha Naval" estreia-se amanhã

A Cooperativa de Comediantes Rafael de Oliveira estreia amanhã, sexta-feira, na Academia de Santo Amaro, em Lisboa, a peça «A Batalha Naval» de Jaime Salazar Sampaio. A encenação é da responsabilidade dos actores intérpretes deste espectáculo: António Feio, Fernando Gomes, Lurdes Feio e António Évora, que vemos na foto. Entre outras colaborações referem-se ainda as de Avelino Leite (montagem), Filipe Pereira (cenografia), Henrique Mello (sonoplastia) e José Paulo (luzes).

TEATRO ABC
TELEFONE 36 67 45
Hoje, às 20.30 e 22.45 h
Domingos e Feriados há «matinées» às 16 horas
Descanso às 4.as feiras
apresenta
O SUCESSO DA JUVENTUDE NO TEATRO MUSICADO
Ó DA GUARDA

OCTÁVIO e JÚLIO CÉSAR em «O Jácome» e «O Estivador»
OCTAVIO DE MATOS
Herman José
Natalia de Sousa
Fernanda Borsatti
Júlio César
Vasco Rafael
Nina Flores, Lia Sara, Vera Norte, Eduardo Villaverde, Elisa Amarante, Ana Paula, João Luís, Isabel Mota, Ana Maria
BALLET ABC DANCER'S

ADÓQUE teatro
TRÊS MESES DE GARGALHADAS
Ó CALINAS CALA A BOCA!

Uma Revista de VIVER a Rir!...
ERMELINDA NICHOLSON
HENRIQUE VIANA
MAGDA
MARIA TAVARES
FÁTIMA VELOSO
FERNANDO OLIVEIRA
MARIA N'ZAMBI
VASCONCELOS VIANA
CARLOS QUEIRÓS
no MARTIM MONIZ
TODAS AS NOITES
as 20.30 e 22.45
«MATINÉES»
AOS DOMINGOS
M 18 Anos ☆ T. 874476

os Bonecreiros
Representam...
Os Retratos de Júlio Maurício
De 4.ª a Domingo, às 21.30 h. Rua António Maria Pais, 6-A Moscavide — Telef. 251 50 07

TRINDADE-Inatel
TODAS AS NOITES O PÚBLICO APLAUDE DE PÉ
O SANTO INQUÉRITO
de ALFREDO DIAS GOMES
2º MÊS
"UM ESPECTÁCULO INDISPENSÁVEL" Carlos Porto - D. Lisboa
"A VER E REVER" Fernando Midões - D. Popular
"EXCELENTE TEXTO E ENCENAÇÃO" M. Helena Serôdio - O Diário
"UM GRANDE DRAMATURGO UM GRANDE ENCENADOR UMA GRANDE ACTRIZ" F. Dacosta - A Luta
"CAPACIDADE CADA VEZ MAIS AGUÇADA E FINA" H. Da Mesquita - A Capital
"GRANDE BELEZA PLÁSTICA" D. G. - Extra
"A TODOS OS TÍTULOS IMPORTANTE" Página Um
"DOIS MOTIVOS OBRIGATÓRIOS: DIAS GOMES E CAMPOLIDE" Augusto Boal - Opção
Todas as noites às 21,30 • Domingo às 16 e às 21,30 • Segunda-feira Descanso
Grupo de Campolide

BATAS PROFISSIONAIS
ALTAMENTE ESPECIALIZADOS
PARA HOMEM E SENHORA
TINTURARIA GUANABARA — Dep. de confecções
Av. João XXI, 5-D — Rua Infantaria 16, 55-C — LISBOA

Em ARGANIL o DIÁRIO DE LISBOA vende-se na COMARCA DE ARGANIL Rua Oliveira Matos-Praça Simões Dias.

TEATRO DA COMUNA
Pç. Espanha (Metro Palhavã)
A BARRACA
SÓ ATÉ DOMINGO
BARRACA CONTA TIRADENTES
encenador: A. Boal
Todos os dias: 21h30
Domingo também às 16h
(m/13 anos)

Vítor Santos na figura de Simão Dias, pai de Branca

"Santo inquérito" passa em Lisboa e S. Paulo

«Os indiciados de S. Paulo no **Santo Inquérito** saúdam os indiciados de Lisboa » este era o texto do telegrama enviado pelos actores que representam agora no Brasil a peça de Dias Gomes aos seus colegas do Grupo de Campolide, cuja encenação (assinada por Joaquim Benite) continua em cartaz no Teatro da Trindade.

Há aqui, porém, um facto curioso a revelar .. o telegrama não chegou ao seu destino por intervenção da censura brasileira, que impediu o seu envio: poderia tratar-se de uma senha política...

Apesar da censura o espectáulo é um êxito em S. Paulo, o mesmo acontecendo em Lisboa, onde mais de 8 mil pessoas aplaudiram nos primeiros 20 dias a encenação de Benite para «O Santo Inquérito».

Novo espectáculo no Centro Cultural de Évora

. A peça de José Régio «Mário ou Eu Próprio _ o Outro», constitui o novo espectáculo do Centro Cultural de Évora tendo sido estreada, no passado dia 8, integrada na exposição comemorativa do 50.º aniversário da Presença e patrocinada pela Secretaria de Estado da Cultura.

A peça é encenada por Leandro Vale, tem cenários e figurinos de Manuel Dias, estando a interpretação a cargo de Leandro Vale, Vítor Zambujo, Alexandre Passos, Rosário Gonzaga, Figueira Cid e Fernando Ceia, estes últimos antigos alunos dos grupos I e II da Escola do Centro.

O espectáculo, 14.ª criação da Companhia do Centro Cultural, é apresentado ao público nos dias 12, 13, 14 e 15, pelas 21 e 45, iniciando seguidamente a animação junto das escolas do ensino secundário. Para este efeito foi preparado um vasto caderno de documentação com textos de Eugénio Lisboa, Urbano Tavares Rodrigues, Maria Aliete Galhoz, Mário de Sá Carneiro e do encenador do espectáculo.

TEATRO INFANTIL

Terminaram no Centro Cultural de Évora os estágios intensivos organizados pela Inspecção Escolar do Distrito e em que participaram 63 professores primários. Os estágios foram orientados pelo dr. Manuel Guerra que passa a dirigir os trabalhadores na «Unidade-Infância» do Centro.

O plano de animação do Centro na área de Movimento e Drama, para os próximos 15 meses, mereceu a concordância da Direcção-Geral do Ensino Básico e começará a ser desenvolvida no corrente mês de Outubro junto dos alunos dos professores que realizaram os estágios.

Os primeiros trabalhos de investigação e pesquisa conduzirão à realização de um espectáculo possivelmente em Dezembro e de outro em Abril do próximo ano os quais serão por sua vez pretexto de animação infantil. O projecto, em que colaboram alguns dos actores do Centro Cultural de Évora, será assistido pedagogicamente por um professor integrado na equipa dirigida pelo dr. Manuel Guerra.

Salavisa director do Ballet Gulbenkian

. Jorge Salavisa, que durante a temporada transacta exerceu as funções de mestre de bailado do Ballet Gulbenkian, acaba de ser nomeado para o cargo de director artístico desta Companhia.

Natural de Lisboa, Jorge Salavisa iniciou os estudos de dança com Anna Mascolo e prosseguiu a sua formação artística em Paris com Victor Gsovsky e Lubov Egorova. Durante três anos dançou na Companhia do Marquês de Cuevas, tendo trabalhado depois com Roland Petit, primeiro num espectáculo com Zizi Jeanmaire e seguidamente no Ballet National Populaire e nos Ballets de Paris.

Salavisa ingressou em 1963 no elenco do «London Festival Ballet», onde rapidamente ascendia à categoria de primeiro bailarino Em 1972 abandonou aquela companhia para dançar com o «Scottish Ballet»e com o então recém-formado «New London Ballet». Entretanto actua também nos USA e participa em filmes e programas de televisão.

Jorge Salavisa

Entre os papéis criados para Salavisa contam-se os de protagonista do bailado em 3 actos «Beatrix», de Jack Carter, e o de Yago, de «Otelo», de Peter Darrell, em que a sua actuação dominava a acção. Interpretou também com êxito o papel principal da coreografia em 3 actos «Contos de Hofmann», de Darrell.

Na Primavera de 1975 Salavisa trocou a carreira de bailarino, onde tantos êxitos obtivera, por outro tipos de trabalho no mundo do bailado. Assim, e até final de 1976, foi o director-assistente do «New London Baliet» criou cenários e figurinos não só para esta última companhia como também para a «Northern Dance Theatre», de Manchester, e para o «Tennessee Civic Ballet», dos Estados Unidos da América.

Teatro de Branca Flor está aos sábados com as crianças

O Teatro de Branca Flor apresenta, todos os sábados, pelas 15 e 30, no S. Luiz, três peças destinadas às crianças: «O Bom Gigante da Floresta», «Os Dois Compadres» e o «Passarinho Poeta».

Sobre a peça «O Bom Gigante da Floresta» foi feito um filme que tem percorrido o País e exibido em escolas e centros sociais. Quanto a «Os Dois Compadres», a peça sai um pouco da linha ideológica e estética dos restantes trabalhos, sendo feita à maneira dos «robertos» de que constitui uma recriação. No terceiro trabalho, «O Passarinho Poeta», é de salientar a ternura que a peça transmite a quem a conhece.

Lília da Fonseca é a autora das peças dos bonecos e da encenação, tendo como assistentes Maria Eugénia Delgado e Luís Delgado. A luz e o som são de Nuno Serra, sendo manejadores Olga da Fonseca, Maria de Fátima Isabel, Ana Maria Noronha, Armando Pinto e Nuno Serra.

Centenário de Tomás da Fonseca

A comemoração do centenário de Tomásda Fonseca, cuja obra constitui um baluarte de luta contra o obscurantismo, terá lugar, no próximo mês de Dezembro, em data a designar.

A comissão encarregada das comemorações, de colaboração com a Câmara de Mortágua, dirige um apelo aos admiradores e amigos de Tomás da Fonseca e a todos os que queiram colaborar nas comemorações para que contactem com Nelson Lobo Rocha, Mortágua.

IRENE ISIDRO
8 MESES EM CENA NO TEATRO LAURA ALVES
NA RUA DA PALMA
TEL. 864756
TODAS AS NOITES ÀS 21,30
MATINÉES. DOMINGOS ÀS 16 h
ÀS 2.ªS FEIRAS NÃO HÁ ESPECTÁCULO
UMA COMÉDIA DE José Vilhena
CALCINHAS AMARELAS
com
IRENE ISIDRO
BARROSO LOPES
MANUELA MARIA
LUIZ HORTA
CARLOS MIGUEL
TEREZA ZILOC
MARIA JOÃO
PAULA LIMÃO
80.000
ESPECTADORES JÁ VIRAM ESTAS CALCINHAS!

MARIA VITÓRIA
ENORME ÊXITO
• HOJE E TODOS OS DIAS • ÀS 20.30 E 22.45 H. •
AOS DOMINGOS E FERIADOS • «MATINÉES» ÀS 16 H. •
• TEATRO: TELEF. 361740 • — ÀS 2.ªS-FEIRAS: DESCANSO —
FINALMENTE! O MAIOR ÊXITO DO TEATRO DE REVISTA
A MELHOR REVISTA DESDE HÁ 30 ANOS!
• RESERVE JÁ OS SEUS BILHETES •
ALTO E PÁRA O BAILE!...
• NÃO AC. A MEN. DE 18 ANOS •
• UMA REVISTA MODERNA À «ANTIGA PORTUGUESA» •
UM GRANDE ELENCO COM
SALVADOR • H. SANTANA
DELFINA CRUZ
JOEL BRANCO • VERÓNICA
IGOR SAMPAIO • LUIS MÁRIO
MARIANO FRANCO
A ATRACÇÃO NACIONAL
CIDÁLIA MOREIRA
GINA MARQUES • VANDA LIMA
NUCHA PIRES • ELSA MARIA
UM «BALLET» INTERNACIONAL
Cidália Moreira em «Las Manas»
• UMA REVISTA SÓ PARA PORTUGUÊS VER •

teatro do bairro alto

teatro da Cornucópia
Casimiro e Carolina de Odön von Horváth
4.º MÊS
Todas as noites às 21.30 h
Sábados às 18 e às 21.30 h
Domingo, só às 18 h
Subsídio da SEC

teatro do bairro alto

os cómicos
REPRESENTAM
A GUARDA
de
Beniamino Joppolo
Últimas representações
Todos os dias às 21.30 h
Domingos só às 17 h
2.ª feira — Descanso
Maiores de 13 anos
Subsidiados pela SEC

Proteja a sua vida!
Use sempre o cinto de segurança

circular e viver.

TEATRO ABERTO
P. de ESPANHA (metro: PALHAVÃ)
telef 77 09 69
grupo 4
APRESENTA
A SÁTIRA MUSICAL
OS MACACÕES
de ARY DOS SANTOS, AUGUSTO SOBRAL, FERNANDO TORDO, PAULO DE CARVALHO e PEDRO OSÓRIO
encenação de MORAIS E CASTRO
(Subsídio da S.E.C.
13 anos
CENÁRIOS E FIGURINOS DE M. HELENA REIS
14 macacos, de ambos os sexos, em cena 14
HENRIQUETA MAIA IRENE CRUZ - RUI MENDES FERNANDO TORDO PAULO DE CARVALHO - LUISA BASTO PEDRO OSÓRIO - JOSÉ GOMES - MANUEL CAVACO ALVARO FARIA - ARGENTINA ROCHA - ADELAIDE FERREIRA PAULO GODINHO - MANUEL MENDONÇA
VEJA HOJE, NÃO GUARDE PARA AMANHÃ (Amanhã poderá ver outra vez)
De 3.ª a 6.ª-feira, 2 Sessões: 20.30 e 22.45
SÁBADOS: Às 15.30, 20.30 e 22.45
DOMINGOS: Às 15.30 e 20.30

HORA DE BASQUETEBOL

Figueirense em Madrid perante o Real

Esta noite, na capital espanhola, o Ginásio Figueirense defronta o Real Madrid, em jogo da 1.ª ronda da «Taça dos Clubes Campeões Europeus», de basquetebol.

Escusado dizer que não existe, em torno do desfecho, qualquer probabilidade de êxito lusitano: campeões mundiais, os madrilistas até podem permitir-se ao luxo de alinhar com o «cinco» reservista porque, mesmo nessa hipótese, o marcador será bem expressivo para as suas cores. De qualquer modo, espera-se que a turma figueirense actue com a melhor dignidade e com o brio habitual, encarando o despique como um prémio á vitória no nosso torneio maior.

Entretanto. o Sporting (que está longe de qualquer competição europeia) reforça o seu grupo com o recrutamento de

Arthur Duran: o novo técnico do basquete sportinguista passa a contar com Baganha

Augusto Baganha, que defendia as cores do Académico de Coimbra.

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALMADA

ANÚNCIO

Pelo prazo de vinte dias, a contar do imediato ao da publicação do respectivo anúncio no «Diário da República» — para arrematação da seguinte empreitada:

A) Pavimentação do arruamento de acesso ao Olho de Boi.

Base de licitação ..... 784.260$00

Depósito provisório ..... 19.650$00

As condições e mais elementos para este concurso encontram-se patentes nos Serviços de Equipamento Social da Câmara.

A abertura das propostas realiza-se pelas dezasseis horas do primeiro dia útil que se seguir ao prazo do termo fixado.

Câmara Municipal de Almada, 3 de Outubro de 1977.

José Martins Vieira

EM VICENZA: 1-4

Itália deu um chuto nas "esperanças" de Portugal

A Italia derrotou Portugal por 4 a 1, em encontro do grupo dois do campeonato europeu de «esperanças» em futebol. Ao intervalo já havia 2-0.

A vitória coloca a Itália no 1.º posto da classificação neste grupo devido a vantagens de golos sobre Portugal. Ambas as equipas têm quatro pontos de três jogos, ao passo que o Luxemburgo, a terceira equipa do grupo, perdeu os dois encontros disputados até agora.

Ontem marcaram os tentos italianos: Garritano, Giordano, Eurico, (na própria baliza) e Rossi. Por Portugal acertou Gomes.

A Itália impôs-se facilmente. O campo estava com excelente relva e assistiram dezoito mil pessoas.

. Receita de bilheteira: 2181 contos portugueses.

Logo nos primeiros minutos de jogo, a turma italiana mostrou-se nitidamente superior, nomeadamente graças às acções espectaculares de Garritano e de Giordano, aos 4 e 10 minutos.

Surpresa, a um minuto do reatamento: na sequência de boa acção colectiva, Gomes marca o único golo português (aos 47 minutos). Mas os italianos recuperaram imediatamente e dominaram até ao fim. Aos 75 minutos, Eurico desvia para as suas próprias balizas uma bola disparada por Pecci. Aos 78 minutos, o ultimo tento italiano é marcado por Paolino Rossi. Então o público exprimiu exuberantemente a sua alegria: era a queda total dos portugueses.

Os intérpretes:

Arbitro: A. Nikic (Jugoslávia).

Itália: Galli; Ogliari, Manfredónia, Canutti e Cabrini Rastelli, Pecci (Virdis, aos 84 m) e Agostinelli; Rossi, Giordano e Garritano (Távola aos 82 m).

Portugal: Fonseca; Teixeira, Festas, Eurico e Alberto; José Luís (Sousa, aos 46 m), Isidro e João (Formosinho, aos 76); Fonseca II, Gomes e Lito.

Na turma italiana, que actuou com extraordinária velocidade (imediatamente siderando os portugueses) distinguiram-se Giordano, Rossi, Garritano, Pecci, Manfredonia e Canuti, embora todo o «onze» jogasse impecavelmente, destruindo minuto a minuto a ténue defensiva portuguesa. O único jogador do nosso «team» que merece especial saliência é José Luís cuja substituição (pelo treinador Peres Bandeira) foi completamente despropositada e esteve na base do descalabro. Para mais, o benfiquista não sofrera qualquer lesão, ficando (assim) inconcebível a sua troca por Sousa.

O guarda-redes João Fonseca, sofreu dois golos perfeitamente defensáveis. Manuel Teixeira só para o final deu um ar de graça. E, enquanto, Festas e Eurico alternavam o péssimo com o sofrível, Alberto era uma porta aberta para as incursões transalpinas. Cometeu o indiscutível «penaltie» e, advertido com cartão amarelo, após uma torrente de faltas.

Na média, para além de José Luís (que estava a ser a melhor unidade lusa) houve uns lampejos de Isidro, que tombou na 2.ª parte por falta de força nas pernas. O varzinista João (tal como o guardião da nossa turma, à beira dos 30 anos) nunca actuou dentro do seu habitual, deixando os contrários manobrarem à vontade pelo sector a seu cargo.

À frente, Gomes salvou a honra do convento, com um golo, no seu único lance vitorioso: a má condição física foi por demais visível. Orlando Fonseca, Sousa e Formosinho, estiveram perfeitamente dentro da nulidade. Apenas o bracarense Lito deu luta à defesa contrária: mas é muito frágil para essas guerras...

Em síntese: mais uma jornada negativa do futebol português, a mostrar que não podemos albergar grandes esperanças nestas «esperanças».

BAPTISTA NUM IMBRÓGLIO

Enquanto alguns jornais afirmam que Vítor Baptista foi ilibado de problemas disciplinares e autorizado a voltar ao trabalho, o nosso prezado colega «A Bola», na sua edição de hoje, garante, pela boca do presidente benfiquista José Ferreira Queimado, que o discutido avançado da Luz foi afastado dos treinos até recolha de novos relatórios a respeito do seu comportamento.

FEIRENSE MUDOU

Despedindo o técnico argentino Eduardo Gonzalez, o Feirense logo acertou a sucessão com o prof. João Mota, que esteve no Leixões e já esta manhã dirigiu a preparação do «team» de Vila da Feira.

CELSO DE FORA

O portista Celso sofreu um jogo de suspensão em torneios da UEFA, pelo que não poderá alinhar, nas Antas, face ao Manchester United. Ao mesmo tempo, o Sporting é penalizado na multa de 27 contos, por «arremesso de objectos para o rectáculo de jogo», em Alvalade, durante o encontro com o Bastia.

ÁRBITROS PARA NÓS

A União Europeia de Futebol designou já os árbitros para os oitavos de final das suas competições. O encontro Benfica-BK 1903 Copenhagen, a contar para a «Taça dos Campeões Europeus», será dirigido pelo irlandês Carpenter. Este jogo disputa-se no Estádio da Luz, no dia 19 do corrente. Para o encontro da 2.ª «mão», a realizar no dia 2 de Novembro, em Copenhaga (Dinamarca), foi nomeado o checoslovaco Horbas.

F. C. Porto e Manchester United (Inglaterra) defrontam-se também no dia 19 do corrente, no Estádio das Antas, no Porto, a contar para a «Taça dos Vencedores das Taças». Foi designado para dirigir o desafio o checoslovaco Dorflinger. A partida da 2.ª «mão», terá como árbitro o alemão oriental Einbeck.

SPORTING RECRUTA

Mais um brasileiro para Alvalade. Desta feita, trata-se de Isaías de Oliveira Costa (23 anos), que alinha na extrema-esquerda do Vitória de Espírito Santo e já passou pela selecção da Força Aérea brasileira. Desconhecido da crítica do Rio de Janeiro, é uma incógnita em que alguns «leões» acreditam.

FALAR DÁ MULTA

O treinador do Schalke 04, Friedel Rausch, foi multado pela Federação Alemã Federal de Futebol em 1000 marcos (carca de 20 000 escudos). Motivo da sanção: abandonar frequentemente o banco e gritar junto da linha lateral ordens aos seus jogadores.

FIM TRÁGICO

O futebolista brasileiro Gludomiro «Beto», que estivera prestes a vincular-se ao Marítimo e depois ao Nacional da Madeira, foi assassinado no Rio de Janeiro. Beto, à sua chegada ao Rio de Janeiro, foi atacado por um grupo de ladrões. Ao resistir, os assaltantes mataram-no a tiros de pistola.

«Beto» fez alguns jogos-trei-

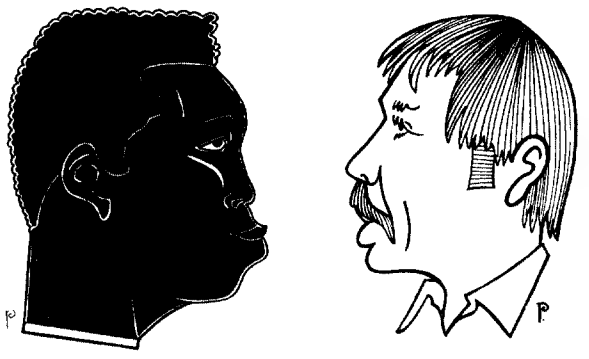
Continua na pág. 17

Colóquio sobre futebol em Carenque

Amanhã (21 horas) haverá um colóquio sobre futebol no Centro Popular de Trabalhadores de Carenque, perto da Amadora. São intervenientes o «internacional» Godinho (ex-belenense, agora no Sacavenense), o atleta olímpico José Carvalho e o jornalista Neves de Sousa, nosso camarada de Redacção.

O colóquio efectua-se na sede da colectividade, nas Escadinhas de São Pedro, em Carenque.

O TRAÇO DE PARGANA



Drissa e Medeiros: pupilo e mestre

ASSIM VAI O TOTOBOLA

PROGNÓSTICOS DOS ÓRGÃOS DE INFORMAÇÃO PARA O CONCURSO N.º 7, DE 16 DE OUTUBRO DE 1977

. Boa Nova, 121 121 211 1x1x; Cardeal Saraiva 121 111 211 111x; A Comarca de Arganil, 121 x11 x11 111x; Cavalgada do Ritmo, 121 111 x1x 11x2; Clube do Ar, 1x1 x21 211 1x22; O Distrito de Setúbal, 121 111 211 xx12; O Diabo, 121 111 211 11xx; Rádio Totobola, 121 111 211 11xx; O Despertar, 12x 111 211 1x1x; O Comércio de Leixões, 121 1x1 211 11xx; Correio de Coimbra 121 1x1 211 111x; Correio do Vouga, 121 x11 211 1112; Diário de Coimbra, 1x1 1x1 x112; Diário de Lisboa, 1 xx1 21x 211x; Diário do [illegible] 121 1x1 21x 11x2; O [illegible]to de Portalegre, 1x1 121 [illegible]1x1; Ecos de Cacia, 1[illegible] [illegible]11 1112; Estrela da M[illegible] 111 x11 11xx; Fu Sa[illegible]21 111 21x x11x; Jor[illegible]a, 121 x11 111 11[illegible]lo Domingo, 1x1 x[illegible] Gazeta das Caldas, [illegible] 211 111x; Jornal d[illegible]1 111 211 xxx2; O Jornal de Felgueiras, 121 11x 211 11x2; O Jornal da Lixa, 121 111 11x 1x12; Jornal de Sintra, 1x1 1x1 x11 x1x2; Notícias do Sul, 2x2 1x2 x22 2222; Linhas de Elvas, 12x x11 x11 x111; Litoral, 121 111 211 1x12; Manchete Desportiva, 121 x11 x11 11x2; Maria da Fonte, 121 1x1 211 11x2; Mundo Desportivo, 121 x11 211 x2x2; O Norte Desportivo, 1x1 111 211 x112; Notícias de Évora, x2x 1x1 211 111x; Notícias de Felgueiras, 121 x11 211 x11x; Notícias de Guimarães, 12x 121 x11 211x; A Ordem, 121 111 21x 111x; Penalti, 121 111 211 x112; O Porto, 121 1x1 211 1x11; Póvoa de Lanhoso, 121 xx1 211 21x2; Programa Sem Nome, 1x1 111 21x 2xxx; Quadrante Desportivo, 121 x11 211 2112; Quadrante Norte, 121 111 211 x2x2; Rádio Altitude, 1x1 x11 211 x112; Rádio Sports, 121 111 211 1111; Reconquista, 121 111 x1x 211x; Renovação, 121 1x1 211 112x; Repórter do Dia, 121 x11 211 1112; Resenha Desportiva, 121 1x1 211 1x12; Encontro Musical, 1x1 111 111 x11x; Ritmo e Amizade, xx1 1x1 21x 11x2; Dimensão 3, 121 1x1 21x x122; Primeiro Andamento, 221 111 222 x22x; RDP - Desporto, 121 xx1 211 21xx; A Voz das Beiras, 1x1 1x1 21x 211x; A Voz do Domingo, 1x1 111 21x 111x; Voz de Lamego, 121 111 2x1 1112; A Voz de Palmela, 1x1 1x1 x12 1122; Alvo Desportivo, 121 111 211 111x; Jornal de Notícias, 121 x11 211 11xx; O Primeiro de Janeiro, 121 1x1 x1x 21x2; Rádio Alvo, 121 x11 211 1xx2; A Voz dos Ridículos, xx2 xx1 21x 1xx2; Jornal da Graça, 121 111 211 1112; Boletim Desportivo, 121 111 211 111x. Miscelânea Musical, 1x2 xx1 112 2x1x; Montra do Êxito, 121 111 211 1111; Música e Desporto, 111 111 111 1111; Programa da Manhã, 121 111 211 1xxx; Só Rádio, 1x1 x11 211 xx11.

17ª. ÉPOCA

	RESUMO 1	X	2	BOLAS 1	X	2	(a)
1. ESPINHO - PORTIMONENSE	65	3	2	10	1	1	
2. BOAVISTA - BENFICA	1	18	51	1	3	8	
3. VARZIM - ACADÉMICO	63	4	3	10	1	1	
4. GUIMARAES - BRAGA	50	20	0	9	3	1	
5. BELENENSES - SETÚBAL	45	21	4	7	4	1	
6. SPORTING - ESTORIL	68	1	1	10	1	1	
7. RIOPELE - PORTO	5	12	53	1	2	9	
8. MARITIMO - FEIRENSE	67	1	2	10	1	1	
9. FAMALICAO - A.LORDELO	52	14	4	9	2	1	
10. UNIAO LEIRIA - AC. VISEU	43	16	11	7	3	2	
11. COVILHA - MARINHENSE	51	15	4	8	3	1	
12. OLHANENSE - BARREIRENSE	40	24	6	7	4	1	
13. LUSO - C U F	8	30	32	2	5	5	

a) Nos termos do Art.º 13.º do Regulamento Geral dos Concursos se houver necessidade de sortear o resultado dos jogos não realizados na data do concurso, as bolas entrarão na esfera do sorteio nas quantidades do presente mapa.

A "chave" lógica será:

121 111 211 1112

ROQUE LINO FOI SEU ADVOGADO

Sporting penhorado por não pagar a Fernando Vaz

Por intermédio do advogado sindical dr. Fidalgo Martins, o treinador Fernando Vaz apresentou, no Tribunal de Trabalho de Coimbra, um requerimento solicitando penhora das receitas ilíquidas de todos os jogos a efectuar pelo Sporting, até ao montante de Esc. 464.875$00, indemnização que o Tribunal oportunamente julgou por direito ser devida a Fernando Vaz, por «dispensa sem justa causa».

O pedido de penhora, apresentado a 15 de Setembro, alarga-se até junto da Federação de Futebol, a quem se solicita a penhora de todos os móveis, utensílios, equipamentos, taças e recheio variado, que for encontrado na sede ou dependências do clube executado.

Neste processo, o Sporting (que viu o recurso exibido junto do Supremo Tribunal Administrativo ser indeferido e, concomitantemente dada a razão à penalidade aplicada pelo Tribunal de Trabalho de Coimbra) foi inicialmente defendido pelo dr. Roque Lino que, quando entrou para o Governo, delegou a missão no dr. Santos Ferro. Segundo o dr. Fidalgo Martins (causídico do Sindicato dos Treinadores), em devido tempo e muito antes do pedido de penhora, escreveu ao dr. Roque Lino, apresentando-lhe a situação: a sua carta não teria merecido qualquer resposta e, daí a uma situação de contencioso puro, foi leve passo, de mais que também o dr. Santos Ferro (ainda na declaração do dr. Fidalgo Martins) igualmente recusaria qualquer resposta.

Resta acrescentar que, a 30 de Agosto, uma nova carta do advogado de Fernando Vaz, desta feita para o presidente sportinguista João Rocha, também ficou sem a mínima resposta.

Fernando Vaz: despedir, sem justa causa, custa dinheiro

Segundo a «Bola», de hoje, o dr. Fidalgo Martins comenta:

«É lamentável que tudo isto suceda, depois das cartas, a todos os títulos amáveis que enviei, com o propósito de solucionar o assunto. Veja que chegou a estar marcado um julgamento ao qual o Sporting faltou, mas eu e o meu constituinte, aceitámos um segundo julgamento, para concedermos ao Sporting a defesa a que tinha direito. Com efeito, nesse segundo julgamento, já o clube de Alvalade se fez representar. É o primeiro clube «grande» que chega a permitir um pedido de penhora e eu já tive casos com o FC Porto e mesmo com o Sporting.

Com esta penhora, terá o Sporting de suportar outros encargos, que não são, como se sabe, nada pequenos. Como o Sporting tem a sua sede em Lisboa, o Tribunal de Trabalho de Coimbra já oficiou ao Tribunal de Trabalho de Lisboa para a execução da penhora que, a partir de agora, poderá acontecer em qualquer altura.»

Futebol: clubes madeirenses vão ter apoio

Continuação da pág. 16

no pelo Marítimo e esteve depois em negociações com o Nacional, que não chegaram a bom termo, pelo que o futebolista empreendeu o regresso ao Brasil, onde acabou por encontrar a morte.

ARQUIPÉLAGOS

O Conselho de Ministros aprovou um decreto-lei que autoriza a Federação Portuguesa de Futebol a cobrar uma taxa de $50 sobre cada bilhete de entradas nas competições internacionais e oficiais de futebol e 5 por cento da receita líquida realizada nas competições internacionais, efectuadas no Estádio Nacional. Tais receitas são consignadas a subsidiar despesas de deslocação entre o continente e as regiões autónomas dos Açores e da Madeira, dos participantes em provas nacionais de futebol e a Suportar acções de fomento do futebol juvenil.

Sublinha-se que as referidas receitas se destinam a subsidiar não só a deslocação de equipas do continente àquelas regiões autónomas como a deslocação de equipas da Madeira e dos Açores ao continente.

MADEIRA QUER MAIS

Continuam a reforçar-se os dois clubes da Madeira que militam nos campeonatos nacionais da 1.ª e 2.ª divisões — Marítimo e Nacional, respectivamente. Assim, chegou já ao Funchal o brasileiro Reinaldo Justo, filho de uma madeirense, que envergará a camisola verde-rubra do Marítimo. Reinaldo tem 27 anos e é natural de Santos, tendo alinhado no Atlético Guaçuano, no Ubeiraba e, ultimamente, no clube onde iniciou a prática da modalidade: o Jabaquara, da 1.ª divisão de São Paulo. O jogador foi indicado ao clube por Otto Glória, tendo assinado contrato por um ano, ao longo do qual receberá 30 mil escudos mensais.

O Nacional, que ocupa o último lugar da Zona Sul da 2.ª divisão, assegurou, entretanto, o concurso do brasileiro Nivaldo (por cedência do Vitória de Guimarães) e está em contactos com o angolano Nando, que jogou no Sporting.

PELÉ TERÁ SUCESSOR

Roberto Rivelino ou o holandês Johan Cruyff, são os candidatos para substituir a figura do «rei» Pelé na equipa norte-americana de futebol do Cosmos.

NASCE UMA VEDETA

O futebolista uruguaio Revetria (de 22 anos) tornou-se, subitamente, o novo ídolo dos adeptos do cruzeiro (de Belo Horizonte, Brasil) ao marcar os três golos com que a sua equipa derrotou o grande rival (Atlético Mineiro) para conquistar o título de campeão do Estado de Minas Gerais.

O Atlético necessitava, apenas, de um empate, para conquistar o título de campeão: e parecia bem encaminhado para o triunfo devido ao golo que marcou aos quatro minutos de jogo. No estádio, onde estavam presentes cerca de 100 000 espectadores, começou a festa da conquista do campeonato, mas revetria empatou. Pouco depois, marcou mais dois golos e o estádio emudeceu, à excepção do sector do «Cruzeiro» onde o futebolista uruguaio passou a ser o novo ídolo.

No futebol brasileiro, Revetria é um desconhecido, já que está há cinco meses ao serviço do Cruzeiro e apenas jogou três vezes oficialmente na equipa principal do clube.

BRASILEIRO NO VALÊNCIA

Ademir, centro-campista do Botafogo, foi transferido para o Valência (Espanha) pela soma de cem mil dólares (quatro mil contos). As negociações foram concluídas no Rio de Janeiro, pelo empresário José da Gama, que informou que Ademir viajará para Valência na próxima semana.

O jogador receberá 15 mil dólares (600 contos) como parte que lhe corresponde pela transferência e acertará com o Valência o salário e montante dos prémios. Ademir, não tem qualquer parentesco com Ademir da Guia (a «estrela» do Palmeiras, de São Paulo) é um jogador de grande técnica e considerado pela crítica como um dos melhores futebolistas de apoio ao ataque que existem no futebol brasileiro.

ALTAFINI COMENTADOR-TV

O jogador brasileiro de futebol José Altafini, que «arrumou» as botas o ano passado será, desde o próximo dia 23, o comentarista desportivo de uma das cadeias de televisão italiana. Altafini substituirá, nessa tarefa, outro jogador famoso do futebol italiano, Gigi Riva, que renunciou para poder ocupar-se de uma nova tarefa: a direcção do Centro Juvenil de Futebolistas, que criou em Cagliari.

Altafini, que também se ocupa de jogadores juvenis, em Turim, partilhará a crítica desportiva da segunda cadeia televisiva com outra personagem famosa do futebol mundial: o hispano-argentino Helenio Herrera, que desde o seu abandono como treinador (por razões médicas) vem efectuando numerosos trabalhos como comentarista.

COMO VÃO AS COISAS

ACERTO ANDEBOLÍSTICO

Para acerto do calendário do Campeonato Nacional de Andebol, o Belenenses defrontou o CACO, vencendo concludentemente: 40-6.

Na zona nortenha, o F C de Gaia perdeu perante a Académica de S. Mamede (15-16).

BALUDA CID GANHA «SALTO»

O cavaleiro Baluda Cid venceu o «Nacional» de salto em altura, respeitante à terceira jornada de Lisboa-77, prova principal. Miguel Pombeiro, em iniciados, Pedro Lour, em juvenis, e José Azevedo, em Júniores, venceram as restantes provas.

JOSÉ FRANCO NO HOSPITAL

O conhecido lançador de disco José Franco encontra-se hospitalizado devido a um acidente de viação na Marginal, perto da Parede. Revelação benfiquista deste ano, José Franco estará ausente das competições durante algum tempo.

PUB.

Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal

AVISO AOS TRABALHADORES

cobrança – quotização sindical

Alguns patrões estão a recusar aceitar as declarações por meio das quais individualmente, os trabalhadores sindicalizados autorizam o desconto das quotas sindicais na respectiva remuneração. Desse modo, pretendem esses patrões obrigar a que deixe de ser cumprido o sistema de cobrança e remessa da quotização sindical obrigatório pela contratação colectiva.

Invocam a inexistência de acordos que legitimem a cobrança por desconto na remuneração, chegando-se a afirmar que o Decreto-Lei n.º 841-B/76 revogou as cláusulas dos CCT (s) e PRT (s) que já regulamentavam tal sistema de cobrança.

Essas afirmações e tomadas de posição do patronato são falsas e ilegais, por manifestamente contrárias à lei n.º 57/77 da Assembleia da República e, em especial aos seus artigos 2.º e 3.º n.º 3.

Trata-se de uma manobra organizada com o fim de estrangular economicamente o Sindicato.

A Direcção do Sindicato dos Trabalhadores do Comércio do Distrito de Setúbal alerta os trabalhadores que:

1.º – Devem preencher as declarações individuais que lhe foram remetidas pelo Sindicato ou requisitá-las na sede, Delegações ou junto dos Delegados Sindicais e fazer a sua entrega às respectivas entidades patronais em qualquer data enviar a cópia ao Sindicato.

2.º – O Decreto-Lei n.º 841-B/76 não revogou as cláusulas dos CCT (s) referentes à cobrança da quotização sindical.

3.º – Nenhuma lei ou Decreto-Lei revogou as cláusulas dos contratos referentes à cobrança e remessa das quotizações sindicais, pelo que se mantém válido o disposto nos CCT (s) e o cumprimento deve ser rigoroso.

4.º – Devem ser desenvolvidas acções a nível geral ou por empresa para obrigar o patronato a cumprir a lei 57/77 e os CCT (s) e outros acordos em vigor.

5.º – Devem ser pronta e rapidamente denunciados ao Sindicato todos os casos de abuso e manobras do patronato cometidos em relação à cobrança e remessa das quotas sindicais.

6.º – Tais manobras e abusos por serem contrários à lei serão denunciados à Inspecção de Trabalho levando-as o Sindicato ao conhecimento de todos os trabalhadores, da opinião pública e órgãos do poder.

7.º – Nas empresas cujos patrões recusam aceitar as declarações individuais, não procedam à cobrança e remessas ao Sindicato da quota sindical, não cumpram os Contratos Colectivos de Trabalho em vigor, não tenham pago retroactivos em dívida, etc, os trabalhadores devem comunicar com o Sindicato e denunciar tais manobras, abusos e ilegalidades.

8.º – Os trabalhadores podem em qualquer data proceder à entrega da declaração individual à sua entidade patronal, e esta é obrigada por lei (57/77) a recebê-la e a proceder no mês seguinte ao desconto e remessa da quota sindical.

Setúbal, 6 de Outubro de 1977

A DIRECÇÃO

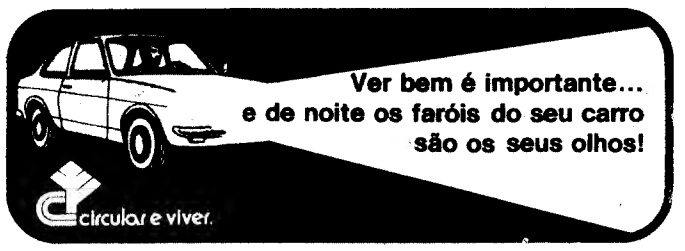
COMUNICADO

Comunica-se que as aulas dos 2.º e 3.º Anos deste Instituto Superior de Contabilidade e Administração de Lisboa terão início no dia 17 do corrente mês.

Lisboa, 11 de Outubro de 1977.

Pel'O Presidente do C. D.

Manuel Guedes



Futebol de salão em Pinhal Novo

Está a despertar grande interesse na população de Pinhal Novo o torneio de futebol de salão que pela primeira vez ali se realiza, por iniciativa da Sociedade Filarmónica União Agrícola. Nos encontros, que decorrem todas as noites, até sábado, na verbena daquela colectividade, participam as seguintes equipas: União Agrícola, Pinhal-Novense, Bombeiros Voluntários, CTT, Académica e Cafeteiras.

CP — Caminhos de Ferro Portugueses

LANTERNAS, FARÓIS, COFRES, ETC.

Está aberto concurso, até ao dia 2-11-977, para venda dos seguintes artigos usados, concentrados no Armazém Principal de Alcântara (junto à estação de Alcântara Terra):

Lote 1 — Cofres
Lote 2 — Aparelhagem de ventilação
Lote 3 — Lanternas de mão
Lote 4 — Lanternas de plataforma de estação
Lote 5 — Faróis de sinalização de agulhas
Lote 6 — Faróis de sinalização
Lote 7 — Faróis diversos
Lote 8 — Sucata de lanternas e faróis

Todas as informações complementares, bem como o caderno de concurso, podem ser obtidas na Divisão de Abastecimentos, Rúa de Santa Apolónia, 65, Lisboa 2, telefones 86 97 60 a 68 extensões 228 e 229, ou no referido Armazém, telefone 63 00 46.

Colóquio no Porto com Armando Castro

PORTO, 13 — Amanhã à noite, sexta-feira, o prof. Armando Castro orienta um colóquio — debate sobre «as desintervenções e a recuperação capitalista», promovido pelo MDP na sua sede distrital do Porto, á rua dr. Alfredo de Magalhães 110. Com o prof. Armando Castro estarão trabalhadores e sindicalistas que darão informações sobre o estado actual de algumas empresas do Norte do país.

Ramiro Correia

Continuação da pág. 8

cial criador do povo (...), lavrar o terreno para os partidos políticos progressistas».

A Aliança Povo-MFA aparece materializada no terreno. Os soldados saem dos quartéis, associam-se em milhares e milhares de iniciativas com as populações e seus organismo representativos, com os artistas, enfim, com todos oe que queriam «fazer algo»; levam a mensagem libertadora da Revolução às regiões mais atrasadas do País, onde imperam a exploração, o servilismo, a ignorância. Descolonizam também a sua Pátria.

Pode afirmar-se com rigorosa justiça que Portugal foi ganho para o socialismo — votando maioria de esquerda em Abril de 1975 e novamente em Abril de 1976 — mais pela acção dos militares revolucionários que com a Dinamização Cultural colaboraram do que pelo palavreado demagógico de certos partidos políticos de etiqueta socialista. A vitória sobre o golpe spinolista 11 de Março de 1975 leva Ramiro Correia ao Conselho da Revolução, eleito como um dos representantes da Marinha. A Revolução Portuguesa avança impetuosamente e parecia estar num caminho irreversível.

Porém o imperialismo, aliado à reacção interna, começa a aplicar a Portugal o plano de desestabilização da vida político-social que tão completos resultados dera no Chile. O primeiro objectivo visado foi o isolamento da esquerda militar e particularmente a destruição do seu órgão mais estruturado, a 5.ª Divisão do EMGFA. Tentando impedir essa manobra Ramiro Correia consegue fazer-se nomear em Março de 1975 chefe da 5.ª Divisão (na qual a Dinamização Cultural, estava já integrada), acumulando a respectiva chefia com o cargo de conselheiro da Revolução.

Os reaccionários cedo identificaram Ramiro Correia como inimigo irredutível. Não lhe pouparam a calúnia pessoal mesquinha e reles; destroem o seu automóvel com uma carga explosiva. Era muito pouco para um homem da têmpera de Ramiro Correia. Em Junho de 1976 é aprovado na Assembleia do MFA o Documento-Guia da Aliança Povo-MFA, pelo qual era estabelecida uma primeira estrutura orgânica do Poder Popular. Esse documento, em grande parte inspiração e obra de Ramiro Correia representou a tentativa de conter a anarquia esquerdista (incluindo a militar), nessa altura desempenhando uma evidente função contra-revolucionária. Todavia, porventura mais importante que tudo isso é podermos aquilatar a estatura moral do revolucionário de corpo inteiro, que se manteve fiel a si próprio e à sua origem de classe, através de todas as tentações e ciladas da popularidade e do Poder.

(Excertos do texto lido na cerimónia fúnebre efectuada em Maputo no dia 21 de Agosto de 1977. Subtítulos da Redacção).

A CONVITE DA LIGA

Campos e Portas vão a Beja

A convite da Liga dos Pequenos e Médios Agricultores do distrito de Beja, deslocam-se a esta cidade, depois de amanhã, Carlos Portas e António Campos respectivamente secretários de Estado da Estruturação Agrária e do Fomento Agrário a fim de participarem numa reunião que terá lugar, pelas 15 e 30 horas no exgrémio da Lavoura de Beja.

Nessa reunião irão ser abordados temas relacionados com a «Lei Barreto» e a nova lei do Arrendamento Rural, a distribuição de terras aos pequenos agricultores, problemas do crédito política de preços, comercialização e escoamento dos produtos.

Regresso dos macacões

Continuação da pág. 13

intenção simbólica) é sempre perigoso quando a entidade visada apresenta sinais que não são imediatamente perceptíveis por todos os espectadores (o que fatalmente acontece tratando-se dum intelectual). Claro que para nós e para quase todo o público da estreia a caràpuça (aliás, notável) deu bastante gozo. Mas que dirá uma sala cheia de gente que entendeu e aderiu ao «Círculo de Giz»? É uma dúvida que levantamos.

Texto por vezes palavroso, esquema dramático não inteiramente conseguido (pelo uso de um modelo não universal, digamos, pela debilidade do respectivo contraponto, os dois jovens desempregados), não se trata, no entanto, como é bom de ver, dum texto para deitar fora. Ao longo do espectáculo sucedem-se números duma grande força teatral e política cujo impacte é óbvio. Podemos, pois, dizer que o texto é menos interessante como um todo do que algumas das partes que oconstituem. Ora, pelo contrário, a nível musical, a nível plástico, a nível interpretativo, a nível de concepção e realização, de encenação, portanto, o espectáculo mantém uma unidade, uma coerência de qualidade que justificam considerarmo-lo quase sem paralelo, no seu género. Hesitamos em distinguir estes elementos de tal maneira qualquer ruptura é perigosa em relação a um trabalho de equipa em que a cenografia (Maria Helena Reis) consegue tão belos resultados (algumas cenas, algumas cortinas, alguns figurinos são do melhor que temos visto no nosso teatro); o mesmo poderemos dizer do trabalho de caracterização e de adereços, respectivamente de Luís Matos e Rui Teixeira (não só os macacos, repare-se nos lábios das fadistas); o mesmo poderemos dizer do trabalho musical (composição e execução), e dos intérpretes (Rui Mendes, excelente no jornalista da Direita que se quer transformar em macacão; Henriqueta Maia, formidável caricatura da poeta da boquilha; Irene Cruz desdobrando-se em vários papés com a facilidade própria das grandes actrizes e sublime na Operária; José Gomes, magnífico La Fontaine sem falar na estupenda composição do dono da leitaria; Alvaro Faria e Manuel Cavaco, também eles muito bem nos dois desempregados e noutros papéis; Argentina Rocha e Adelaide Ferreira, que vieram da Escola do Centro Cultural de Évora e se apresentam como duas artistas de revista experientes; e sem esquecer, a cantar e a representar, Luísa Basto, naturalmente melhor a cantar, Fernando Tordo, belo cauteleiro, e Paulo de Carvalho, impagável tradutor de La Fontaine, o próprio Pedro Osório, e ainda Manuel Mendonça e Manuel Pateiro, todos os intérpretes conjugando-se, a representar e a cantar, de forma a compr uma equipa impecável. Sem esquecer a encenação (Morais e Castro) que não só conseguiu vencer os problemas novos postos por este tipo de trabalho como revelou a cada passo uma grande inventiva na criação dos mais pequenos promenores significantes que aqui não podemos esmiuçar).

Tudo isto representa um esforço, uma capacidade de trabalho, um poder imaginativo que não queremos deixar de saudar.

E tudo isto, como dissemos, está ao serviço dum projecto crítico que denuncia e combate os macacões regressados (a descrição da família por Rui Mendes é impagável), ou seja, dos capitalistas e dos seus lacaios a que o governo socialista abre as pernas; ao mesmo tempo que denuncia e combate aqueles que se cumpliciaram e cumpliciam com os inimigos do projecto socialista, tudo fazendo para o abortar (ver os bonecos móveis que surgem no início representando os capitalistas e os pides que os guarda-costam).

Esse combate e essa denúncia são feitos, como não podia deixar de ser para como tal serem respeitados e respeitáveis, em nome e por conta dos valores mais altos e mais sérios do País que somos: em nome dos verdadeiros trabalhadores (a cena final das mulheres é um momento extraordinário), em nome dos revolucionários autênticos (a denúncia dos anti-gonçalvistas paranóicos uma das vitórias do espectáculo).

Pusemos algumas reservas a estes «Macacões». Não as lamentamos. Mesmo elas exigem que o leitor não deixe de ver um dos mais belos trabalhos de criação do Portugal livre.

tempo

Situação do tempo 09.00 H.

Em Portugal Continental o céu estava em geral pouco nublado o vento era fraco, a moderado de Leste no Algarve.

TEMPERATURAS DO AR

09.00 H.

PORTO	16°
PENHAS DOURADAS	13°
COIMBRA	16°
PORTALEGRE	20°
LISBOA	16°
ÉVORA	17°
BEJA	17°
SAGRES	18°
FARO	23°
PONTA DELGADA	20°
FUNCHAL	20°

TEMPERATURAS EXTREMAS

RÉGUA
Máxima.....25,5°

FIGUEIRA DE CASTELO RODRIGO
Mínima.....5,6°

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
3.00	4,1 m	8.38	0,6 m
15.20	4,2 m	20.59	0,6 m
Dia 14			
3.40	4,2 m	9.19	0,6 m
16.02	4,2 m	21.40	0,6 m
Dia 15			
4.22	4,2 m	10.01	0,6 m
16.45	4,1 m	22.22	0,8 m

PREVISÃO GERAL ATÉ ÀS 24 H. DE AMANHÃ

Céu pouco nublado; vento fraco, soprando por vezes moderado de Leste no Algarve; neblinas ou nevoeiros matinais na Faixa Costeira Ocidental.

AMANHÃ

NASCER ÁS 6.45
OCASO AS 18.01

DIA 19 DIA 26 DIA 4 DIA 11

palavras cruzadas

COM PROVÉRBIO

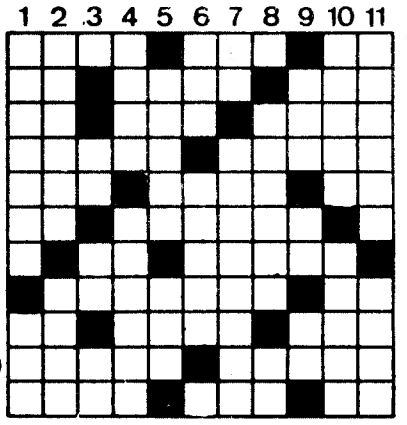
PROBLEMA N.º 11.863

HORIZONTAIS

1 Aquele que. Recusa. Apelido.
2 Cidade da antiga Caldeia. Semelhante. Moda.
3 Érbio (s.q). Voz do gato. Flata de cabelo.
4 Enfiada. Assuntos.
5 Enguia. Pancada do relógio. Reis.
6 Autores. Canção antiga acompanhada de música sentimental.
7 Centiare. Cidade de Portugal.
8 Murmurais (fig). Mil e cem em romano.
9 Pronome pessoal. Falha. Camareira.
10 Nesse caso. Moeda asiática.
11 Triturees. Conjunção. Alteza Serenissima.

VERTICAIS:

1 Procuravam. Possui.
2 Dera urros. Rio da Alemanha.
3 Pedra de moinho. Cobalto (s.q). Basta.
4 Suga o leite materno. Espessas.
5 Oriunda. Negativa.
6 Ningo. Encerar.
7 Amónio (s.q). Opera de Verdi.
8 Mistura de centeio e milho em grão (pl). Artigo definido.
9 Possui. Alteza Real. Prefixo de privação.
10 Relativo ao Sol. Amante.
11 Misturo. Nome de algumas tribos indígenas do Brasil, em Mato Grosso.



Resolveu completamente este problema?
Procure agora em segundo passatempo o PROVÉRBIO nele inscrito.

NOVA MODALIDADE

PROBLEMA N.º 7924

HORIZONTAIS:

1 Manuscrito. Costurar. Antes de Cristo.
2 Naipe das cartas de jogar. Bruma.
3 Fronteiras. Planos.
4 A dignidade pontificia (fig). Prendera.
5 Sódio (s.q). Brisa.
6 Cálcio (s.q). Progenitor. Prata (s.q).
7 Bário (s.q). Gíria. Artigo definido.
8 Serra de Portugal. Rezara.
9 Povo antropófago que atingiu o Gabão pelos meados do século XIX. Ninhos.
10 Utensílios domésticos. Líquido dolorido para escrever, pintar ou imprimir.
11 Negociante e filantropo americano que fundou a bibliloteca pública de Nova Iorque, chamada Ator Library. Pertences. Carta de jogar.

VERTICAIS:

1 Definta. Bário (s.q). Deus dos pastores.
2 Fechai as asas para descer mais depressa. Sumo sacerdote e soberano sacrificador judeu, da seita dos Saduceus.
3 Espécie de forragem (Bras). Batráquio.
4 Filtrara. Canastra com asa ou sem ela.
5 Serra de Portugal. Utensílios domésticos. Caminhar.
6 Forma apocopada e proclítica de vale. Serviço Nacional.
7 Vagueia. O mesmo que ion. Pronome pessoal.
8 O mesmo que arreata. Enfeitas.
9 Rio de Françal Nesse lugar.
10 Grande afeição. Rio de França.
11 Pequeno povoado. Sadias.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 11.862

HORIZONTAIS:

1 Nanar. Patos.
2 Avisa. Apelo.
3 Oo. As. Urres.
4 Cós. O.
5 Tai. Pré. Ada.
6 Saio. AMOR.
7 Me. Io. Pi.
8 Ser. Nones.
9 Lapas.
10 Erada. Trigo.
11 Iaras. Assar.

VERTICAIS:

1 NÃO. TEM. LEI.
2 Avoca. És. Ra.
3 Ni. Ois. Elar.
4 Asas. Airada.
5 Rãs. Pio. Pás.
6 Oro. Na.
7 Pau. Posta.
8 Aprel Ain. Rs.
9 Ter. Am. Anis.
10 Oleado. Ga.
11 Sós Are. Mor.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA N.º 7923

HORIZONTAIS:

1 Fumaça. Sumo.
2 Im. Paris.
3 Fera. Lar. As.
4 Orasse. Ando.
5 Sonsas. Aas.
6 Ao. Arad.
7 At. Má. Rapa.
8 Lotaria. Rãs.
9 Amar. Areara.
10 Papa. Mansa.
11 Arame. Sa. Rs.

VERTICAIS:

1 Figos. Alapa.
2 Úmero. Tomar.
3 Rana. Tapa.
4 Assomaram.
5 Ce. Sa. Ar.
6 Lesa. Iam.
7 Pã. Aras.
8 Sara. Ar. Enal
9 Ur. Nadaras.
10 Miada. Parar.
11 Ossos. Asa.

PROVÉBRIO: O amor não tem lei.

farmácias de serviço

LISBOA

TURNO 45

Até às 22 horas

ALCÂNTARA — Aven. da República, 74-A, Tel. 771379.
AGUIAR — Aven. Columbano Bordalo Pinheiro, 98-A. Tel. 764629, 768343.
ALAMEDA — Alam. Linhas de Torres, 201-B. Tel. 790942.
BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 227284.
CENTRAL DA LAPA — Rua dos Navegantes, 10. Tel. 661734.
CHINDE — Rua Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331.
EUSIL — Rua Barão de Sabrosa, 104, Tel. 841912.
FINDOR — Rua D. Maria Pia, 514. Tel. 687949.
GALENO — Av. Óscar Monteiro Torres, 38-A. Tel. 774920.
GOMES — Rua Rodrigo da Fonseca, 101-A. Tel. 682333.
HIGILUX — Rua de Pedrouços, 50-52. Tel. 610280.
INTENDENTE — Largo Intendente Pina Manique, 50. Tel. 547838.
LÍBIA — Av. da Igreja, 4-B-B. Tel. 891681.
LOPES RIBEIRO — R. do Cruzeiro, 117. Tel. 633288.
MADRE DE DEUS — Rua Margem, 15-B. (B.º Grilo). Tel. 382470.
MARQUES — Estrada de Benfica, 648. Tel. 700096.
ORIENTE — Rua Lopes, 120. Tel. 843381.
PAES — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965.
PANCADA — Rua Rebelo da Silva, 9. Tel. 43340.
REBOCHO — Rua Ten.-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 743871.
SAGRES — Av. Luís Bívar, 69-71. Tel. 547213.
SALUTAR — R. B. 75-A-B (B.º Liberdade). Tel. 683694.
SILVA — C.ª Santo André, 16. Tel. 862074.
UNIFA — Rua da Vitória, 21. Tel. 323793.
URBANO FREITAS — Rua Silva Carvalho, 1-9. Tel. 662838.
ZEMA — Rua General Justiniano Padrel, 21. Tel. 832580.
ZIRA — Praça Casas Novas, lote 66 (B.º Encarnação). Tel. 311216-310172.

PERMANENTE

BARRETO — Rua do Loreto, 24-30. Tel. 327284.
LOPES RIBEIRO — Rua do Cruzeiro, 117. Tel. 633288.
ORIENTE — Rua Lopes, 120. Tel. 843381.
PAES — Rua Abade Faria, 22-A. Tel. 723965.
SAGRES — Av. Luís Bívar, 69-71. Tel. 547213.
CHINDE — R. Agostinho Lourenço, 6-B. Tel. 890331.
FINDOR — Rua D. Maria, 514. Tel. 687949.
SILVA — Calç. St. André, 16. Tel. 862074.
REBOCHO — Rua Ten.-Cor. Ribeiro dos Reis, 12-B. Tel. 74871.

NOTA — As farmácias que não estão de serviço permanente encerram das 13 às 15 horas para almoço.

LINHA DE CASCAIS

ALGÉS
...... **Almeida Nifo,** Av. Comb. G. Guerra, 64 (Telef. 2112070).
ALCABIDECHE
...... **Carvalho,** Até às 21 horas.
PORTO SALVO
...... **Ferreira Bastos,** Até às 21 horas.
CARCAVELOS
...... **Central,** Até às 24 e das 0 às 9 horas.
S. DOMINGOS DE RANA
...... **Godinho da Silveira,** Av. Saboia, 29-B. (Telef. 260085). Até às 21 horas.
PAÇO DE ARCOS
...... **Pargana,** Av. Eng.º Bonneville Franco (Telef. 2435147) Até às 24 e das 0 às 9 horas.
OEIRAS
...... **Oeiras,** L. Henrique Paiva Couceiro (Telef. 2430485) Até às 22 horas.
NOVA OEIRAS
...... **Leal.** Até às 21 horas.
PAREDE
...... **Aisir,** Av. Gago Coutinho, B.º das Caixas Previdência (Telef. 2472948). Até às 24 e das 0 às 9 horas.
PAREDE
...... **Junqueiro Mendes,** Até às 21 horas.
AMOREIRA
...... **Amoreira** (Telefs. 262313/267314). Até às 22 horas.
ESTORIL
...... **Parque,** Arcadas do Parque, 3 (Telef. 260191). Até às 21 horas.
CASCAIS
...... **Nova,** Est. de Alvide-Fontainhas (Telef. 281044). Até às 21 horas; **Marginal,** Av. Marginal (Telef. 280078). Até às 24 e das 0 às 9 horas.

LINHA DE SINTRA

AMADORA
...... **Girassol,** R. Elias Garcia, 17-C. (Telef 874161). Permanente; **Helénica,** R. Elias Garcia, 2 (Telef. 933613). Até às 22 horas.
DAMAIA
...... **Confiança,** Est. Militar, lote D (Telef. 9710231).
QUELUZ
Serra e Pinto, Av. D. António C. Sá, 50-E (Telef. 957619).
CACEM
Rodrigues Garcia, Av. dos Bons Amigos, lote 5-D.
MEM MARTINS
...... **Miranda Garcia,** Est. de Mem Martins, 173-B. (Telef. 2914103).
MERCÊS
...... **Claro Russo.**
RIO DE MOURO
...... **Riomouro,** Av. Óscar Monteiro Torres, 8 (Telef. 2960194).
SINTRA
...... **Misericórdia,** Vila (Telef. 2930391).
COLARES
...... **Abreja** (Telef. 299088).

OUTRA BANDA

ALCOCHETE
...... **Gameiro,** L. António dos Santos Jorge, 15 (Telef. 234100).
ALHOS VEDROS
...... **Portugal,** Av. da Bela Rosa, 8 (Telef. 204250).
BAIXA DA BANHEIRA
...... **Teixeira,** B.º de Moçambique, 84-B (Telef. 2040946).
ALMADA
...... **Castro Rodrigues,** R. Capitão Leitão, 21-A. (Telef. 2750076).
BARREIRO
...... **Higiene,** R. D. Manuel I, 178 (Telef. 2073017).
COVA DA PIEDADE
...... **Castro Rodrigues,** L. 5 de Outubro, 62 (Telef. 270121)
MOITA
...... **Silva Roc,** P. da República, 16 (Telef. 239029).
MONTIJO
...... **Montepio,** R. Almirante Reis, 93 (Telef. 2310035).
SESIMBRA
...... **Lopes,** R. Cândido dos Reis, 21 (Telef. 2233028).
SEIXAL
...... **Godinho,** L. da Igreja, 51 (Telef. 2218580).
COSTA DA CAPARICA
...... **Carlos,** Av. do Mar, 34-A, Quinta de St.º António.

PORTO

(De dia e toda a noite)

CAMPOS — Rua Padre Luís Cabral, 943. — Foz. Tel. 680113; **MONTE DOS BURGOS** — Rua do Monte dos Burgos, 802. Tel. 62279; **ALIANÇA** — Rua da Conceição, 2. Tel. 24203; **ALVES MOREIRA** — Av. Rodrigues de Freitas, 167. Tel. 51889.

COIMBRA

(Das 9 horas às 9 do dia seguinte)

FIGUEIREDO — Rua da Sofia, 107-109. Tel. 22837; **DIAS FERREIRA** — Bairro da Solum. Tel. 72120.

outros espectáculos

LISBOA/Teatros

VARIEDADES
21.30 (13 anos)
«Desculpa ó Caetano»
QUARTETO
23.45 (18 anos)
«A verdadeira história de Jack o Estripador»
TEATRO ABERTO
20.30 e 22.45 (13 anos)
«Os Macacões»
MARIA VITÓRIA
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Alto e Pára o Baile»
TRINDADE
21.30 (13 anos)
«O Santo Inquérito»
ÁDOQUE
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Calinas Cala a Boca»
TEATRO BAIRRO ALTO
21.30 (13 anos)
«Casimiro e Carolina»
OS CÓMICOS
21.30 (13 anos)
«A Guarda»
MONUMENTAL
21.30 (13 anos)
«Aqui quem Manda sou Eu»
LAURA ALVES
21.30 (18 anos)
«Calcinhas Amarelas»
MARIA MATOS
21.45 (13 anos)
«O Pato»
COLISEU
21.45 (10 anos)
«Festival Mundial de Circo»
ÀBC
20.30 e 22.45 (18 anos)
«Ó Da Guarda»
OS BONECREIROS
21.30 (13 anos)
«Os Retratos»

LISBOA/Cinemas

CINEARTE
21.30 (18 anos)
«A Espada de Samura»
CINE AUDITÓRIO
21.30 (10 anos)
«Rio Lobo»
CAPITÓLIO
21.00, 23.00 (18 anos)
«Loucuras Porno»
CINEBOLSO
21.30 (18 anos)
«Herança Erótica»
OLÍMPIA
Sessões permanentes
(18 anos)
«Requintes de Amor»
EUROPA
21.00 (18 anos)
«A Viagem dos Malditos»
MONUMENTAL
21.30 (18 anos)
«Dona Flor e seus Dois Maridos»
VOX
21.30 (14 anos)
«O Maior Espião da História»
PARIS
21.30 (18 anos)
«A Mulher na Rua»
QUARTETO
Sala 1
21.00 (13 anos)
«A História de Adele»
Sala 2
(13 anos)
«Liza a Submissa»
Sala 3
(18 anos)
«Verão 42»
Sala 4
(18 anos)
«Morangos Silvestres»
LUMIAR
21.30 (18 anos)
«A Mulher, o Amor e o Ódio»
PROMOTORA
21.15 (13 anos)
«A Garota de Petrovka»
JARDIM
21.15 (13 anos)
«Fim-de-Semana de Gritos»

LINHA DE CASCAIS

PAÇO DE ARCOS
Chaplin
21.15 (13 anos)
«Buggsy Malone»
PAREDE
Royal-cine
21.15 (18 anos)
«O Caso Odessa»
ESTORIL
Casino
17 e 21.15 (6 anos)
«A Mais bela do Mundo»
ESTORIL
Palácio
21.15 (6 anos)
«A Culpa foi do Macaco»
CASCAIS
S. José
21.15 (13 anos)
«Morrer deamar»

LINHA DE SINTRA

AMADORA
Lido
21.15 (18 anos)
«Por um punhado de dólares?
MEM MARTINS
Cine Chaby
21.15 (10 anos)
«Os Piratas do Arquipélago»
SINTRA
Carlos Manuel
21.15 (18 anos)
«O Devasso renitente?
AMADORA
Cinestúdio
21.30 (18 anos)
«Férias tentadoras»

OUTRA BANDA

ALMADA
Academia
21.15 (13 anos)
«Vamo-nos amar»
Incrível
21.15 (13 anos)
«Milli»
TRAFARIA
Pavilhão Jardim
21.15 (18 anos)
«As Noviças»

PORTO/Teatros

TERÇO
22.45 (18 anos)
«O Pátio das Cantigas»
SÁ DA BANDEIRA
21.45 (13 anos)
«Isto é que me Dói»

PORTO/Cinemas

CHAPLIN
21.30 (13 anos)
«Sofrimento de Amor»
TRINDADE
21.15 (13 anos)
«Voltar a Viver»
ESTÚDIO
21.15 (13 anos)
«Os Dois Amigos»
RIVOLI
21.30 (18 anos)
«Escândalo»
VALE FORMOSO
21.15 (18 anos)
«O Sabor da Vigânça»
ESTÚDIO FOCO
21.15 (13 anos)
«A Bíblia»
ÁGUIA DE OURO
21.30 (13 anos)
«A Escalada»
OLÍMPIA
21.30 (18 anos)
«A Fúria do Campeão»
JÚLIO DINIS
21.15 (6 anos)
«O Ministro e Eu»
BATALHA
21.30 (18 anos)
«O Regresso de King-Kong»
PASSOS MANUEL
21.30 (6 anos)
«Música no Coração»

COIMBRA

S. TEOTONIO
21.30 (18 anos)
«Lisztomania»
AVENIDA
21.15 (6 anos)
«A Última Aventura de Mel Brooks»
TIVOLI 21.15 (13 anos)
«Passado Inesquecível»

cinemas

ab CINE

Centro Comercial de Alvalade

Tel. 803055 Sala A

Não acons. m/ 18 anos

14.00, 16.30, 19.00, 21.30,

MARY POPPINS

Sala B

VOLTAR A VIVER

12.30 14.30, 16.30, 18.30 21.30

Não acons. men. 13 anos

ALVALADE

Tel. 897480 15,15 18.15 e 21.15

Da Índia, uma fascinante história de amor!

A COMPANHEIRA DA MINHA VIDA

2.ª Semana

com Tanuja e Rajesh Khanna

Colorido não aconselhável a menores de 13 anos

APOLO 70

Tel. 763319 14,16.30 19 e 21.30

Michel Piccoli, Gerard Depaidieu, Jane Birkin

OS BARÕES DA MEDICINA

Um filme de Jacques Rouffio

Não acons. a menores de 18 anos

Hoje às 24.00 (M/ 18 anos)

5 SELVAGENS

AVIS

Tel. 47163 15, 18.15 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos

18.ª Semana

SOFRIMENTO DE AMOR

c/Shashi Kapoor e Sharmilla Tagorr!

BERNA

Tel. 776098

Às 14.00, 16.30, 19.00, 21.30

Veja a músical Ouça a imagem!

FANTASIA

Um filme de Walt Disney Productions

Não acons. a men. 13 anos

CALEIDOSCÓPIO

Tel. 795093

Sessões às 15.15, 18.30, 21.30

Julie Andrews, Dick Van Dyke em

MARY POPPINS

Um filme de Walt Disney Productions

Para todos

CASTIL

Tel. 530194 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30

Não acons. a menores de 18 anos

Na alvorada do reino do mal ela é a única esperança...

Linda Blair, Richard Burton, Louise Fletcher, Max Von Cudow em

EXORCISTA II: O HEREGE

3.ª Semana

CONDES

Tel. 322522 14.00, 16.30, 19.00 21.30

Para todos

5.ª Semana

Para todos

A GRANDE PARÓDIA

Colorido

De Louis de Funes

Bourvil

EDEN

Tel. 320768 14,16.30,19 e 21.30

Kabir Bedi, Carole André em

SANDOKAN

I Parte

Para todos

ESTÚDIO

Tel. 535134 15, 18.15 e 21.30

Não acons. m/ 13 anos

MAOMÉ, O MENSAGEIRO DE DEUS

5.ª Semana

Um filme de Moustapha Akkad

ESTÚDIO 444

Tel. 555134 15,17,19 e 21.45

OS ASSASSINOS NÃO DORMEM

Com Michel Bouquet, Françoise Fabian, Michel Constantin

Um filme de Yves Boisset

Não acons. a men. 18 anos

IMPÉRIO

Tel. 5551345 15.15, 18.30 e 21.30

Não acons. a menores de 13 anos

É o maior! é o melhor! é James Bond

3.ª Semana

007 O AGENTE IRRESISTÍVEL

Com Roger Moore e Curt Jurgens

Um filme de Lewis Gilbert

LONDRES

Tel. 801313 14.15, 16.30, 18.45, e21.30

O grande acontecimento cinematográfico

MARCHA TRIUNFAL

c/ Franco Nero

Int. men. 18 anos

MUNDIAL

Tel. 538743 15.15, 18.30 e 21.30

Em 2.ª semana

Não acons. men. 18 anos

Chegou a hora de vingança em

O REGRESSO DO TEMERÁRIO

NIMAS

Tel. 574362 14.30, 16.45, 19 e 21.30

Não acons. men. 13 anos

9.ª Semana

DAISY MILLER

um filme a não perder

ODEON

Tel. 326263 15.15, 18.15, e 21.15

Não acons. m/ 13 anos

6.ª Semana

JULIE

O filme exibe-se no início da sessão

PATHÉ

Tel. 821933 14.15, 16.30 18.45 21.30

Int. men. 18 anos

INIBIÇÃO

A trajectória explosiva de uma mulher desinibida

POLITEAMA

Tel. 326305 13.55, 16.30, 19.00, 21.30

Não acons. men. 13 anos

A CANÇÃO DA FELICIDADE

O filme começa logo no início da sessão

RESTELO

Tel. 610375 Às 21.30

Não acons. a men. 18 anos

M.C.O. UM DETECTIVE ACIMA DA LEI

ROMA

Tel. 887778 15.30, 18.30 e 21.30

SANDOKAN

O grande sucesso da TV agora no cinema

C/Kabir Bedi, Philippe Lerdy

Para todos (M/6 anos)

ROXY

Tel. 48560 14,16.30,19 e 21.30

David Janssen, Ralph Meeker, Elayne Heilveil

LOUCA PERSEGUIÇÃO

Um filme de William Graham

Não acons. a men de 13 anos

S. JORGE

Tel. 579144 15.15, 18.15 e 21.30

É o maior! É o melhor! É James Bond

007 O AGENTE IRRESISTÍVEL

«The Spy Who Loved Me»

com Roger Moore

Não acons. a men. de 13 anos

TIVOLI

T. 570595

Sessões às 15.15, 18.30, 21.30

Julie Andrews, Dick Van Dyke em

MARY POPPINS

Um filme de Walt Disney Productions

Para todos

PALÁCIO FOZ

Ciclo Roman Polansky

MACBETH (1971)

Maiores 18 anos

Não acons. a M/ 13 anos

Sessões 15.15 18.15 e 21.15

Bilhetes: Esc. 10$00

Iniciativa da Direcção-Geral da Acção Cultural

D. JOÃO V DAMAIA

Tel. 971794 21.15

Não acons. men. 18 anos

A FEIÇÃO

rádio

1.º Programa

18.00 Noticiário; **18.05** O «povo e a terra» (RDP-Norte) — música portuguesa; **19.00** A criança (RDP — Centro); **19.30** Acção Sindical; **20.00** Jornal da Noite; **20.30** Orquestras; **21.00** 11.º episódio do folhetim «A Selva», de Ferreira de Castro, numa adaptação de Judite Navarro; **21.20** Contraponto; **23.30** Polidesporto; **24.00** Sinal horário; Último jornal. **00.30** Música de filmes; **01.00** Música na noite.

2.º Programa

18.05 Música de Chopin — Prelúdios op. 28; Pianista: Christoph Eschenbach; — Scherzo n.º 4, em mi maior, op. 54; Pianista: W. Ashkenazy; **19.00** O canto e os seus intérpretes, por Maria Helena de Freitas; **20.00** Concerto n.º 1, para violino e orq.ª; **20.30** 3.º acto do bailado «A Bela Adormecida» (Tchaikowsky); **21.00** Música sinfónica — «Romeu e Julieta» — sinfonia op. 17 (Gerlioz); «Tasso, lamento e triunfo», poema sinf.º (Liszt); **23.00** Em «mono»; a conversão de S. Paulo, oratória (Giovanni Francesco Anerio); **23.25** Variações e fuga sobre um tema de Purcell, op. 34 «Guia de jovens para a orquestra» (Benjamim Britten); **23.45** Sonata em sol menor, op. 65 pra violoncelo e piano (Chopin); **00.10** Concerto em ré maior, op 61, para violino e orquestra (Beethoven); **01.00** Fecho.

3.º Programa-Nacional e Regional (290 m)

..**18.00** Noticiário; **18.20** Títulos de 1.ª página; **18.30** Actualidade; **18.45** Fórmula 1; **19.05** Teatro trágico, pelos Parodiantes de Lisboa; **20.15** Antologia; **20.30** Pesquisa; **20.50** Diálogo **21.00** A música e as vozes; **21.30** Quando o telefone toca; **23.03** Nocturno; **2306** Mensagens Bíblicas; **24.00** Nocturno (continuação); **00.15** Dia a dia com o passado; **02.00** Fecho.

3.º Programa-Local (187,5 m)

..**18.00** Compasso; **18.15** Sal e pimenta (repetição); **19.45** Esta palavra saudade; **20.10** A verdade; **20.40** Serviço de Agenda; **21.00** Fecho.

4.º Programa-Emissão Total em Estereofonia

19.00 Em órbitra; **20.00** Forum — realização de Jorge Lopes; **22.00** Auditório; **00.00** Prisma — realização de Fernando Quinas; **01.00** O homem no Tempo — programa de antropologia produzido por João de Sousa Monteiro; **02.00** Fecho.

Rádio renascença

18.08 Apelos; **18.15** Igreja em notícia — palavra do dia; **18.30** Transmissão do terço da Basílica dos Mártires; **19.00** Programa da Liga dos Amigos de R.R.; **20.00** Objectivo; **20.54** Apelos; **21.05** Pentagrama; **21.30** Ao encontro da Grande Música; **22.00** Quando o telefone toca; **22.30** Temas Vivos; **23.05** Última Hora; **23.30** Dicionário Político; **23.56** Meditando; **01.00** Rotação; **02.00** Fecho.

DL
RENASCENÇA GRÁFICA, S A R.L
ADMINISTRAÇÃO-GERAL
RUA CASTILHO, 185, 1.°, 2.°
TELEF. 654531/2/3/4
REDACÇÃO, SERVIÇOS TECNICOS E PUBLICIDADE
RUA LUZ SORIANO, 44
TELEF. 321154/5, 320271/2/3
RUA DA ROSA, 75
END. TEL. DIBOA TELEX 12363
LISBOA PORTUGAL

Ambiguidade firme

A cadeira ministerial dos Negócios Estrangeiros, deixada vaga pela saída de Medeiros Ferreira, foi ocupada, ou reocupada, ou reservada interinamente (como se queira) por Mário Soares. Ao sentar-se, o Primeiro-Ministro afirmou firmemente: «Não haverá alterações na politica externa portuguesa.»

Esta declaração peremptória deixou-nos perplexos, por vários motivos.

Primeiro porque, se não vai haver alterações, é prova (ou deveria ser) de que a política externa portuguesa (do ponto de vista de Mário Soares) estava certa. E se estava certa não se compreende (ou compreende-se mal) a razão e oportunidade do afastamento de Medeiros Ferreira.

Segundo porque, se não vai haver alterações, não se entende que política externa vamos ter: aproximação com Israel ou aproximação com os árabes ou antes pelo contrário? Entendimentos ou desentendimentos com o MPLA e a Frelimo? Submissão à NATO ou ao Mercado Comum ou a Washington ou à Internacional Socialista ou ao FMI ou à Constituição? Ou etcetera e tal (como diria a Gabriela da telenovela)?

Manobras, amuos, desinteligências e muitas outras coisas foram ditas como estando na base do abandono ou da reocupação da cadeira ministerial dos Negócios Estrangeiros. Mas talvez não tenha sido nada! Talvez a cadeira tivesse estado sempre ocupada por Mário Soares e Medeiros Ferreira não tenha passado de uma visão.

Uma coisa é certa: não haverá alterações na política (?) externa portuguesa.

MANUEL DE AZEVEDO

FUNERAL DE RAMIRO CORREIA
Autocolantes proibidos na câmara ardente

«Queremos caminhar livremente pelas ruas, lavrar os campos, reencontrar os mares, os rios, as montanhas, e trazer pela mão, confiantes, os nossos filhos. Queremos o Socialismo em Portugal» — lê-se na enorme coroa de flores «de Praças da Armada», uma das muitas que ficarão esta tarde sobre as campas do primeiro-tenente médico Ramiro Correia, elemento do MFA e membro do Conselho da Revolução até 1976, sua mulher e filho, após o funeral que se realizou esta tarde da capela de S. Roque, do Ministério da Marinha, para o Cemitério do Alto de S. João.

Ao longo da noite milhares de pessoas prestaram a sua derradeira homenagem a um dos homens da Revolução de Abril. Trabalhadores de dezenas e dezenas de empresas, de par com companheiros da Revolução, desfilaram ao longo da noite perante os três caixões. Vasco Gonçalves, Rosa Coutinho, Martins Guerreiro e Carlos Fabião, entre outros, foram militares do 25 de Abril que ali permaneceram durante a noite. Voluntários da Armada, oficiais, sargentos e praças também não arredaram pé. A meio da manhã chegavam três oficiais da Região Militar de Lisboa, que ali foram voluntariamente. Até à hora de fechar esta edição o Estado-Maior da Armada não se tinha feito representar, enquanto o Conselho da Revolução envia uma delegação ao enterro. Trabalhadores do Alfeite pararão por completo para se integrarem no funeral, assim como haverá larga representação de trabalhadores da Lisnave e outras grandes empresas.

«A Revolução ficou mais pobre» — lia-se num outro ramo de flores de uma Comissão de Trabalhadores. À porta algumas pessoas eram obrigadas a tirar os autocolantes «Povo-MFA» — havia ordens expressas. No funeral de Ramiro Correia, que mais que ninguém defendeu a aliança do Povo com o MFA, esse autocolante foi proibido.

Mas alguns milhares de pessoas estarão no funeral. Mesmo sem autocolantes, a vontade expressa dessa aliança, que foi um facto depois do 25 de Abril, ficou bem patente. E os cravos que muitos levavam nas mãos ainda ninguém poibiu. Muitos elementos da Armada integram-se também no funeral. E como escrevia Ramiro Correia: «Em 25 de Abril iniciámos um longo e árduo caminho. E encontrámo-nos todos, soldados e povo. Aquela madrugada é nossa. Nosso o futuro. Assim o decidiremos».

CASA DA SORTE

Informação dos números mais premiados na extracção de hoje da LOTARIA NACIONAL:

2.225 — 1.° 9.000 CONTOS
312 — 2.° 1.800 CONTOS
29.253 — 3.° 900 CONTOS

Consulte a lista oficial e habilite-se para a próxima extracção aos balcões da CASA DA SORTE em LISBOA - PORTO - COIMBRA - BRAGA - SETÚBAL

NATO faz "safari" perto da costa portuguesa

A capacidade da OTAN reabastecer o continente europeu por via marítima será posta à prova nos exercícios navais «Ocean Safari 77» que decorrerão na zona oriental do Atlântico, de 17 a 29 do corrente.

Cerca de 70 mil homens, 60 unidades de superfície e submarinos e ainda 250 aviões e helicópteros, de sete países do Pacto do Atlântico, participarão nas operações às quais faltará, como sempre acontece nestes casos, a presença de um inimigo.

O reabastecimento do ocidente europeu dependerá nos esquemas bélicos da OTAN, da cooperação entre as forças da Aliança responsáveis pelo controlo das vias de navegação no Atlântico Oriental — as de Portugal, Reino Unido, Noruega, Holanda, Estados Unidos, Canadá e República Federal Alemã.

No entanto, participarão também neste exercício a realizar ao largo da costa portuguesa, unidades da Força Naval Permanente da OTAN no Atlântico Norte, cuja esquadra estará em Lisboa nos dias 20 e 21, escoltando dois petroleiros destinados a abastecer os navios intervenientes.

Ontem mesmo começaram a fundear no Tejo as principais unidades envolvidas no exercício, as quais serão comandadas pelo contra-almirante americano James Scott, co-comandante do Comiberlant, a partir do Quartel-General de Oeiras, sendo o responsável táctico o vice-almirante, também americano, Wesley McDonald. O planeamento da operação foi assegurado pelo almirante inglês Sir Henry Leach, comandante-Chefe aliado do Canal da Mancha e pelo americano Isaac Kidd, comandante supremo aliado do Atlântico.

Das forças Armadas Portuguesas participarão no exercício o submarino «Delfim», a fragata «Magalhães Correia», um «aviocar» e vários aviões Fiat G92. Durante o «Ocean Safari» será também utilizada pela primeira vez em exercícios da OTAN a base de Cortegaça, que servirá de apoio à operação de aviões de patrulha marítima, encarregados de detectar a presença de submarinos na área do exercício, no que serão apoiados por «helis» transportados nos navios.

MISSÃO

Chega no próximo dia 15 a Lisboa uma missão da Organização do Tratado do Atlântico Norte, encarregada de discutir com as autoridades militares portuguesas questões relacionadas com o planeamento das forças da Aliança Atlântica.

Dela farão parte o secretário-geral adjunto para o planeamento e política de defesa do Conselho do Atlântico Norte, W. Munford e o comodoro Cotee e o general Schweitzer em representação do «Sadaut» e do «Saucer», respectivamente. As sessões de trabalho decorrerão no Instituto de Defesa Nacional no dia 17.

tome nota

JORNALISTA E «JORNALISTAS»

Numa nota desta secção referimo-nos a «jornalistas» que por promoção profissional de natureza política, têm sido recrutados.

João Correia Bom que nos telefonou, desgostoso com a generalização feita na referência, considera-se: «jornalista sem aspas».

INDEPENDENCIA NACIONAL

Sabe-se o que aconteceu ao ministro peruano da Economia por ter cedido às exigências do FMI: **demitido**. E o que aconteceu à primeira missão do mesmo FMI na Guiné-Bissau (em Julho deste ano) por querer mandar mais que os próprios governantes: **expulsa**. Aguarda-se com algumas curiosidade o que acontecerá em Portugal quando forem divulgadas publicamente as novas exigências-ordens do FMI...

SERA?

Especula-se sobre a fonte governamental que oferece ao MRPP documentos oficiais mesmo antes destes serem discutidos em Conselho de Ministros. Há tempos foi o famigerado projecto Roque Lino. Agora é o projecto de Bases da Função Pública.

Dizem-nos que não andará longe da verdade quem apontar para um destacado membro do grupo de Arnaldo Matos, com funções importantes do MAI. Será?

Governo posto em questão

Continuação da pág. 12

tores do MNE no ex-gabinete de Medeiros Ferreira. E ali mesmo fez as primeiras declarações a um órgão de Informação (ANOP) após a controversa demissão do seu ex-ministro.

Não há «diplomacias paralelas» — disse Soares. Mas admitiu que «o PS como qualquer outro partido tem a sua própria política externa e é evidante também que a política do PS pode não coincidir totalmente com a política externa portuguesa, visto que o PS tem responsabilidades em relação a todos os portugueses». E mais adiante: «Esta «nuance», que pode até em certos momentos ser útil para os interesses nacionais, não impede que num Estado moderno, como é o Estado português, haja uma unanimidade fundamental na representação exterior do Estado».

Soares, que anunciou a criação de mais um Ministério (enquanto Freitas do Amaral, que já denuncia «a sua» reestruturação do Governo, e martigo num semanário de direita preconiza a redução de 17 para 10 ministros e de 41 para 24 secretários de Estado), este encarregado das questões europeias, disse ainda que lhe é impossível determinar por quanto tempo desempenharia as funções que agora lhe estão cometidas, embora vá procurar encontrar um sucessor para o Ministério assim que as circunstâncias o permitirem — sucessor que não será um conselheiro da Revolução, segundo desmentido do porta-voz daquele órgão, Sousa e Castro, no início da reunião de ontem (aliás, o CR nessa reunião, nem se ocupou do assunto, ao contrário do que chegou a ser divulgado).

Finalmente, nova tomada de posição do líder socialista e Primeiro-Ministro é aguardada com expectativa: o discurso que se anuncia para o próximo sábado (logo após o discurso de Ramalho Eanes da abertura da Assembleia da República) no decurso dos «Encontros Socialistas para as Autarquias Locais», que a FAUL promove no Hotel Altis.

Desenha-se novo "pacote"

Continuação da pág. 1

préstimo de 750 milhões de dólares».

No citado artigo, que, aparentemente, se inscreve numa bem montada campanha no sentido de preparar a opinião pública para a eventualidade de novo «pacote», adianta-se que nos círculos americanos afectos ao FMI ficou-se com «a convicção de que a necessidade de nova série de medidas terá sido uma das condições ventiladas nas reuniões de Washington» aquando dos contactos ali mantidos por Sousa Gomes.

O mesmo jornal cita afirmações de um «alto funcionário» do FMI (cujo nome não nomeia) segundo as quais a situação da economia portuguesa é «uma das mais preocupantes do mundo, só comparável às verificadas no Peru, na Turquia e no Zaire».

Referências a despesas militares exageradas e à necessidade de se dar prioridade ao turismo e à agricultura, são outros dos pontos referidos no artigo, que acentua ainda o interesse despertado «em círculos próximos do FMI» pelas negociações entre o Governo português e a Renault para a instalação em Portugal de uma fábrica de motores e insinua parecer «difícil tornar mais flexíveis as regras precisas aplicadas pelo FMI aos países em dificuldades cambiais».

Conta de 1976

Continuação da pág. 1

menos 227 mil contos liquidados, menos 1,2 milhões de contos cobrados; Contribuição predial — mais 412 mil contos liquidados, mais 317 mil cobradores;

Imposto profissional — mais 1,3 milhões e mais 1,2 milhões, respectivamente; Imposto complementar — mais 3 milhões e mais 2,5 milhões;

Imposto de capitais — mais 564 mil contos e mais 497 mil;

Imposto sobre veículos — mais 4 mil e 600 contos de receitas liquidadas e cobradas;

Direitos e sobretaxa de importação — mais 2,7 milhões de contos;

Imposto de transacções — mais 3,6 milhões de contos;

Imposto sobre a venda de automóveis — menos meio milhão de contos.

Tiragem média diária
Em Agosto: 44 200
(Hoje 20 páginas)

NA COMUNICAÇÃO SOCIAL
Quinze dias para optar em caso de pluriemprego

Um despacho normativo do secretário de Estado da Comunicação Social, hoje publicado no «Diário da República», estabelece um prazo de 15 dias para os trabalhadores do sector da Comunicação Social na situação de pluriemprego procederem à declaração de opção.

Segundo o mesmo despacho, o encobrimento das situações de pluriemprego, ou a não opção por parte do trabalhador, constituem justa causa de despedimento.

Não se consideram abrangidos por esta disposição os trabalhadores cujas retribuições ilíquidas não excedam, por mês, 10.000$00.

No entanto o diploma preve casos excepcionais, designadamente os relativos ao exercício de funções altamente especializadas, os quais podem ser examinados pelas empresas e submetidos ao ministro do Trabalho e ao secretário de Estado da Comunicação Social, que decidirão.

2.ª EDIÇÃO, REFUNDIDA E ACTUALIZADA
colecção SABER
ontogenia e ambiente na evolução dos vertebrados
Prof. G. Fonseca Sacarrão
Um livro para os professores e estudantes de Biologia

Publicações Europa-América